



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, CULTURA E  
AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM COMUNICAÇÃO, CULTURA E SOCIALIDADES  
NA AMAZÔNIA

SÁVIA MOURA DA SILVA

**Ser mulher no jornalismo paraense: violência de gênero e  
relações de poder no ambiente profissional**

**BELÉM  
2022**

SÁVIA MOURA DA SILVA

**Ser mulher no jornalismo paraense: violência de gênero e  
relações de poder no ambiente profissional**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia – PPGCOM, do Instituto de Letras e Comunicação – ILC, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação, na área de Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

Orientadora: Dra. Alda Cristina Silva da Costa

**BELÉM**

**2022**

SÁVIA MOURA DA SILVA

**Ser mulher no jornalismo paraense: violência de gênero e  
relações de poder no ambiente profissional**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia – PPGCOM, do Instituto de Letras e Comunicação – ILC, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação, na área de Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia.

DATA DA AVALIAÇÃO: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

CONCEITO: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Alda Cristina Silva da Costa  
(Orientadora – PPGCom / UFPA)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Rosaly Seixas de Brito  
(Membro – PPGCom / UFPA)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Telma Amaral Gonçalves  
(Membro – PPGSA / UFPA)

**BELÉM**

2022

Dedico esta dissertação a minha avó *Theresa*, minha mãe *Sônia* e meus irmãos *Roberto* e *Sâmia*, que mesmo longe sempre estiveram presentes em todos os momentos desta caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me dar força, sabedoria e determinação para concluir esta pesquisa, assim como me fazer entender que como filha de Deus, sou dotada de capacidade infinita e posso transformar qualquer dificuldade. Além de me fazer perceber que tudo acontece conforme sua vontade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA) pela oportunidade de ingressar no programa e concluir a dissertação de Mestrado.

A minha orientadora Prof. Dra. Alda Cristina Silva da Costa pela confiança em acreditar na minha pesquisa, pelos inúmeros conselhos e orientações repletas de conhecimentos, trocas e correções, que foram imprescindíveis para dar direcionamento à pesquisa. Agradeço também por ser uma profissional de extrema competência e sensibilidade, assim como, por sua disponibilidade sempre quando acionada, independente de dia e horário.

Aos membros da banca examinadora, Dra. Rosaly Seixas de Brito e Dra. Telma Amaral Gonçalves por terem aceito o convite e pelas orientações na pré-qualificação.

Aos colegas de turma pelas inúmeras trocas, brincadeiras, apoio e afeto, mesmo fisicamente distantes devido ao cenário pandêmico pelo qual passamos.

A minhas amigas, Rafaelle Mascarenhas, Margarida Oliveira e Karla Maia, pelo apoio incondicional para que eu nunca desistisse do mestrado e de realizar meus objetivos.

Aos meus familiares, Theresa Marcelino (Avó), Sônia Moura (Mãe), Roberto Moura (irmão), Sâmia Moura (irmã), que mesmo a quilômetros de distância, sempre estiveram presentes em cada passo deste trabalho e na minha vida.

E por fim, aos meus dois seres de luz, que hoje me protegem e conduzem lá de cima, meu pai Carlos Roberto (In memorian) e meu Avô-Pai, José Fernandes (In memorian). É tudo por vocês e para vocês!

## RESUMO

A presente pesquisa trata da relação entre mulheres jornalistas e ambiente de trabalho. Desde 2017 com a campanha #MeToo emergem no cenário mundial, movimentos insurgentes contra a violência sexual e a discriminação das mulheres nos espaços de trabalho. Em março de 2020, o coletivo Jornalistas Contra o Assédio mobilizou diversas jornalistas e entidades, em todo o país através do Twitter para promover a hashtag #MulheresJornalistasEmLuta, com a intenção de alertar sobre os ataques e o assédio cometidos contra as mulheres dentro da profissão. A presente pesquisa se alinha a entender esses movimentos quando busca investigar as experiências profissionais das jornalistas no estado do Pará, para tanto apresenta as seguintes indagações: De que maneira a violência de gênero e as relações de poder afetam mulheres jornalistas em seus ambientes de trabalho? E como essas mulheres reagem e compartilham suas experiências? Parte-se da hipótese de que as redações dos veículos de comunicação são espaços de relação de poder, e enquanto tal, a violência de gênero se manifesta de forma disfarçada. As relações de gênero, poder e violência são entendidas em Safiotti, Scott, Hooks, Foucault e Bourdieu, entre outros. Ou seja, as relações de poder são relações entre sujeitos e sujeitas, assim como modos de ação que podem: induzir, separar, facilitar, dificultar, limitar, impedir, entre outros aspectos. Essa violência impõe uma arbitrariedade pelo poder imposto e pelo modo de imposição, indicando a complexa relação entre poder e incorporação das normas de gênero. Como procedimentos metodológicos trabalhamos com a pesquisa qualitativa, aplicando a entrevista em profundidade com 7 (sete) jornalistas, que relataram suas experiências no ambiente do trabalho. Os resultados apontam experiências negativas nesses ambientes, em que as jornalistas relatam comportamentos abusivos e agressivos dos homens, com a ‘naturalização’ da violência de gênero. Contra essa cultura machista ainda vigente constata-se uma mudança de postura das mulheres, de menos aceitação e mais proteção coletiva.

**Palavras-chave:** Ambiente de trabalho; Jornalistas paraenses; Mulheres; Relações de poder; Violência de gênero.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 PERSPECTIVAS DE GÊNERO: PANORAMA CONCEITUAL E POLIFÔNICO.....</b>	<b>25</b>
1.1 GÊNERO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL FEMININA E MASCULINA .....	28
1.1.1 Gênero e feminino .....	31
1.2 PERSPECTIVA DA DESIGUALDADE EM RAZÃO DE GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....	34
1.3 JORNALISTAS, AMBIENTE DE TRABALHO E RELAÇÕES DE PODER .....	40
1.4 AS MULHERES E SUA INSERÇÃO NO JORNALISMO.....	41
1.5 O PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO .....	46
<b>2 TESSITURA DOS CAMINHOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS ...</b>	<b>49</b>
2.1 MÉTODOS .....	50
2.2 A ATIVIDADE E O AMBIENTE PROFISSIONAL .....	51
2.3 O CONTEXTO DAS ATIVIDADES JORNALÍSTICAS.....	56
2.4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA JORNALISTAS .....	61
2.5 AS JORNALISTAS INTERLOCUTORAS .....	63
<b>3 AMBIENTES TÓXICOS E EXPERIÊNCIAS ABUSIVAS.....</b>	<b>66</b>
3.1 JORNALISTA A.....	67
3.1.1 Violência de gênero .....	73
3.1.2 Entre o descrédito e a culpabilização .....	75
3.2 JORNALISTA B .....	78
3.2.1 Sororidade .....	81
3.3 JORNALISTA C .....	89
3.3.1 Autoconfiança.....	92
3.3.2 Apoio psicológico.....	92
3.4 JORNALISTA D.....	95
3.4.1 Misoginia .....	96
3.5 JORNALISTA E .....	100
3.5.1 Divisão sexual do trabalho jornalístico .....	101
3.5.2 Impotência.....	102
3.6 JORNALISTA F .....	105
3.6.1 Subjugação .....	108
3.6.2 Choque de gerações.....	112

<b>3.7</b>	<b>JORNALISTA G.....</b>	<b>113</b>
3.7.1	Machismo estrutural.....	114
3.7.2	Desrespeito.....	120
<b>4</b>	<b>PERCEPÇÕES GERAIS: DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NAS REDAÇÕES PARAENSES.....</b>	<b>124</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>126</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>129</b>
<b>7</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>135</b>
<b>7.1</b>	<b>ANEXO A: DOCUMENTO ESCRITO E ENVIADO AO RH .....</b>	<b>135</b>
<b>7.2</b>	<b>ANEXO B: ROTEIRO PARA ENTREVISTAS.....</b>	<b>137</b>
<b>7.3</b>	<b>ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO.....</b>	<b>138</b>



## INTRODUÇÃO

Desde pequena sempre observei como as pessoas se relacionam e como se dão suas interações sociais. Como era muito tímida preferia o ouvir ao falar. Com o desenvolver dos anos, cresci e passei a admirar o universo das notícias, lembro-me com saudades da época em que chegava da escola e ia correndo assistir ao jornal do meio dia. Observava atenta a postura, elegância e oratória dos apresentadores e repórteres, sempre me questionando: “será que um dia serei assim também?”. Quando sozinha no meu quarto, simulava entrevistas, para isso pegava um controle remoto ou embalagem de desodorante, que obviamente eram vistos como um microfone. O que parecia brincadeira um dia se tornaria realidade.

Ao longo do ensino fundamental e médio, o desejo e admiração pela profissão crescia, mas não imaginava o porquê. Meus pais, mais especificamente meu pai que era analfabeto não por opção, mas pelos percalços da vida que nunca lhe fora fácil, sempre me imaginou “doutora”. A filha que seria advogada e um dia se tornaria juíza. Nas diversas vezes que ele comentava sobre o assunto para outros parentes, afirmando todo orgulhoso: “minha filha vai ser doutora”, eu soltava um sorriso amarelo. Não queria ser doutora, a vontade mesmo era conhecer as histórias e saber como contá-las na frente das câmeras, mas ficava calada para não o magoar.

Em meio a matérias e reportagens especiais, ainda como telespectadora, como as do programa Globo Repórter, por exemplo, me indagava sobre como seria o universo por trás de tudo aquilo. Cada reportagem especial era um misto de fascínio e curiosidade para saber como também fazer aquilo acontecer. Ao longo da minha adolescência fui a primeira da turma, ainda na oitava série, a decidir que curso iria tornar minha profissão. A timidez e a vontade do meu pai eram empecilhos, mas que não me paralisaram, segui confiante. Perdi meu pai ainda muito nova, aos 10 anos, foi um momento difícil, me vi sem conseguir entender e assimilar sua partida, mas no ato da despedida final, pedi que me desculpasse. O motivo foi por não poder ser a filha advogada e um dia doutora que ele sempre imaginou, mas prometi que seria a melhor jornalista e, que lá de cima, ele se orgulharia da filha rebelde que optou pelo desejo de criança.

Desde o primeiro dia de aula na faculdade ao *grand finale*, com a minha colação de grau, foram diversas emoções, senso de justiça e claro, o amor pelo jornalismo que mesmo diante de inúmeras dificuldades, apenas crescia. Essa profissão, que nos dias de hoje se tornou muito mais desvalorizada, descredibilizada e até ridicularizada, nunca deixou de ser minha grande paixão. A frase de Confúcio: “Trabalhe com o que você ama e nunca mais precisará

trabalhar na vida”, é uma das mensagens que mais absorvi e, mesmo com diversas dificuldades desde que entrei no jornalismo, continuo absorvendo.

Em 2018 me formei e, desde então, tive a sorte de logo entrar no mercado de trabalho. De cara fui parar em uma redação de jornalismo *online*, um universo que cresce e se transforma a cada dia, além de ser imediatista. Dediquei três anos e quatro meses a um trabalho em que sempre me propus a dar o meu melhor e ser o mais ética possível, o famoso jargão “vestiu a camisa”. Ao cair de paraquedas em uma redação, aprendi e apanhei muito colocando em prática tudo o que havia aprendido na vida acadêmica e também, o que apenas uma experiência em redação poderia me proporcionar.

Ao longo desses anos, um pouco mais madura, fui desafiada a encarar as câmeras de frente. Entradas ao vivo em boletins de notícias e participações também ao vivo em programas da casa me estremeceram, mas me proporcionaram sentimentos de euforia, êxtase e realização em poder dar mais um passo no meu crescimento profissional. Nesse novo universo tive a percepção de que, quem vê glamour, não vê a correria que é para fazer algo simples na televisão. Correria não apenas de escrever matérias para o *online*, mas de literalmente correr para ir ao camarim se maquiar, voltar para escrever o texto para a tevê e se preparar para entrar ao vivo.

No entanto, nem só de êxtase e realizações se vive no meio jornalístico. Durante os anos de redação, percebi através de conversas informais, as reclamações e o desânimo de colegas jornalistas que não se sentiam confortáveis com situações que viviam ou presenciavam no ambiente de trabalho. Os acontecimentos variavam, iam desde suas relações com chefes, outros colegas de trabalho e até mesmo pessoas que serviam de fontes jornalísticas.

Nesse sentido, como jornalista e mulher, percebi que as relações de poder nesse ambiente são favoráveis aos colegas homens. Esses não têm suas capacidades como profissionais questionadas por questão de gênero e, muito menos, vivenciam com mais frequência situações constrangedoras atribuídas ao sexo.

Diante disso, decidi entrar na academia com o tema da pesquisa que surgiu após uma percepção de que na redação onde trabalhava, havia em sua maioria, mais chefes homens que mulheres. Dos oito editores, apenas uma mulher fazia parte do grupo de chefes. No restante da redação, que se dividia entre online, impresso e televisão, os chefes com cargos expressivos eram homens.

Diante das indagações de outras colegas jornalistas surgiu o interesse em pesquisar sobre gênero e as relações de poder, investigando como o assunto é levantado nos ambientes de trabalho em que essas profissionais estão inseridas na cidade de Belém.

Ao longo dessa jornada de levantamento de dados e entrevistas, tive o desprazer de, no final de setembro de 2021, ser vítima de assédio. Tipificado na delegacia da mulher como importunação sexual. A experiência foi constrangedora, na verdade humilhante. Senti na pele o que é ter a capacidade e integridade julgadas. Além de ter sido apontada como errada por ter sido assediada, já que para alguns, eu dava liberdade para o assediador. Outros até afirmaram que nós tínhamos um caso, mesmo eu na época estando em um relacionamento sério.

Ao ter sofrido o assédio, comuniquei imediatamente ao meu chefe e editores, todos sem exceção, me incentivaram a denunciar o ocorrido. No primeiro momento pensei e relutei por medo de perder o emprego. Afinal, eu era a moça que tinha apenas três anos de empresa, e ele, o cara que tinha mais de 30 anos como funcionário. Mas o fiz. Seria contraditório da minha parte me calar diante da situação absurda que vivi e, mais ainda, se ignorasse o fato de estar desenvolvendo uma pesquisa de um assunto tão significativo para a academia.

De modo informal tive uma conversa com a responsável pelo Departamento de Relações Humanas, que desde o primeiro momento me questionou se “eu não tinha intimidade” com o assediador. Mesmo afirmando diversas vezes que não, e só depois da minha editora afirmar que a vítima ali era eu, ela de forma velada, questionou meus atos e minha credibilidade como mulher. Após a conversa foi me orientado relatar o ocorrido e encaminhar para o DRH, e assim o fiz, às 11h41 do dia 1º de outubro de 2021 (Ver anexo A).

Após a situação constrangedora, passei por episódios onde eu mesma tive que buscar ajuda psicológica, já que em momento algum a empresa se propôs a me afastar ou me amparar psicologicamente. Por quatorze dias tive que andar acompanhada dentro do meu próprio local de trabalho, com medo de esbarrar com o assediador. Esse, inclusive, foi o tempo em que a direção da empresa esperou para tomar providências.

O autor do assédio foi demitido, mas eu continuei sendo apontada por diversas pessoas como “a menina que provocou a demissão de fulano”. Me senti sufocada, pressionada e quase entro em depressão. Com o passar dos dias as coisas pareciam se ajeitar, os comentários foram cessando, mas eu senti que perdi espaço, principalmente na televisão. Cinco meses após o episódio de assédio veio a notícia de que eu estava sendo desligada da empresa não por falta de competência, mas por motivos de reestruturação, em função da qual ocorreriam outras

demissões. Não sei se fui exemplo como represália para que outras mulheres não façam o mesmo que eu, não se calar e denunciar, mas fui demitida. E algo dessa natureza deve ser debatido e comentado não apenas na academia, mas para além dela.

Por situações como essas, onde as mulheres jornalistas tem seus comportamentos, falas e posições questionados e inferiorizados, que não desisti. Mantenho firme minha convicção de que como profissional fiz o que pude e dei o meu melhor, me despedi dos colegas de trabalho e fui embora da empresa com a cabeça erguida. Da mesma forma, pretendo trazer à luz esta pesquisa para que possamos questionar as relações de poder, a violência sexual e simbólica e outros assuntos relacionados ao gênero.

A presente pesquisa trata da relação entre mulheres e ambiente de trabalho, em específico, as jornalistas paraenses. Desde 2017 com a campanha *#MeToo*<sup>1</sup>, emergem no cenário mundial, movimentos contra a violência sexual e a discriminação das mulheres nos espaços de trabalho.

De acordo com a pesquisa “Hostilidade, Silêncio e Omissão: O Retrato do Assédio no Mercado de Comunicação em São Paulo<sup>2</sup>”, realizada em 2017 pelo Grupo de Planejamento (GP) do Instituto Qualibest, são identificados resultados que colocam em cena ou foco a realidade dos profissionais de comunicação.

90% das mulheres e 76% dos homens que trabalham em agências de publicidade, relações públicas e jornalismo afirmam já ter sofrido algum tipo de assédio, sexual ou moral. Pelo menos 89% das mulheres e 85% dos homens dizem que constrangimentos morais ocorrem com frequência, ou seja, não é algo episódico, e sim um ambiente permanentemente hostil. No caso de assédio sexual, 97% de ambos os sexos dizem que tais situações ocorrem (cinco em cada 10 homens e quase sete em cada 10 mulheres apontam que ocorrem frequentemente) (INSTITUTO QUALIBEST, 2017).

O responsável pela pesquisa, Ken Fujioca, afirmou em palestra<sup>3</sup> que: “Precisamos alertar e aumentar o nível de denúncias. Precisamos que novas gerações venham para ambientes

<sup>1</sup> O movimento “*#MeToo*” (“Eu também”, traduzido para o português) ganhou repercussão após a atriz Alyssa Milano, em 15 de outubro de 2017, fazer uma publicação no *twitter* fazendo um pedido para que todas as mulheres que já foram vítimas de assédio sexual usassem a *hashtag* *#MeToo*. De início, a ideia era mostrar o tamanho do problema, no entanto, a dimensão foi maior que o esperado e apenas nas primeiras 24 horas quase meio milhão de mulheres aderiram a *hashtag*. Com isso o termo viralizou na rede social e foi usado por pessoas de várias partes do mundo.

<sup>2</sup> Informação disponível <https://grupodeplanejamentotemp.files.wordpress.com/2017/11/gp-pesquisa-assedio-report-v-20171127-2236.pdf>. Acesso 10 mai. 2021.

<sup>3</sup> Informação disponível <http://portal.metodista.br/noticias/2018/assedio-sexual-e-moral-esta-presente-em-quase-100-das-empresas-de-comunicacao>. Acesso 10 mai. 2021.

de comunicação mudar essa realidade, porque os antigos não admitem que são assediadores”. A pesquisa, que ouviu 1.400 profissionais, aponta ainda que:

Um conjunto de resultados aponta para uma situação preocupante em relação ao assédio moral: a presença, entre os respondentes, de altos percentuais relacionando os principais gestores com situações de assédio moral. O aspecto mais negativo desse número está relacionado ao papel representado pelas posições analisadas (presidentes, sócios e vice-presidentes), responsáveis por estabelecer o que é certo e errado e o que está dentro e fora da cultura em uma corporação. Quando a hostilidade está presente nas posições de maior poder e influência, corre o risco de ser considerada normal ou parte do processo, contribuindo para a criação de um círculo vicioso com potencial para legitimar e perpetuar a existência do assédio (INSTITUTO QUALIBEST, 2017).

Nossa pesquisa começa a ser delineada a partir desses dados e dos movimentos, assim como, com a escuta de algumas profissionais paraenses, informalmente, quando identificamos relatos de violência simbólica nas redações jornalísticas, com duas dimensões visíveis: violência de gênero e relações de poder. Diante disso, a presente pesquisa estabeleceu como questões de investigação: De que maneira a violência de gênero e as relações de poder afetam mulheres jornalistas em seus ambientes de trabalho? E como essas mulheres reagem e compartilham suas experiências?

O Coletivo Jornalistas Contra o Assédio em março de 2020 mobilizou diversas jornalistas em todo o Brasil por meio do *Twitter* para promover a *hashtag* #MulheresJornalistasEmLuta, com o objetivo de alertar sobre ataques e o assédio contra as mulheres dentro da profissão e também promover um ambiente seguro para elas.

Para que o assunto chegasse ao *trending topics* (assuntos mais comentados do momento) do *Twitter* e conseguisse chamar atenção sobre os ataques que as repórteres estavam sofrendo, o grupo pediu para que não apenas as mulheres jornalistas e comunicadoras em geral usassem a *hashtag*, mas que também comentassem sobre o tema, e que outras mulheres e homens, jornalistas ou não, apoiassem o movimento.

Na época, o coletivo alertou que o ataque contra mulheres jornalistas tem se tornado cada vez mais violento nos últimos meses, e que também tem tido a conivência de agentes públicos detentores de mandato, e “representa uma tentativa de silenciamento que não é prejudicial somente à liberdade de imprensa, garantida pela Constituição Brasileira, mas, sobretudo, para o direito de informação do cidadão<sup>4</sup>”.

---

<sup>4</sup> Informação disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/jornalistas-se-mobilizam-para-promover-tuitaco-contra-assedio/> Acesso 3 mai. 2021.

O “tuitaço” marcado para o dia 10 de março de 2020, tinha como expectativa o apoio do público, reforçando “as vozes que se tentam, dia após dia, ver silenciadas”. Para as integrantes do Coletivo Jornalistas Contra o Assédio, o movimento serviu para reforçar a ideia de respeito e, por isso, deveria independer de gênero. A mobilização também aconteceu em forma de abaixo-assinado, que cobrou do *Twitter* responsabilidades contra a disseminação do discurso de ódio, difamação e calúnia que mulheres jornalistas sofrem nessa plataforma. No total, o abaixo-assinado acumulou 12 mil assinaturas em apenas três semanas. No dia 4 de março de 2020, representantes do *Twitter* Brasil receberam o abaixo-assinado, que até hoje, segue aberto coletando mais assinaturas através da plataforma *Change.org*<sup>5</sup>.

A presente pesquisa se insere na perspectiva de pensar a relação da violência de gênero a partir dos movimentos provocados nos ambientes de redes digitais contra a violência sexual e simbólica, e que ganham corpo em pesquisas acadêmicas. De acordo com dados<sup>6</sup> compilados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), entre janeiro de 2015 e janeiro de 2020, e enviados ao Universo do UOL, mais de 26 mil pessoas deram entrada com processos na justiça por assédio sexual no ambiente de trabalho. Somente em 2020, a média de processos abertos foi de 204 por mês, cerca de sete por dia.

No dia 15 de maio de 2021, desde que foi implementado no Código Penal, o termo assédio sexual completou vinte anos, é considerado crime e está previsto no Art. 216-A<sup>7</sup>: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. A pena é de um a dois anos de detenção.

Mesmo existindo há duas décadas, uma pesquisa<sup>8</sup> feita pelo *LinkedIn* e pela consultoria de inovação social *Think Eva*<sup>9</sup> apontou que 47% das brasileiras já foram vítimas de assédio sexual no ambiente de trabalho. A pesquisa foi divulgada em 2020.

<sup>5</sup> Informação disponível em <https://www.change.org/p/twitter-pare-de-consentir-com-a-disseminacao-de-discursos-de-odio-e-assedio> Acesso 30 de mar. 2021.

<sup>6</sup> Informação disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/05/15/brasil-tem-media-de-7-processos-de-assedio-sexual-no-trabalho-por-dia.htm> acesso 20 mai. 2021.

<sup>7</sup> Informação Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo\\_de\\_Genero/assedio\\_sexual/assedio\\_legis/crime%20de%20assedio%20sexual.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo_de_Genero/assedio_sexual/assedio_legis/crime%20de%20assedio%20sexual.pdf) Acesso 20 mai. 2021

<sup>8</sup> Informação disponível <https://br.linkedin.com/news/story/47-das-mulheres-ja-sofreram-assedio-sexual-no-trabalho-4967988/> Acesso 20 mai. 2021.

<sup>9</sup> A Think Eva é uma consultoria de inovação social que viabiliza o mundo corporativo para criar soluções para as desigualdades de gênero e convergências. Informação disponível <https://thinkeva.com.br/> Acesso mai. 2021.

A lei assente que o assédio sexual existe e coloca o termo em discussão, o que é favorável. Apesar de contar no Código Penal e ser passivo de detenção, a lei não garante a redução de casos ou para a responsabilização dos agressores, já que esse é um tipo de crime que depende do pronunciamento da vítima. E por vezes, a vítima se sente culpada pelo assédio vivido.

A psicanalista Maria Lúcia Homem<sup>10</sup>, que estuda a subjetividade humana há trinta anos, em entrevista<sup>11</sup> à revista Marie Claire, afirmou que a culpa que as mulheres sentem com relação a um abuso, está conectada à representação do sexo em nossa sociedade. “O imaginário do encontro sexual é marcado pela história bíblica da queda do paraíso. O desenho é o de Eva seduzindo Adão por intermédio da serpente demoníaca, provocando a expulsão da humanidade do Éden. Em outras palavras, culpar a mulher pela tentação do homem é uma prática que tem pelo menos 3 mil anos, documentada”, explicou. Para a psicanalista, a passagem bíblica é importante para entender a forma de como é interpretada a interação sexual entre homens e mulheres. “A ideia de que a mulher sempre seduz é profunda em nossas cabeças. É daí que vem a clássica dúvida sobre a roupa de vítimas de estupro ou sobre os sinais de disponibilidade que elas podem ter dado aos agressores<sup>12</sup>.

Ainda segundo Homem, a ilusão da mulher sedutora não é algo que pode se apagar do inconsciente coletivo. Por isso, se faz necessário o debate do porque a sexualidade feminina foi colocada nesse ponto e como isso provoca o sentimento de culpa em vítimas de abusos. Segundo ela, a sexualidade das mulheres é permeada pela culpa. “Para exercitá-la, a maioria de nós passa por essa ‘obrigação’ de seduzir. Quando somos violadas, nos sentimos automaticamente responsáveis em alguma medida. Daí a dificuldade para saber se poderíamos ou deveríamos reagir”.<sup>13</sup>

No Brasil, a Lei nº 11.340, mais conhecida por Lei Maria da Penha, foi criada em 7 de agosto de 2006, com o objetivo de amparar a mulher vítima de violência. Para Sanematsu (2011, p.57), a criação da lei foi de suma importância para a prevenção e punição da violência contra

---

<sup>10</sup> Intelectual pública, conhecida como psicanalista lacaniana. Ela escreve artigos para jornais e revistas e dá palestras e cursos com frequência. Se tornou mais requisitada após publicar uma série de vídeos postados nas redes sociais. Informação disponível <http://revista.fiap.br/questao-de-alma-maria-lucia-homem-publicidade-e-propaganda-vestibular-fiap/> Acesso em 20 mai. 2021.

<sup>11</sup> Informação disponível <https://revistamarieclaire.globo.com/Comportamento/noticia/2019/01/o-que-silencia-vitimas-de-abuso-sexual-por-tantos-anos.html> Acesso 20 mai. 2021.

<sup>12</sup> Informação disponível <http://revista.fiap.br/questao-de-alma-maria-lucia-homem-publicidade-e-propaganda-vestibular-fiap/> . Acesso 20 mai. 2021.

<sup>13</sup> Informação disponível <http://revista.fiap.br/questao-de-alma-maria-lucia-homem-publicidade-e-propaganda-vestibular-fiap/> Acesso 20 mai. 2021.

a mulher. A lei é um compromisso do Estado brasileiro para a prevenção da violência e punição dos agressores. O objetivo é diminuir o aumento no número de casos de violência contra a mulher e a crueldade com que acontecem.

É importante frisar aqui os tipos de violência contra a mulher, já que, num primeiro momento, a agressão física é a mais lembrada. Apesar dessa prática criminosa ser uma das mais conhecidas, a Lei Maria da Penha, destaca também os tipos de abuso contra a mulher nas seguintes categorias: “violência patrimonial, violência sexual, violência física, violência moral e violência psicológica”.

Mas, quem são as mulheres vítimas de assédio? De acordo com os dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) compilados com o Universo do UOL<sup>14</sup>, a maioria das mulheres assediadas são negras e pobres. Entre as áreas com maior número de ações judiciais por assédio sexual desde 2015 se destacam o comércio, serviços gerais e indústria, com média de 930, 774 e 620 processos abertos por ano até o início de 2021.

Kátia Magalhães Arruda, ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e coordenadora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, em entrevista ao Universo do UOL<sup>15</sup> no dia 15 de maio de 2021, afirmou que mais de 90% destas ações são movidas por mulheres e que elas relatam episódios relacionados a insinuações, convites para sair, comentários de cunho sexual, tentativas de beijo, piadas, toques inapropriados e até tentativas de estupro.

Ainda segundo o levantamento divulgado pelo *LinkedIn* e pelo *Think Eva* em 2020, entre os processos, se destacam que entre as trabalhadoras que afirmaram já ter sofrido com assédio sexual no trabalho, as mais afetadas são negras (52%) e as que recebem até dois salários mínimos (49%). Somente 8% das vítimas afirmaram ter rendimentos maior que seis salários mínimos.

Isabela Del Monde, advogada especialista em direitos da mulher, coordenadora do *#MeTooBrasil*, em entrevista ao Universo do UOL<sup>16</sup>, sinaliza que a dependência do emprego e a vulnerabilidade social são fatores que colocam essas mulheres em posição de maior risco: "Muitas vezes, elas são a única fonte de renda da família e têm pouco poder de escolha em

---

<sup>14</sup> Informação disponível <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/05/15/brasil-tem-media-de-7-processos-de-assedio-sexual-no-trabalho-por-dia.htm> Acesso 26 mai. 2021.

<sup>15</sup> Informação disponível <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/05/15/brasil-tem-media-de-7-processos-de-assedio-sexual-no-trabalho-por-dia.htm> Acesso 26 mai. 2021.

<sup>16</sup> Informação disponível <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/05/15/brasil-tem-media-de-7-processos-de-assedio-sexual-no-trabalho-por-dia.htm> Acesso 26 mai. 2021.



relação à própria vida profissional. Quem abusa sabe disso e se aproveita desta vulnerabilidade", afirmou.

Houve uma redução no número de ações trabalhistas por assédio sexual, desde 2015, como aponta os dados do TST. O órgão protocolou 7.634 ações. Em 2020 foram 2.448 ações registradas, com uma queda de 68%. No entanto, mais de 250 casos de assédio sexual no trabalho foram registrados por mês em 2021, totalizando 3.049 novos processos abertos nas varas de trabalho de todo o país.

Um levantamento realizado pelo SBT News junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST)<sup>17</sup> apontou que os registros de assédio sexual tiveram um aumento, após a baixa na pandemia de *Sars-Cov-2* (Covid-19) e a retomada gradual do trabalho de forma híbrida. No Brasil, em 2019, por exemplo, 2.805 processos foram abertos nas varas do trabalho. Em 2020, esses números apresentaram uma leve queda para 2.455 registros. Mas em 2021, os números tiveram um aumento, já que foram registradas 3.049 ações, uma média de 254 vítimas por mês buscam a Justiça.

Os movimentos feministas ganharam força nos últimos anos e encorajaram várias mulheres a denunciar os casos de assédio e também a discutir o tema. A discussão teve seu auge em 2015, quando a palavra assédio surgiu com muita força a partir de campanhas como “Meu Primeiro Assédio”<sup>18</sup>. Em 2001, a lei incluiu o termo na esfera jurídica, mas o debate na sociedade foi fomentado pelos movimentos feministas.

No Pará foi criada em março de 2021 a Comissão de Mulheres no Sindicato dos Jornalistas do Pará. Aliada aos movimentos feministas, principalmente nas redes sociais, e devido às repercussões positivas sobre o tema, e pensando no tipo de ambiente que as jornalistas se encontram neste Estado. O objetivo é debater a participação feminina no jornalismo paraense a partir da perspectiva das mulheres que ajudam a construir este cenário. A Comissão de Mulheres surgiu para fortalecer o enfrentamento ao machismo, opressão e todas as formas de violência.

Essa comissão tem sido responsável pela elaboração desde março de 2021, de uma série de atividades sobre a discussão feminina no cenário jornalístico. Os temas foram debatidos em

---

<sup>17</sup> Informação disponível em <https://www.sbtnews.com.br/noticia/justica/204188-brasil-teve-mais-de-250-casos-de-assedio-sexual-no-trabalho-por-mes-em-2021#:~:text=Reforma%20trabalhista&text=J%C3%A1%20nos%20registros%20de%20ass%C3%A9dio,raz%C3%A3o%20para%20a%20queda%20brusca>. Acessado em abril de 2022.

<sup>18</sup> Campanha que que encorajou mulheres a descrever suas primeiras lembranças sobre assédio sexual nas redes sociais

*lives* realizadas no perfil do Sindicato dos Jornalistas do Pará com os seguintes temas: “Assédio no ambiente de trabalho e violências de gênero contra mulheres jornalistas”, “Mulheres Jornalistas na pandemia: Jornada ininterrupta de trabalho”, "Mulheres Jornalistas frente ao etarismo", "Os desafios de ser jornalista na Amazônia e de informar em tempos de *fake news*” e por fim, "Mulheres jornalistas e empoderamento feminino". Assuntos bastantes relevantes e de importância para conscientizar as jornalistas do seu papel de mulher, seus direitos e deveres quanto profissional.

Nossa pesquisa tem caráter qualitativo, uma vez que objetivou a escuta de mulheres jornalistas e os ambientes de trabalho. Ou seja, essa escuta, na nossa concepção, representa “não apenas agentes interpretativos de seus mundos, mas também compartilham suas interpretações à medida que interagem com outros e refletem sobre suas experiências no curso de suas atividades cotidianas” (MOREIRA, 2002, p. 50-51).

Em primeiro lugar considera-se importante destacar que realizei uma pesquisa exploratória obtendo informações sobre o número de denúncias de mulheres que sofreram ou sofrem assédio sexual e outras violências, conforme apresentado anteriormente. Nesse sentido, no Pará, recorre-se à pesquisa de caráter qualitativo entrevistando sete jornalistas com o intuito de analisar casos de violência de gênero e simbólica e também relações de poder dentro do ambiente de trabalho.

Nosso universo de pesquisa foram as mulheres jornalistas no estado do Pará, consideradas aqui como sujeitas da pesquisa. Para a presente pesquisa foram cogitadas mais de 20 (vinte) jornalistas, as quais foram contatadas, informalmente, com a finalidade de saber se poderiam conceder entrevista à pesquisadora para falar de suas relações com o ambiente de trabalho. Das 20 (vinte) consultadas, 7 (sete) jornalistas aceitaram colaborar com a pesquisa, e responderam às nossas perguntas de forma que os dados pudessem ser interpretados e analisados sobre suas experiências ao longo da trajetória no jornalismo paraense. A partir dessa seleção, resolvi realizar entrevista em profundidade, mas acompanhada de um roteiro de prováveis perguntas que poderiam ser feitas no estímulo às entrevistadas.

Nessa perspectiva, a entrevista em profundidade foi recurso da pesquisa qualitativa aplicada, com objetivo de que as entrevistadas pudessem se expressar conforme sua vontade. As entrevistas foram realizadas individualmente e a possibilidade de haver entrevistas em duplas, trios ou grupos focais não foi cogitada. Principalmente devido ao fato das jornalistas não se sentirem à vontade em relatar suas experiências com a presença de outras pessoas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa a entrevista em profundidade “face a face” foi utilizada para coletar os relatos das jornalistas sobre suas experiências nos seus atuais ambientes de trabalho ou nos veículos onde já trabalharam. O ponto de partida era uma conversa inicial para descontrair as jornalistas, e na medida que elas iam se sentindo seguras, realizava-se as perguntas, mas sem induzir suas respostas, deixando-as à vontade para expor seus relatos, sem perder o foco nos objetivos da pesquisa. Os dados coletados foram analisados considerando-se a trajetória dessas profissionais.

No primeiro capítulo foi realizado um estudo sobre gênero e a construção social feminina e masculina, onde pode-se entender os princípios e fundamentos tidos como certos pela sociedade. Além disso, há também uma análise sobre a perspectiva da desigualdade de gênero e a divisão sexual no ambiente de trabalho, onde ficou constatado através das entrevistas realizadas com as profissionais, que mesmo em ambientes dominados por mulheres, as oportunidades nas empresas de comunicação no Pará para cargos de chefia são oferecidas apenas para profissionais homens, mesmo que a colaboradora desempenhe função igual ou tenha mais qualificação profissional. Um retrato real da situação vivida por diversas jornalistas paraenses.

No segundo capítulo há dados sobre a inserção da mulher no jornalismo e o perfil do jornalista brasileiro, que ambienta e mostra a situação dos profissionais.

O capítulo três levanta as seguintes discussões: discriminação de gênero nas redações paraenses, a violência simbólica e a relação de poder no ambiente de trabalho, bem como as entrevistas realizadas com as profissionais e os relatos sobre suas experiências no ambiente de trabalho. Outro ponto importante é sobre a garantia de segurança da profissional pela condição de ser mulher e as ações realizadas pelas empresas e a atuação do Sindicato dos Jornalistas no Estado do Pará – Sinjor/PA em relação à segurança e as garantias das profissionais.

De posse da transcrição das entrevistas, constatou-se que o material se constituía numa narrativa das jornalistas, uma vez que elas [...] lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social” (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2008, p. 91). Assim, as narrações foram analisadas considerando o contexto do sentido da própria experiência, isto é, nas experiências pessoais e o enfoque nos acontecimentos e ações.

Do mesmo modo, destaca-se que na perspectiva analítica, as falas das interlocutoras, seguem fundamentalmente uma lógica de narrativa própria. Ou seja, utiliza-se o texto corrido

com as respostas das mulheres jornalistas, com objetivo de colocar em cena a experiência, o convívio no cotidiano do trabalho, e as manifestações em tratar de um assunto que ainda é invisibilizado nas redações e entre os/as profissionais. A opção por esse modo de escrita, por mais que pareça cansativo e se diferencie das pesquisas que trabalham com entrevistas em profundidade, segue uma lógica narrativa, em que são privilegiados, um conjunto de ações e experiências em uma sequência, dando sentido ao relato (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2008, p. 92). Para uma narrativa natural é relevante fazer com que o pesquisado lembre parte de sua vida. Para tanto o pesquisador pode ajudar a estimular a memória do pesquisado.

Nos relatos, identifica-se as interlocutoras pelas letras do alfabeto, assim nomeadas: Jornalista A, Jornalista B, Jornalista C, Jornalista D, Jornalista E, Jornalista F e Jornalista G, com a finalidade de não identificação das mesmas e, ao mesmo tempo, não objetificá-las em objeto científico, mas pessoas que experienciaram uma realidade.

A dissertação foi desenvolvida em cinco sessões: essa introdução que traz um panorama geral da pesquisa, três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado “Perspectivas de gênero: panorama conceitual e polifônico” faz-se um apanhado das discussões sobre gênero, levando-se em consideração que a validação e a constância da violência de gênero contra mulheres têm sido possíveis devido a narrativas impostas à sociedade, que inferiorizam a posição das mulheres e aceitam a (re)produção da violência.

A compreensão sobre as diferenças entre os homens e as mulheres, sentidas na pele, defendem as desigualdades políticas entre ambos os sexos. No entanto, essas desigualdades começam a se diluir apenas com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>19</sup>, de modo específico, com as necessidades dos movimentos de minorias sociais que surgiram ao longo da década de 1960, como por exemplo, o movimento feminista. Esse movimento iniciado na década de 1960, propunha à época um debate acerca do papel da mulher na sociedade, seja nas responsabilidades familiares, leis trabalhistas, relações interpessoais, políticas públicas, além de responsabilidades sexuais e reprodutivas.

A partir das relações interpessoais, deu-se início a uma nova identidade feminina a partir da noção de gênero, revelando um assunto que era provocado desde o século XVIII, com a

---

<sup>19</sup> De acordo com a *Unicef (United Nations International Children's Emergency Fund)*, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão foi dotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. E tem como objetivo promover o respeito a cada indivíduo e cada órgão da sociedade a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso: março de 2022.

cobrança e a validação dos direitos da mulher. Em continuidade, os estudos de gênero surgiram na esfera acadêmica, provocando inúmeras mudanças relacionadas ao comportamento e atitude da sociedade a respeito da luta e do papel das mulheres na luta por seus direitos, mesmo encontrando dificuldades durante o percurso.

Na luta pela validação dos seus direitos, as mulheres ainda precisam, em pleno século XXI, quebrar muitas barreiras. Há também a necessidade de que medidas preventivas e punitivas sejam cumpridas de modo mais rigoroso. Por isso a necessidade de políticas feministas, que podem tomar diferentes formas que incluem pautas como o apoio à igualdade de gênero, seja na educação e no local de trabalho, licença parental paga, cuidado infantil acessível e leis e regulamentos que protegem as mulheres da violência e da discriminação, bell hooks define o feminismo como “um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. Para a autora, essa aceção deixa subentendido que as ideias e as atitudes sexistas são dificuldades, independente de quem as perpetua. Para ela, para compreender o feminismo é necessário compreender o sexismo (hooks, 2018, p. 9).

A autora afirma que o feminismo é um movimento radical que necessita do envolvimento teórico e prático de modo racional. Sendo assim, a junção às políticas feministas é uma escolha ou uma ação. No entanto, ela também considera que o abandono à essência radical da luta feminista pode ter feito com que o movimento se tornasse vulnerável a aceitação. Nessa perspectiva, há uma ideia de que é possível haver vários “feminismos”, e que esses, por exemplo, poderiam ter sido usados apenas para interesses políticos. Constituindo o que chama de “feminismo de poder” (2018, p.55).

Em “O Feminismo é para todo mundo”, hooks (2018) considera que seu feminismo visionário tem como finalidade criar uma revolução constante e sustentável e convida: “veja como o feminismo pode tocar e mudar sua vida e a de todos nós. [...] Aproxime-se e verá: o feminismo é para todo mundo” (2018, p.15).

A violência de gênero se produz e reproduz nas relações de poder nas quais se misturam marcadores como gênero, classe e raça/etnia. Apresentada de uma forma específica de violência global mediatizada pelo patriarcado, deposita nos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência. Nesse ponto de vista, a ordem patriarcal é observada como uma razão determinante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das concepções de gênero que ratificam a desigualdade e dominação masculina internalizadas por homens e mulheres.

De acordo com Bourdieu (1999a), a dominação masculina constitui uma "dominação simbólica" sobre todos os aspectos sociais, como discursos e práticas sociais e institucionais; (des)historiciza distinções e torna normal as desigualdades entre homens e mulheres. Para o autor a dominação masculina ordena a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a relação social.

Segundo Ribeiro, a década de 1930, no Brasil foi marcada por ambientes de trabalho feitos para homens:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço (RIBEIRO 1998, p. 31).

Ou seja, era um ambiente completamente masculino, propício a atos e falas que disseminavam as desigualdades de gênero ao longo da história. Sendo assim, “a divisão sexual do trabalho estrutura as relações de gênero na sociedade e estabelece uma divisão naturalizada das áreas reprodutivas atribuídas às mulheres e das áreas produtivas atribuídas aos homens” (THOME, 2012, p. 119-120).

É relevante destacar que não só a inserção das mulheres no campo jornalístico se dá de forma adversa, como também as publicações voltadas para elas são restritas ao campo da literatura e da moda. O que restringia e designava que os interesses femininos eram voltados apenas a esses dois temas. Segundo Buitoni (2009, p. 29), “o jornalismo feminino já nasceu complementar, revestido de um caráter secundário, tendo como função o entretenimento e, no máximo, um utilitarismo prático ou didático”.

Essa inserção implica, ainda, as discussões em torno das relações de poder. Em tal temática busca-se refletir as questões trazidas por Michel Foucault (1981; 2007) e a questão do sujeito atravessado pela questão do poder, lembrando que o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce. Ideia central que observamos na relação estabelecida nas redações, entre direção, chefias e as jornalistas. Um poder exercido sobre as mulheres, por meio do qual foram submetidas a constrangimentos, insultos, piadas e negação de suas competências, por serem mulheres.

Nesse debate também dialoga-se com Pierre Bourdieu, que em dois de seus livros, “O Poder Simbólico (2003)” e “O Campo Econômico: A dimensão simbólica da dominação (2000)”, quando reflete que a sociedade impõe e reproduz discursos modificados no campo das

relações sociais. Para o autor, o exercício do poder simbólico compete ao poder invisível entre o dominante e o dominado, determinando assim, a imposição como justificável.

Para Joan Scott (1995), os homens e as mulheres nem sempre obedecem às regras impostas pela sua sociedade ou de suas categorias críticas. Por isso, é preciso examinar as formas pelas quais as relações sociais são construídas e relacionar com as atividades, organizações e com as representações sociais.

No caso da violência de gênero ou violência contra a mulher, pode-se afirmar que, embora a dominação masculina seja um privilégio que a sociedade patriarcal consente aos homens, nem todos fazem o uso da mesma maneira, de forma que, nem todas as mulheres se sujeitam igualmente a essa dominação. Se o poder se manifesta de acordo com o campo de forças, e se homens e mulheres detêm parcelas de poder, mesmo que de forma desigual, cada um abdica dos seus critérios de poder, dominação e submissão (ARAÚJO, 2008; SAFFIOTI, 2001).

Deste modo, pode-se afirmar que a violência contra a mulher não é um fenômeno ímpar e não ocorre do mesmo modo nos diversos cenários; ela tem ângulos parecidos, mas também diferentes em razão da individualidade dos sujeitos envolvidos. Independentemente da existência comum do fator principal e a desigualdade de poder nas relações de gênero - cada caso tem um processo específico, relacionado com os cenários próprios e as histórias de vida de seus envolvidos. Com isso, no estudo e percepção da violência contra a mulher é importante considerar esses aspectos compartilhados e também aqueles individuais, para assim entender a pluralidade do fenômeno.

No segundo capítulo “Tessitura dos caminhos conceituais e metodológicos”, faz-se uma abordagem da trajetória da pesquisa, identificando-se aspectos importantes na sua construção, inclusive retomando pesquisas sobre mulheres e assédios no trabalho, assim como aspectos gerais da atuação dos jornalistas nos veículos de comunicação. Mas é relevante ressaltar, nos moldes de Bourdieu (1999), que a escolha do método não deve ser rígida, mas rigorosa, ou seja, o pesquisador deve aplicar qualquer método ou conjunto de métodos com rigor, afim de alcançar os objetivos traçados na pesquisa científica.

Na perspectiva acima, trabalha-se com pesquisa qualitativa, recorrendo-se à entrevista que, segundo Jovchlovitch e Bauer (2002), é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra e a questão simbólica nas relações humanas, por meio da qual os atores sociais

constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca. Este método possibilita compreender a partir da fala e escuta dos respondentes como eles percebem o mundo.

No terceiro capítulo “Ambientes tóxicos e experiências abusivas”, apresenta-se os relatos e a forma de narração das sete jornalistas entrevistadas. É neste alinhavo que a presente pesquisa é tecida, considerando a experiência de mulheres jornalistas em seus ambientes de trabalho, em que observem o exercício do poder sobre suas vidas profissionais, assim como uma violência de gênero ‘regrando’ os limites e competências de atuação, mesmo que por vezes, essa questão seja amenizada considerando o contexto histórico e cultural.

Neste capítulo se discute as relações e interações sociais vivenciados pelas profissionais, que relatam também as experiências vivenciadas por elas, onde ou foram vítimas ou presenciaram outras colegas sendo vítimas de violência simbólica. Os relatos expõem situações que acompanham algumas das jornalistas, desde a época dos seus estágios, sendo mantido até os dias atuais. Mesmo que de forma mais sutil.

Outro ponto importante deste capítulo, são as falas das profissionais a respeito do tratamento que recebiam diariamente nas redações paraenses, diferente do que os jornalistas homens recebiam. Assim como o desgaste emocional que sofriam pela pressão dentro do ambiente de trabalho, que na maioria das vezes, era imposta por questões de gênero.



# 1 PERSPECTIVAS DE GÊNERO: PANORAMA CONCEITUAL E POLIFÔNICO

O presente capítulo objetiva estabelecer uma reflexão sobre as discussões conceituais e teóricas do tema gênero, considerando-se as diversas correntes que emergem ao longo da história com a finalidade de problematizar e apresentar os demarcadores sociais das lutas em determinados períodos. Sendo encarado por alguns como um tema complexo, para entender a violência de gênero, é necessário primeiro, entender gênero, apesar de não estar bem delimitado pelas várias áreas das ciências, seja humana ou exatas, neste capítulo se propõe a indicar seu conceito. Mas demarca-se que a violência contra a mulher no Brasil ainda se constitui num grave problema social e cultural, como bem aponta Barsted:

A cotidianidade dessa violência tem o poder de ofuscar sua visibilidade e descriminalizá-la no imaginário social e até mesmo, especificamente, no imaginário das mulheres. Longe de considerar essa violência como apenas pessoal e cultural, Charlotte Bunch (1991<sup>20</sup>) destaca a sua conotação política na medida em que é o resultado das relações de poder, de dominação e de privilégio estabelecidas na sociedade em detrimento das mulheres. Para essa autora, a violência contra as mulheres é mecanismo primordial para manter essas relações políticas na família, no trabalho e em todas as esferas pública (BARSTED, 2010, p. 17)

É interessante enfatizar, conforme as reflexões de Heloísa Hollanda, que o marco da organização do ativismo feminista no Brasil costuma ser o histórico seminário da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), realizado em 30 de junho a 6 de julho de 1975, quando há, segundo a autora, o “pioneirismo e a posterior sincronicidade entre o ativismo e os trabalhos acadêmicos sobre a mulher” (HOLLANDA, 2019, s/p). Do mesmo modo, a autora apresenta um retrato ou síntese das primeiras discussões sobre os estudos feministas no Brasil:

[...] o feminismo acadêmico é anterior ao ativismo feminista no Brasil, como comprovam a presença já na década de 1960 e início da década seguinte, de Heleieth Saffioti, Eva Blay, Carmem Barroso e Neuma Aguiar e seus trabalhos em centros acadêmicos de excelência. A tese *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, de Heleieth Saffioti, é defendida em 1967. Zahidé Machado Neto ministra, em 1973, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), um curso pioneiro chamado “Sociologia da família e relações entre os sexos”. Em 1974, várias pesquisadoras brasileiras participam da “Conferência sobre perspectivas femininas nas ciências sociais latino-americanas” realizada em Buenos Aires e, em 1975, tem lugar na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) o seminário – Contribuição das Ciências

<sup>20</sup> BUNCH, C. Hacia una revisión de los Derechos Humanos. In: BUNSTER, X.; ENLOE, C.; RODRIGUES, R. (Org.). *La mujer ausente: derechos humanos en el mundo*. Santiago: Isis Internacional, 1991.

Humanas para a Compreensão do Papel das Mulheres, organizado pelo Coletivo de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas (HOLLANDA, 2019, s/p).

Outra importante discussão sobre esses estudos é o trabalho realizado por Rose Marie Muraro, que para Hollanda, representa estudos sobre um feminismo autônomo, diferente daqueles que necessariamente estavam ligados a uma perspectiva de classe.

Uma das personagens mais importantes dos momentos iniciais de nosso feminismo foi Rose Marie Muraro, ligada a um pensamento católico de esquerda e que, subvertendo a regra, intitulava-se feminista desde os primórdios dos anos 1960. Rose trabalhou de forma interessante a alquimia entre ideologia e feminismo propondo o que definia como “feminismo da fome”, um feminismo que, necessariamente, deveria incluir as mulheres de camadas mais pobres, e que se afinasse com a luta contra o Estado e com o ideário de esquerda relativo à necessidade imperiosa de uma transformação social. Rose não se integrou aos estudos feministas de caráter mais acadêmico, mas realizou importantes pesquisas especialmente sobre sexualidade, além de exercer uma extraordinária militância editorial feminista, à frente da pioneira Editora Rosa dos Tempos, ligada à Vozes e, portanto, à Igreja. Foi Rose que interpelou o forte machismo da esquerda, publicando a Mística feminista (HOLLANDA, 2019, s/p).

A autora destaca a importância da Fundação Carlos Chagas no incentivo aos debates sobre a mulher e os estudos feministas no Brasil. Em 1977, a entidade, com apoio da Fundação Ford lançou o Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, realizando, ao longo de 20 anos, oito concursos de alcance nacional e apoiando 170 projetos de pesquisa em várias áreas disciplinares.

Com relação às questões epistemológicas na perspectiva feminista, principalmente temáticas que envolvem a categoria de violência de gênero, Hollanda (2019, s/p) aponta o caráter multifacetado dessas pesquisas, “pois se constitui como um jogo de forças de sua dupla dimensão de fenômeno social e categoria de análise, abrindo um vasto campo de reflexão para estudiosos e pesquisadores”. Do mesmo modo, aponta, na atualidade estudos que estimulam novas formas do ativismo jovem na internet e nas ruas.

Nas universidades, proliferam coletivos de mulheres que discutem o machismo no campo acadêmico, bem como se multiplicam os trabalhos universitários no formato de teses, pesquisas e trabalhos de conclusão de curso, agora não apenas exclusivos das ciências sociais. As áreas de letras, belas-artes, comunicação e arquitetura são surpreendidas pela entrada maciça de pesquisadoras particularmente interessadas nas questões da desconstrução das noções de gênero e sexualidade, a diversidade dos feminismos – agora sempre usado no plural –, colocando em pauta o debate sobre “lugar de fala”, ou seja, o direito de autorrepresentação dos diversos segmentos feministas (HOLLANDA, 2019, s/p).

Esse apanhado geral tem a finalidade de situar o debate da presente pesquisa. Costumava-se ou costumava-se pensar a figura feminina como o sexo frágil, que servia exclusivamente para lidar com as atividades do lar e filhos. Inclusive, desde a infância, as crianças são educadas de maneira que as práticas de meninos e de meninas sejam entendidas como divergentes, implementando assim, o entendimento do que é feminino ou masculino. Dessa forma, a manifestação sobre o feminino e o masculino passam a ser definidas por gênero, que são construções sociais.

Em razão dessas distinções de gênero, os homens sempre foram vistos como o modelo da representação social e do mercado de trabalho, desse modo, inferiorizando o sexo feminino. Butler (2003, p. 19) assegura que “a crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação”.

Deve-se buscar entender as diferenças entre os homens e mulheres e as desigualdades políticas entre ambos os sexos. No entanto, essas desigualdades começam a se diluir apenas com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>21</sup>, de modo específico, com as necessidades dos movimentos de minorias sociais (como por exemplo, o movimento feminista), que surgiram ao longo da década de 1960.

O movimento feminista iniciado na década de 1960, propunha na época um debate acerca do papel da mulher na sociedade, seja nas responsabilidades familiares, leis trabalhistas, relações interpessoais, políticas públicas ou, além de responsabilidades sexuais e reprodutivas. A partir das relações interpessoais, deu-se início a uma nova identidade feminina trazendo-se a noção de gênero para o debate, revelando-se um assunto que era provocado desde o século XVIII, com a cobrança e a validação dos direitos da mulher. Em continuidade, os estudos de gênero surgiram na esfera acadêmica, provocando inúmeras mudanças relacionados ao comportamento e atitude da sociedade a respeito do papel das mulheres na luta por seus direitos, mesmo encontrando dificuldades durante o percurso.

Na luta pela validação dos seus direitos, as mulheres ainda precisam, em pleno século XXI, quebrar muitas barreiras. Há também a necessidade de que medidas preventivas e

---

<sup>21</sup> De acordo com a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão foi dotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. E tem como objetivo promover o respeito a cada indivíduo e cada órgão da sociedade a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso: março de 2022.

punitivas sejam cumpridas de modo mais rigoroso. Por isso a necessidade de políticas feministas, que podem tomar diferentes formas, que incluem pautas como o apoio à igualdade de gênero, seja na educação e no local de trabalho, licença parental paga, cuidado infantil acessível e leis e regulamentos que protejam as mulheres da violência e da discriminação. hooks (2018) define o feminismo como “um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão”. Para a autora, essa acepção deixa subentendido que as ideias e as atitudes sexistas são dificuldades, independente de quem as perpetua. Para ela, para compreender o feminismo é necessário compreender o sexismo.

A repressão reproduzida por estruturas de poder impostas pela sociedade, aponta que a figura feminina não é apenas conectada às questões econômicas, mas também às construções sociais que diferenciam os gêneros, por questões psicológicas e também emocionais. Apesar de que nas últimas décadas o mercado de trabalho se expandiu para a participação das mulheres, elas ainda sofrem com as desigualdades devido aos prejulgamentos de distinção sexual construídos socialmente, nos quais o homem é tido como superior por sua força, e a mulher é vista como frágil e delicada. Esses estereótipos reforçam a reprodução da desigualdade no mercado de trabalho.

### **1.1 GÊNERO E A CONSTRUÇÃO SOCIAL FEMININA E MASCULINA**

As relações sociais que são construídas a partir da sociedade são oriundas da interação de dois sexos biológicos: o macho e a fêmea. Logo, a construção social da existência traz um combo de interferências de dois gêneros, o masculino e o feminino. Apesar disso, o debate sobre tal conceito não se limita aos vínculos biológicos, mas se encontra sustentado em um conjunto de relações sociais que criam e recriam costumes simbólicos e padrões de comportamento.

A compreensão de gênero criada por autoras feministas como Joan Scott (1995), Teresa de Lauretis (1987) e Judith Butler (2003) entre outras, sinaliza um ângulo crítico para analisarmos a violência de gênero, não apenas sob a dominação masculina, mas também para além dela. Dessa forma, gênero começou a ser usado como uma categoria mais ampla do patriarcado para entender as relações de poder e violência. O termo também substituiu a categoria “mulher” em diversos estudos feministas (PISCITELLI, 2002).

Considerando três características: dimensão relacional, construção social das distinções entre os sexos e campo primordial onde o poder se articula, Scott (1995), em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, determina uma definição do conceito. No texto, a autora, narra seu ponto de vista e sugere o seu uso como categoria crítica e instrumento

metodológico para compreendermos como, ao longo da história, se criaram e validaram as relações de poder sobre a diferença sexual. Na concepção de Scott, a relação entre gênero e poder é uma questão central. Para estabelecê-la, ela utiliza a definição de poder de Foucault (1981), como um poder influxo (nem estático e nem instalado em uma pessoa ou instituição) que se organiza segundo o campo de forças. Nesse ponto, é possível desfazer verdades antes consideradas universais existentes nas hierarquias e desigualdades de gênero baseadas na diferença biológica.

Este novo ângulo crítico questiona todas as categorias masculino e feminino, ligadas a construções sociais que vinculam poder e dominação ao homem e obediência e submissão a mulher. Se o gênero é relacional, não se pode, portanto, adotar no cenário das relações de gênero, um poder masculino absoluto. As mulheres também têm parcelas de poder, ainda que desiguais e na maioria das vezes insuficientes para impedir a dominação ou a violência que sofrem. Para Scott (1995), os homens e as mulheres nem sempre obedecem às regras impostas pela sua sociedade ou de suas categorias críticas. Por isso, é preciso examinar as formas pelas quais as relações sociais são construídas e relacionar com as atividades, organizações e representações sociais.

Já Izquierdo (s/d), se refere aos gêneros como atividades culturais, modelos de comportamento respectivamente exclusivos, os quais se aplicam pelo progresso de um número de potencialidades comuns aos humanos em malefício de outras. Modelos que se impõem de forma autoritária às pessoas conforme seu sexo. Ao que Lauretis (1994), acrescenta como construção de relações sociais:

O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. O gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer (...) assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe (LAURETIS, 1994, p. 210).

Segundo Lauretis (1994), as definições de masculino e feminino, nas quais todos os seres humanos são classificados, criam em cada cultura, uma classificação de gênero, grupo simbólico ou uma organização de significações que conecta o sexo a conteúdos culturais de acordo com princípios e hierarquias sociais. Pontua-se que embora os significados possam variar entre diferentes culturas, qualquer sistema de sexo-gênero está intimamente relacionado a fatores políticos e econômicos de cada sociedade. Sendo assim, a construção cultural do sexo em gênero e a incompatibilidade que caracteriza todos os conjuntos de gênero através de

culturas divergentes, são entendidas como sendo “sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social” (LAURETIS, p. 212).

Os seres humanos só se tecem como tal em relação uns com os outros, sendo assim, a construção dos gêneros acontece por meio da dinâmica das relações sociais. Saffioti (1992) considera que “não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o OUTRO”. Cada indivíduo tem uma história de suas relações sociais que atravessam desavenças e contradições de gênero, classe, raça e etnia.

Retoma-se Izquierdo (s/d) quando julga como sendo o espaço social do gênero, a questão da mulher relacionada com a atividade trabalho. Para a autora, o modo masculino, que auxilia para a produção da existência diverge do feminino. Também, as atividades masculinas vistas como produtoras da existência, encontram-se em espaços diferentes das femininas, que são o âmbito de sobrevivência (doméstica); e de transcendência (pública). Cada um destes representa o espaço social de um dos gêneros, sendo o ambiente doméstico designado como espaço próprio do gênero feminino e o ambiente público designado ao gênero masculino.

Para Izquierdo, a separação da sobrevivência e da transcendência em dois ambientes, transforma as atividades que se desenvolvem em cada uma delas em inconsistentes, isso porque uma necessita de sentido caso não atribuída à outra.

O esforço de construir o ser mulher enquanto inferior ou como afirma Saffioti (1992), como “dominada-explorada”, aponta o indício da naturalização, do inegável, já que é dado pela natureza. Todas as formas de aprendizado e de civilização vão fortalecer os prejulgamentos e intolerâncias dos gêneros feminino e masculino, baseando-se, acima de tudo, na definição biológica. A diferença biológica pode se transformar em desigualdade social e consequentemente, tomar aparência de algo natural.

As relações de gênero, traduzem conceitos de gênero internalizadas por homens e mulheres. “Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras. Não basta que um dos gêneros conheça e pratique atribuições que lhes são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades do outro gênero” (SAFFIOTI, 1992, p. 10).

Através das nossas relações com os outros, será estabelecido o “quem somos” com o mundo objetivo. Cada ser humano interpreta as relações sociais, construindo uma identidade

peçoal, assim como histórias e projetos de vida. Nessa sequência, caso pertença a um gênero ou outro, ser menino ou menina também condizem com os padrões originais do mundo.

### 1.1.1 Gênero e feminino

Com a publicação do *The Feminine Mystique* (1963), de Betty Friedan, e *Sexual Politics* (1970), de Kate Millet as décadas de 1960 e 1970, o assunto tornou-se mais sólido sobre os primeiros enfrentamentos teóricos da crítica feminista. A partir desse período, eram definidas características em torno da vivência feminina e do gênero mulher como modelo de embate a uma maioria masculina que dominava setores científicos e acadêmicos até aquele instante. Nessa perspectiva, são qualificados dois aspectos: o primeiro é revisionista, que evidência as representações das mulheres em uma literatura escrita por homens, buscando revelar preconceções associadas a estas representações.

O segundo é a ginocrítica que, partindo do pensamento de Elaine Showalter (1994), se propõe a traçar um espaço próprio para as mulheres escritoras e indica um hábito literário criado por mulheres. Nesse primeiro aspecto buscou-se oferecer a extensão do pensamento patriarcal que guiava uma produção literária tida como misógina pelas primeiras feministas, que julgavam a percepção de totalidade do indivíduo, assim como os padrões de autenticidade e de subjetividade, os quais seriam, de acordo com tais teóricas, concepções masculinas. Em *Sexual Politics*, de Kate Millett (2016), há uma inquietação em analisar os padrões idealizados por autores homens, como, D. H. Lawrence, Norman Mailer, Henry Miller e Jean Genet. Outra produção de bastante representação nessa perspectiva é *The Madwoman in the Attic*, de Sandra Gilbert e Susan Gubar, publicada em 1979, que catalogava comparações e símbolos utilizados pelas escritoras para traduzir o domínio patriarcal que descreveu as ideias femininas em obras literárias.

É importante salientar aspectos sobre a leitura feminina. Judith Fetterley, em *The Resisting Reader* (1977), assegura que as regras literárias foram criadas com base em proposições e conceitos masculinos, como por exemplo, temas relacionados às guerras, às grandes expedições e ao heroísmo, o que propiciou, em um primeiro momento, um problema de identidade para o público feminino, que não se identificava com tais temáticas. Apesar de controverso, a colocação de Fetterley indica a necessidade de, no século XIX, criar mecanismos de acesso das mulheres a esse mundo, um deles era o romance folhetim, que poderia provocar uma vivência útil às leitoras mulheres, já que abordariam assuntos referentes ao ambiente feminino, como por exemplo, moda, cotidiano, bem-estar. Esse cenário, no entanto, sofreu

alguns questionamentos a partir da comprovação de que as obras literárias escritas por mulheres deveriam ser monitoradas ao contrário de continuar na dominação patriarcal, onde modelos de reclusão e acondicionamento de figuras femininas na literatura do século XIX. Para Elaine Showalter, o maior problema dessa perspectiva era analisar as características sexuais inseridas nas obras de escritores homens, sem temer uma estrutura crítica que poderia ser de suma relevância para a implantação de um espaço teórico denso. Para a autora:

A segunda forma da crítica feminista (...) é o estudo da mulher como escritora, e seus tópicos são a história, o estilo, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva; e a evolução das leis de uma tradição literária de mulheres. Como não existe um termo em inglês para este discurso crítico especializado, inventei o termo *gynocritics* (...). A ginocrítica oferece muitas oportunidades teóricas, o que não acontece com a crítica feminista. Ver os escritos femininos como assunto principal força-nos a fazer a transição súbita para um novo ponto de vantagem conceptual e a redefinir a natureza do problema teórico com o qual nos deparamos (SHOWALTER, 1994, p. 29).

O surgimento da categoria gênero, por sua vez, corresponde ao arrefecimento da perspectiva apresentada acima, a qual começou a ser questionada por conta de um confinamento crítico exclusivo à categoria mulheres, o qual desconsiderava outras experiências e representações, entre elas as do gênero masculino e demais gêneros que seriam, posteriormente, contemplados pela teoria *queer*, que tem em Judith Butler uma de suas fundadoras. Além disso, não existiriam marcas específicas do feminino e do masculino na escrita, o que torna complicado considerar as escritoras mulheres como um grupo à parte.

Nesta perspectiva a categoria gênero, ao investir em outra vertente, implica na rejeição ao determinismo biológico do sexo a partir da ideia de que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949). Ainda que não aponte especificamente para esta categoria no momento de sua formulação, a célebre frase de Simone de Beauvoir viria a constituir o cerne das preocupações das estudiosas que se concentram nas formas pelas quais as configurações sociais impactam os papéis de homens e mulheres, a depender da época e do contexto em que estão inseridos. Joan Scott, uma das primeiras historiadoras a usar o gênero como categoria de análise, o definiu como “toda e qualquer construção social, simbólica, culturalmente relativa, da masculinidade e da feminilidade. Ele define-se em oposição ao sexo, que se refere à identidade biológica dos indivíduos” (SCOTT, 1990, p. 5).

Teresa de Lauretis vai além neste raciocínio ao apontar para a existência dos sistemas sexo-gênero, em que se observa uma associação entre sexo e gênero dentro de um contexto sociocultural definido:



As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais” (LAURETIS, 1994, p. 211).

A literatura seria um dos sistemas de significação referenciados pela autora, na qual forma e conteúdo se associam para veicular as representações de gênero presentes na sociedade. Outra conquista fundamental da reflexão de Lauretis diz respeito à análise do gênero como representação, e desta representação como sua construção, o que encontra respaldo no artigo intitulado “A tecnologia do gênero” (1994).

Procurando desconstruir o já mencionado confinamento da crítica feminista a espaços gendrados como o “quarto de mulheres” e demais grupos de conscientização, a autora aponta para o conceito de gênero como uma limitação do pensamento feminista, problematizando também o conceito de diferença sexual, o qual, segundo a autora, “confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (...) o que torna muito difícil, senão impossível, articular as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres (...)” (LAURETIS, 1994, p. 207).

Baseando-se nesta e em outras desconstruções, principalmente aquelas relacionadas à categoria mulher e suas implicações teóricas, Lauretis propõe que o gênero é uma representação, e que tal representação é produto de uma construção levada a cabo por tecnologias variadas. A autora parte de um conceito desenvolvido por Michel Foucault, que define “tecnologia” como “um conjunto de técnicas para maximizar a vida”, criada e desenvolvida “pela burguesia a partir do final do século XVIII para assegurar a sobrevivência da classe e a continuação da hegemonia” (LAURETIS, 1994, p. 220).

Em seu artigo, Lauretis se refere ao cinema como tecnologia de construção de gênero na sociedade contemporânea, apontando para as estratégias utilizadas pelos cineastas e diretores na representação da figura feminina. Para a autora, a construção do gênero pelas tecnologias é permeada por ideologia, a qual, na visão de Althusser, “representa não o sistema de relações reais que governam a existência de indivíduos, e sim a relação imaginária daqueles indivíduos com as relações reais em que vivem” (LAURETIS, 1994, p. 212).

Um desdobramento da abordagem de gênero enquanto categoria de análise diz respeito ao gênero enquanto relação, perspectiva que encontra respaldo também em Jane Flax (1994), em seu artigo “Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista”. Partindo da ideia de

que há uma transformação operada no seio da sociedade, e que teria sido causada pelo advento da pós-modernidade, Flax percebe o gênero como uma relação, o que implica na desconstrução dos binarismos que governam as distinções entre sexo e gênero:

As “relações de gênero” são uma categoria destinada a abranger um conjunto complexo de relações sociais, bem como a se referir a um conjunto mutante de processos historicamente variáveis. O gênero, tanto como categoria analítica, quanto como processo social, é relacional. Ou seja, as relações de gênero são processos complexos e instáveis (...) constituídos por e através de partes interrelacionadas. Essas partes são interdependentes, ou seja, cada parte não tem significado ou existência sem as outras. (FLAX apud HOLLANDA, 1994, p. 227-228).

As relações de gênero aparecem em “O relógio de ouro”, conto que trata da briga conjugal entre Clara e Luiz Negreiros e que envolve uma suspeita de adultério. O gênero feminino, a princípio, é retratado como dócil e submisso, ao passo que o gênero masculino é tido como violento e sujeito a bruscas oscilações de humor. A dinâmica da relação entre o casal encontra respaldo na realidade social da época, em que o adultério feminino era condenável e o homem possuía direitos sobre a esposa por conta da predominância da mentalidade patriarcal.

## 1.2 PERSPECTIVA DA DESIGUALDADE EM RAZÃO DE GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Na boca do homem o epíteto “fêmea” soa como um insulto; no entanto, ele não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: “É um macho!”. O termo “fêmea” é pejorativo, não porque enraíze a mulher na natureza, mas porque a confina no seu sexo. (BEAUVOIR, 1970, p. 25).

A divisão sexual do trabalho é uma importante concepção para o entendimento do processo de constituição das práticas sociais atravessadas pelas construções dos gêneros apoiado em uma base material. As práticas sociais aqui são usadas como obrigatórias e permitem a passagem do abstrato para o concreto; podendo assim pensar o material e o simbólico ao mesmo tempo; além de reparar aos atores sociais a percepção de suas práticas, para que a interpretação não seja dada de fora por estipulação (KERGOAT, 1996).

Essa mesma divisão sexual do trabalho revela traços históricos que se constroem como práticas sociais, e que dividiu as atividades entre masculinas e femininas, fazendo com que fossem hierarquizadas. O entendimento sobre a função do homem ou mulher era nítido quanto à diferença na valorização do trabalho realizado, o que facilitou a compreensão de que o trabalho feminino era explorado com mais intensidade em relação ao trabalho masculino.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (HIRATA E KERGOAT, 2007, p.598).

Segundo Hirata e Kergoat, a classe operária era composta por dois sexos:

Dizer que a classe operária tem dois sexos significa, em suma, que as relações de classe são sexuadas. Pois isso é necessário conceitualizar a noção de classe operária sexuada, com suas proposições recíprocas: as relações de sexo são atravessadas por pontos de vista de classe: elas são “classistas. (HIRATA E KERGOAT, 1994, p.95-96).

Brito e Oliveira (1997) destacam que:

A divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino (BRITO e OLIVEIRA, 1997, p. 252).

Para Humphrey (1987), a divisão sexual do trabalho é um sistema que não se resume a separar homens e mulheres em estruturas ocupacionais, perfis de qualificação e tipos de postos de trabalho já definidos. Da mesma maneira a qualificação é uma construção social estreitamente sexuada, indicada pelos gêneros, é um espaço importante do sistema de desenvolvimento das categorias que vão compor a definição dos postos de trabalho, dos perfis de qualificação e competências.

A divisão sexual do trabalho, tem como base material o esquema de sexo-gênero que materializa e legitima as ideologias, representações e imagens de gênero, que por sua vez realizam o mesmo movimento no que diz respeito aos hábitos diários que isolam as mulheres nas condições reprodutivas-produtivas, em um eterno sistema de mediação.

Para Hirata e Kergoat, (2007), há dois princípios que conseguem ordenar a divisão sexual do trabalho, o princípio da hierarquização e o da separação;

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem

“vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicadas mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Apesar de as mulheres terem conquistado espaços profissionais importantes, as responsabilidades pelas atividades na esfera familiar, como por exemplo, ainda são atribuídas principalmente a elas. Essa naturalização dos diferentes lugares sociais que devem ser assumidos por cada sexo faz com que a predileção das mulheres seja de maneira comum pela família e menos pelo trabalho remunerado. Devido essas atribuições sociais que confiam às mulheres os cuidados com o lar, o espaço doméstico se tornou natural no cotidiano delas. Com isso, pode-se entender que essas funções foram constituídas ao longo dos anos pela sociedade.

Segundo Araújo, Amorim e Ferreira (2004, p.3), "Nas sociedades igualitárias, ditas 'primitivas', nas quais não havia a divisão de classes, as relações de gênero eram a base da organização da sociedade e da divisão social do trabalho". Já nas sociedades capitalistas "[...] as relações de classe e de gênero são estruturantes e se superpõem".

De acordo com dados divulgados em março de 2021, coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais constituíram a força de trabalho no país em 2019. Entre os homens, essa porcentagem foi de 73,7%. A força de trabalho é atribuída a pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho ou que estão em busca de emprego. Os dados são parte da segunda edição da pesquisa “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil<sup>22</sup>”, e reúne informações diversificadas a respeito das condições de vida das brasileiras no ano de 2019.

Para compreender melhor as dificuldades que as mulheres enfrentam na inserção no mercado de trabalho, há outros fatores que podem ajudar nesse entendimento. Um fator relevante é que no estudo, a faixa etária entre 25 e 49 anos, aponta a presença de crianças com até 3 anos de idade vivendo no domicílio. O grau de ocupação entre as mulheres que têm filhos dessa idade aponta uma porcentagem de 54,6%, abaixo de 67,2% referente as que não têm filhos.

---

<sup>22</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em março de 2021. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf)

A situação é diferente quando comparada com os homens. Os que vivem com crianças até 3 anos registraram um grau de ocupação de 89,2%, maior que os 83,4% daqueles que não têm filhos nessa idade.

Um fator importante aponta o recorte racial dos dados, essa dificuldade de inserção no mercado de trabalho pode ser aqui observada. Por exemplo, mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos mostraram os menores graus de ocupação, abaixo de 50%, enquanto as brancas apontaram uma taxa de 62,6%.

Ainda segundo os dados, há também pontos relevantes sobre o efeito dos afazeres domésticos. "No Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas semanais contra 11,0 horas). Embora na Região Sudeste as mulheres dedicassem mais horas a essas atividades (22,1 horas), a maior desigualdade se encontrava na Região Nordeste", aponta os dados.

Os rendimentos também causam efeitos significativos no período em que as mulheres se dedicam aos afazeres domésticos. Entre aquelas que fazem parte do grupo de 20% da população com os menores rendimentos, os dados apontam que essas mulheres têm mais de 24 horas semanais consumidas por atividades domésticas. Entre as que fazem parte dos 20% dos brasileiros com os rendimentos mais altos, esse tempo que seria dedicado ao lar, reduzido para pouco mais de 18 horas por semana.

Simões<sup>23</sup>, um dos pesquisadores que participou da coleta de dados, em entrevista à Agência Brasil afirmou que:

Elas têm mais possibilidade de terceirizar o trabalho. Podem recorrer ao trabalho doméstico remunerado ou contratar uma babá. E também podem colocar as crianças em creches particulares, o que acaba por reduzir a média de horas semanais destinadas às tarefas voltadas para a casa. As mulheres que não têm condições financeiras de arcar com esses custos ficam sujeitas à prestação de serviço público. e nem sempre ele está disponível. Temos necessidade de avançar em políticas públicas de creches.

As atividades domésticas além de tornarem mais difícil a inserção da mulher no mercado de trabalho, também podem trazer barreiras até para aquelas que conseguem se inserir no meio. Os dados apontam também que a conciliação da dupla jornada fez com que, em 2019, aproximadamente um terço das mulheres trabalhasse pela metade do tempo, ou seja, em até 30

---

<sup>23</sup> Um dos pesquisadores responsáveis pelo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em março de 2021. Disponível em <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2021-03/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho>

horas por semana. Com relação aos homens, esse cenário foi apontado em apenas 15,6% entre aqueles que estão empregados.

O levantamento também estudou a diferença salarial e rendimentos. Em 2019, as mulheres receberam, em média, 77,7% do valor arrecadado pelos homens. A desigualdade atinge dimensões maiores nas funções e nos cargos que garantem os maiores salários. Por exemplo, entre diretores e gerentes, as mulheres receberam 61,9% dos pagamentos dos homens. A taxa também foi elevada para os profissionais da ciência e intelectuais: 63,6%. O estudo aponta ainda que: "A responsabilidade quase duas vezes maior por afazeres domésticos e cuidados ainda é fator limitador importante para maior e melhor participação no mercado de trabalho, pois tende a reduzir a ocupação das mulheres ou a direcioná-las para ocupações menos remuneradas".

No levantamento realizado, há registros que apontam que não existe influência educacional na desigualdade. "As menores remunerações e maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho não podem ser atribuídas à educação. Pelo contrário, os dados disponíveis indicam que as mulheres brasileiras são, em média, mais instruídas que os homens", diz a pesquisa. Entre as pessoas com 25 anos ou mais, cerca de 37,1% das mulheres não possuíam instrução ou tinham apenas o ensino fundamental incompleto. Entre os homens, essa taxa aponta para 40,4%.

As mulheres mostram vantagem quando comparadas aos homens em relação a possuir nível superior completo. Entre os homens, essa taxa é 15,1%, e entre as mulheres, é de 19,4%. Os dados apontam uma mudança no cenário nas últimas décadas, já que entre a população de 65 anos ou mais pode-se observar uma situação contrária. Nessa faixa etária, as mulheres assentam grau de instrução levemente menor que o dos homens.

Progressos nas áreas da saúde e dos direitos humanos também são apontados nos dados levantados pelo IBGE, como o aumento da expectativa de vida e a redução de casamentos de menores de idade. Entretanto, o IBGE alerta para as dificuldades do país com relação a produção dos indicadores sobre violência contra a mulher.

É importante ressaltar que a pesquisa apresenta também sobre a sub-representação. Na política, por exemplo, o crescimento da participação feminina ainda se mostra tímido. Mesmo com um aumento no número de deputadas federais entre os anos de 2017 e 2020, atualmente há somente 14,8% de mulheres em exercício na Câmara dos Deputados.

As mulheres, apesar de serem maioria na população brasileira e mais escolarizadas, fazem parte de 16% dos vereadores eleitos no país em 2020, como aponta a pesquisa. Se comparado a 2016, houve um aumento de apenas 3 pontos percentuais. "A ampliação de políticas sociais ao longo do tempo, incrementando as condições de vida da população em geral, fomenta a melhora de alguns indicadores sociais das mulheres, como nas áreas de saúde e educação. No entanto, não é suficiente para colocá-las em situação de igualdade com os homens em outras esferas, em especial no mercado de trabalho e em espaços de tomada de decisão", acrescenta o levantamento.

Além do levantamento sobre o atual cenário do mercado de trabalho entre homens e mulheres, outra pesquisa realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios<sup>24</sup> (PNAD), do IBGE, diagnostica como a pandemia do novo coronavírus impactou no setor empregatício, em especial no setor informal, retrocedendo a volta das mulheres ao mercado de trabalho. Segundo o levantamento<sup>25</sup>, o primeiro trimestre de 2020 terminou com a maior taxa de desemprego e o maior número de pessoas sem trabalho, em meio a questões exigidas pelo agravamento da pandemia de Covid-19 no Brasil.

Os dados divulgados em maio de 2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2021) apontam um percentual de desemprego em 14,7% nos três meses até fevereiro, de 13,9% nos últimos três meses de 2020.

A crise sanitária da Covid-19 apresentou uma queda considerável na taxa de empregos que se mostraram ainda mais enfáticos para o sexo feminino. As dificuldades para expandir a atuação das mulheres no mercado de trabalho – que já eram significativas antes da pandemia – tornaram-se ainda mais preocupantes no atual contexto de crise que enfrentamos, fazendo com que países como o Brasil, por exemplo, alcance marcas históricas que caracterizam mais de 30 anos de retrocessos.

O levantamento mostra que o Brasil registrou uma queda de 10% no número de mulheres empregadas, entre os anos de 2019 e 2020. O que corresponde a uma queda de 4,2 milhões de mulheres ocupadas. Segundo a PNAD Contínua, nesse mesmo período, o percentual na queda na quantidade de homens ocupados foi de apenas 7,9%. O que significa que, mesmo

---

<sup>24</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em maio de 2021. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093>

<sup>25</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em maio de 2021. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4093>

que o cenário seja desfavorável para ambos, pode-se notar que o impacto foi comparativamente maior entre as mulheres.

Os impactos apontam que esse foi o menor grau para o nível de ocupação feminina da série histórica analisada, de acordo com a PNAD Contínua Trimestral 2012 a 2020, do IBGE. Os dados mais recentes do último trimestre de 2020, mostram também, que o nível de ocupação apresentou alguma recuperação, mas ainda sem atingir níveis anteriores à crise.

Mas por quais razões esse retrocesso histórico impactou diretamente a participação de mulheres no mercado de trabalho? Uma explicação para essa queda reflete pelo menos dois tópicos importantes. O primeiro deles é sobre o crescimento do número de mulheres desocupadas no final de 2020, quando havia 1,1 milhão a mais de mulheres desocupadas, em comparação com o final de 2019. Outro motivo é sobre a redução da quantidade de mulheres na força de trabalho, sejam aquelas que trabalham ou estão em busca de emprego, que levou a taxa de participação feminina ser o menor nível da série (45,8%, no 3º trimestre de 2020).

Em outras palavras, no último ano, mais da metade das mulheres estava fora da força de trabalho – nem estavam ocupadas, nem buscavam ocupação – revertendo uma tendência de aumento na participação feminina da força e trabalho de três décadas.

É importante notar que os motivos para estar fora da força de trabalho são muito heterogêneos entre homens e mulheres: 26% das mulheres que estão fora da força relatam como motivação os afazeres domésticos ou cuidados com outras pessoas. Para homens, esse percentual é de apenas 2%.

Nessa perspectiva é importante ressaltar que a participação feminina na força de trabalho sofreu uma queda devido a desigualdade de gênero, onde as mulheres são vistas como necessárias nos afazeres domésticos ou cuidados com os filhos, enquanto o homem ainda é visto como o principal mantenedor do lar. O que supre economicamente as necessidades familiares. Ou seja, a taxa de 26% das mulheres que relatam estar fora do mercado de trabalho faz parte de um grupo que é afetado devido o privilégio do gênero masculino em desvantagem do feminino. Sendo assim, os direitos e vontades dos homens foram colocados acima dos das mulheres.

### **1.3 JORNALISTAS, AMBIENTE DE TRABALHO E RELAÇÕES DE PODER**

A seguir é feita uma análise acerca do cenário jornalístico desde a inserção da mulher nesta área à uma explanação sobre o perfil dos profissionais. Para visualizar a mulher como fonte de informação jornalística, se faz necessário conhecer a história e transformação da



mulher como protagonista na sociedade ocidental. Com isso, com sua entrada no mercado de trabalho, as raízes do preconceito e discriminação de gênero são reveladas e ainda se fazem presentes atualmente. Para Scott (1994), o surgimento da mulher como trabalhadora se deve a Revolução Industrial. No entanto, essa mulher é considerada como um problema que precisa de uma solução urgente. A questão é:

Deve a mulher trabalhar por um salário? Qual o impacto do trabalho assalariado no corpo feminino e sua capacidade de desempenhar as funções maternais e familiares? Que gênero de trabalho é adequado para uma mulher? (SCOTT, 1994, p. 443).

No Brasil, principalmente nos últimos anos, o jornalismo e os jornalistas tem enfrentado diversos problemas seja estrutural, financeiro ou relacionado a atividade jornalística durante a apuração de suas pautas externas. Sendo assim, atualmente o jornalismo vem passando por uma crise não apenas na economia, mas também na política, ética, credibilidade etc.

#### 1.4 AS MULHERES E SUA INSERÇÃO NO JORNALISMO

O jornalismo foi uma atividade iniciada por homens, a inserção das mulheres nesse meio se deu, de modo geral, após sua participação em veículos da imprensa alternativa. De acordo com a descrição de José Hamilton Ribeiro, por volta da década de 1930 no Brasil, durante anos, o mercado de trabalho jornalístico era um local unicamente masculino:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço (RIBEIRO, 1998, p. 31).

O cenário sofreu mudanças. Em 2019, por exemplo, as mulheres já ocupavam 54,5% de participação na força de trabalho, enquanto os homens eram de 73,7%, como aponta o levantamento “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, realizado pelo IBGE e divulgado em março de 2021.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo portal *Comunique-se*<sup>26</sup>, colhida pelo Works, divulgada em março de 2019, o número de mulheres no mercado da imprensa no Brasil,

---

<sup>26</sup> Disponível em <https://portal.comunique-se.com.br/mulheres-jornalistas-minoria/>. Acessado em outubro de 2021.

representa 36,98%. Ou seja, cerca de 15.654 mulheres jornalistas desempenham a profissão no país. Comparado a quantidade de homens empregados, esse número chega a 26.678 jornalistas do sexo masculino ativos no mercado.

Embora as mulheres sejam maioria na sociedade, a quantidade de homens ainda é superior na área jornalística. Esse número fica nítido quando se compara os homens e as mulheres em meios de comunicação, como televisão e rádio. Ambos estão em lados opostos, e no rádio, os homens somam 11.182 profissionais ativos pelo país, já as mulheres representam 20,5% desse total, o equivalente a 2.284 profissionais ativas em emissoras radiofônicas. Ao contrário do que se é visto em emissoras de TV, por exemplo, onde as mulheres são a força trabalhadora que representam mais da metade das áreas disponíveis de trabalho. Em canais abertos e pagos, elas somam 4.040 jornalistas empregadas, contra 4.007 homens, o equivalente a 50,21%. Os dados descrevem cargos referentes a funções jornalísticas, como reportagem, apresentação e direção de redação. Sem citar cargos de liderança, onde 1/3 das mulheres compõem a diretoria de um veículo de comunicação ou ocupam cargo de editora executiva, editora-chefe, presidente ou vice.

Em sua maioria, nos órgãos de comunicação, ainda são os homens que predominam. Aproximadamente 65% dos cargos de poder são ocupados pelo sexo masculino, e a diferença salarial ainda faz parte da realidade no mercado de trabalho no meio jornalístico. A discriminação e a desvalorização das mulheres ainda são experienciadas em meios de comunicação, assim como a violência simbólica, que é reforçada por atos sutis que ridicularizam as formas do corpo feminino, como cantadas de mau gosto e brincadeiras infelizes, que reduzem as profissionais a objeto de sedução.

Para Bourdieu (1997) a violência simbólica, pode ser entendida como uma forma de coação que se associa ao reconhecimento de uma imposição determinada, seja econômica, social ou simbólica.

[...] considera como violência simbólica toda coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado acorda ao dominante (portanto à dominação) quando, para pensar e se pensar ou para pensar sua relação com ele, dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que têm em comum com o dominante e que faz com que essa relação pareça natural” (BOURDIEU, 1997, p. 204).

Observa-se, a partir de pesquisas realizadas, sejam em sites noticiosos ou em pesquisas informais, que várias jornalistas colecionam casos de assédio, seja dentro de redações ou meios de comunicação, como também durante o desempenho da função, como em ambientes externos

à empresa, mas ainda consideram muito difícil denunciar a questão considerando serem retaliadas no mercado de trabalho, conforme depoimentos das jornalistas entrevistadas.

Essa discussão nos lembra o que diz Foucault (1979), que é possível lutar contra padrões de pensamentos e comportamentos, mas impossível se livrar das relações de poder. O poder em Foucault controla, mas também provoca consequências de saber e verdade.

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Apesar das relações de poder e violência simbólica existentes no ambiente jornalístico, as jornalistas são ensinadas a relatar a história ou dor do outro, e não a sua própria. Se abstendo de virar notícia. Em 2020, em meio ao boom da pandemia do novo coronavírus no Brasil, 105 mil denúncias foram registradas no país, sendo 290 denúncias por dia ou uma a cada cinco minutos, relacionadas a violência doméstica ou familiar. Os dados foram coletados através dos canais de atendimento mantidos pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, e divulgados pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), em uma *live* em março de 2020 nas redes sociais.

Com relação ao número de mulheres em meio de comunicação, televisão e rádio, a taxa só é favorável à mulher depois da TV, no meio *online*, o qual é o que mais emprega jornalistas do sexo feminino no Brasil. Nessa área, elas representam 3.838 profissionais empregadas, o equivalente a 42,46%. Já os homens somam 5.202 profissionais ativos. Se comparado a presença de mulheres na TV, a revista é o que mais se aproxima desse número. Cerca de 3.366 jornalistas que estão empregados no meio online, cerca de 48,46% são mulheres. São 1.736 homens para 1.631 mulheres. As agências de notícias são os ambientes que mais apontam um equilíbrio entre gêneros, já que as mulheres compõem 47,67%, cerca de 276 mulheres entre 303 homens. Já no jornal impresso, a divisão aponta que o número de homens ainda é superior ao de mulheres, com 4.962 profissionais masculinos e 3.117 (38,58%) profissionais femininas.

Bourdieu em suas reflexões mostra a imposição da dominação masculina, que segundo ele, é uma violência simbólica.

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias

puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1996, p. 7-8).

O jornalismo alternativo foi criado para que o público feminino pudesse ser inserido na área, e a partir disso, deu-se início ao trabalho das mulheres na profissão. Mesmo que a presença feminina no campo literário tivesse certa notoriedade no século XX, é possível mapear diversas atividades realizadas por mulheres que eram ligadas ao jornalismo no Brasil do século XIX. Segundo o relato de Muzart (2003, p. 226), uma das razões para a origem dos periódicos de mulheres nessa época, “partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto”.

Apesar de que o direito à educação era por vezes direcionado ao matrimônio e a uma melhor educação para os filhos, segundo Muzart, esse direito também incluía o consentimento de frequentar escolas, o que incluía o direito à profissão. A primeira legislação que permitia a abertura de escolas públicas femininas data de 1827 (DUARTE, 2003) antes disso, as opções de educação voltadas para as mulheres eram oferecidas por conventos ou professoras particulares que se preocupavam mais com o ensino de atividades domésticas.

O atual cenário brasileiro de mercado de trabalho, mostra que as mulheres, antigamente educadas para servir ao matrimônio e família, hoje tem vantagens em relação aos homens, principalmente em questão de educação. Os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que mulheres com 15 anos ou mais constituíram a força de trabalho no país em 2019, o que mostra uma mudança no cenário nas últimas décadas.

O mercado atual de trabalho aponta que 40,4% dos homens não possuem instrução ou tinham apenas o fundamental incompleto, o que difere da realidade feminina, na qual elas são cerca de 37,1% desse percentual. Isso comparado entre pessoas de 25 anos ou mais. Além disso, as mulheres também estão em vantagem em relação a possuir nível superior completo. Cerca de 19,4% desse percentual corresponde ao público feminino, o que difere dos homens, cuja taxa é 15,1%.

Com o cenário se mostrando favorável à mulher, a profissionalização delas também foi alvo de preconceitos, um deles por exemplo, registrado em um artigo nomeado “O Eterno Feminino”, publicado em 1886, na Revista Ilustrada, onde dizia que seu campo de ação profissional deve ser ampliado, mas não muito. “É que a mulher não deve se intrometer em lutas políticas” (BUITONI, 1981, p. 18) dimensionando assim, a luta exercida pelas periodistas do século XIX.

E nesta perspectiva, Zahidé Muzart argumenta que nestas mulheres de letras já havia um feminismo primário, independente do conteúdo:

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente (MUZART, 2003, p. 267).

Documentos dos primeiros periódicos brasileiros, totalmente produzido por mulheres, apontam o lançamento em 1852, do intitulado “Jornal das Senhoras”. Idealizado por Joanna Paula Manso de Noronha, argentina radicada no Rio de Janeiro, segundo o editorial:

Redigir um jornal é para muitos literatos o apogeu da suprema felicidade, já sou Redator, esta frasezinha dita com seus botões faz crescer dois palmos a qualquer indivíduo. No círculo ilustrado o Redator é sempre recebido com certo prestígio do homem que em letra de imprensa pode dizer muita coisa, propícia ou fatal a alguém. Ora pois, uma Senhora à testa da redação de um jornal! Que bicho de sete cabeças será? Contudo em França, em Inglaterra, na Itália, na Espanha, nos Estados Unidos, em Portugal mesmo, os exemplos abundam de Senhoras dedicadas à literatura colaborando [em] diferentes jornais. Porventura a América do Sul, ela só, ficará estacionária nas suas ideias, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da Sociedade? (NORONHA apud CASADEI, 2011, p. 4).

Apesar de esse ter sido um importante passo para a inserção feminina no jornalismo, os textos publicados no Jornal das Senhoras, não eram assinados, fazendo com que as colaboradoras permanecessem em anonimato. O anonimato também se dava por motivos de proteção das profissionais, confira um trecho do Jornal das Senhoras:

[...]para a maioria dos homens, o casamento era apenas um meio de satisfazer um desejo, um capricho, ou simplesmente mudar de estado. Ou assegurar a sua fortuna. Daí o homem poder dizer ‘minha mulher’ com a mesma entonação de voz com que diz ‘meu cavalo, minhas botas, etc.’, pois tudo são trastes de seu uso (Jornal das Senhoras, 2 edição/ janeiro de 1852, p. 13).

De acordo com Buitoni (1981), as características da imprensa feminina brasileira no século XIX, eram pensadas em torno de dois pontos: um deles abordado por revistas que valorizavam a figura feminina com sua imagem de mãe e esposa; e o segundo abordava a conquista das mulheres por direitos e enfatizando a emancipação feminina.

## 1.5 O PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO

A pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro<sup>27</sup>” (MICK e LIMA, 2013), organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), indicou que o cenário jornalístico brasileiro hoje é produzido em grande parte por mulheres, em sua maioria brancas, solteiras, com idade inferior aos 30 anos que integram 64% das redações de jornal do país.

A discriminação e o preconceito vividos por mulheres em várias categorias profissionais são inúmeras, mais ainda no jornalismo, onde 64% da categoria é formada por mulheres. De acordo com uma pesquisa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji, 2017) e do portal “Gênero e Número” realizada com cerca de 500 jornalistas brasileiras, revelam que 86% das entrevistadas relatam já ter vivido pelo menos uma situação de discriminação de gênero no trabalho.

A pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro<sup>28</sup>, realizada com jornalistas de 271 veículos diversos no país, aponta resultados voltados para a presença de atitudes sexistas em relações às jornalistas seja dentro e fora das redações. 70% das entrevistadas afirmam já ter presenciado ou tomado conhecimento de assédio envolvendo colegas mulheres no ambiente de trabalho. Cerca de 60% relataram ter sentido que sua condição de mulher, alguma vez, lhes prejudicou na divisão de tarefas. Já 39% apontam dificuldades para alcançar uma promoção.

A pesquisa afirma ainda que o mercado jornalístico sofreu mudanças significativas nas últimas décadas e a quantidade de homens e mulheres nas redações jornalísticas se tornou mais proporcional. Ainda assim, é possível encontrar desigualdades, como por exemplo, 65% das entrevistadas relatam haver mais homens em cargos de poder, em funções como: edição, coordenação, direção, nos veículos em que trabalham.

Em Foucault, poder é entendido como relação, ele pouco usa a palavra poder, mas a expressão - relações de poder - e quando usa a primeira é sempre no sentido da segunda. O poder aqui analisado enquanto relações de poder, nos remete a ideia de força, de imposição e dominação. O poder, segundo Foucault (1971) gera a verdade antes de mascará-la em convicções, o poder origina a realidade antes de impor o seu contato através da violência.

---

<sup>27</sup> Informação disponível <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf> Acesso em 30 de mar. 2021.

<sup>28</sup> Pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em parceria com o portal “Gênero e Número”. Disponível em <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/> Acessado em setembro de 2021.

O que faz o poder se manter, que seja aceito, é simplesmente que não pesa somente como uma força que diz não, mas que, de fato, circula, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso; é preciso considera-lo mais como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social que como uma instância negativa que tem como função reprimir (FOUCAULT, 1971, p.48).

Retomando os dados da pesquisa Mulheres no Jornalismo Brasileiro, entre os dados coletados, o mais relevante é o que diz respeito ao assédio cometido por fontes no exercício do trabalho. Aproximadamente 70% das entrevistadas dizem que se sentiram desconfortáveis com comentários sobre sua aparência recebidos durante o exercício da profissão. Outras 46,3% apontaram "cantadas" cometidas por colegas homens, sendo 36,9%, vindas de fontes masculinas e para 27,9% as cantadas foram cometidas por um superior hierárquico.

Das 500 jornalistas que participaram da pesquisa, apenas 15%, afirmam que realizaram uma denúncia à empresa sobre uma situação de assédio ou machismo vivida no ambiente de trabalho. 30% das entrevistas relatam que seus veículos possuíam canais para receber e responder às denúncias.

Segundo a pesquisa, é recomendável que os veículos produzam cartilhas para funcionários e colaboradores, deixando claro o que é assédio e caso seja cometido por uma fonte, indique os procedimentos a serem adotados pelas repórteres caso sofram algum desses atos. É indicado também que as redações criem um canal de comunicação interno para que vítimas de abuso e assédio possam realizar uma denúncia formal.

Conclui-se que, as mulheres que desempenham funções iguais as dos homens, seja com a mesma ou maior competência que eles, ainda ganham menos e continuam sendo vítimas de comportamentos abusivos, machistas, sexistas, e que por vezes, incluem o assédio moral e sexual. Em alguns casos, a discriminação de gênero se manifesta mais nítida, onde as mulheres são excluídas nas disputas de vagas por razões nas quais a gravidez e os compromissos com o lar e com a educação dos filhos podem ser um fator que faça com que elas tenham seu desempenho no trabalho comprometido, ou até mesmo a faça perder o emprego. Raros os casos em que elas conseguem alcançar postos de liderança. E mesmo conseguindo, ainda sofrem com comportamentos abusivos de homens que não sabem lidar com ordens vindas de mulheres.

Diante desse cenário, após ouvir diariamente experiências negativas vividas por colegas de trabalho, assim como eu, que sofri com comportamentos abusivos cometidos por chefes homens, me inquietei com os acontecimentos que eram frequentes, mas silenciados pelas colegas e trouxe o assunto para discussão na academia, para que esses tipos de situações

frequentes onde as jornalistas são colocadas sejam debatidos, vistos e repensados tanto pela sociedade quanto pela própria categoria.



## 2 TESSITURA DOS CAMINHOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

Não poderíamos iniciar este capítulo sem falar de um evento que foi um marco nacional, ocorrido em 09 de junho de 1994, na capital paraense, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará. Nesse evento, já se identificava que a violência contra a mulher não estava restrita apenas ao âmbito físico, mas pode assumir contornos de violência sexual e psicológica, ou o que denominamos de violência simbólica. Na compreensão da Convenção, a violência de gênero contra a mulher pode ocorrer no ambiente doméstico ou na comunidade e pode ser cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local (CONVENÇÃO INTERAMERICANA, 1994, s/p).

No seu artigo 4, a Convenção (1994, s/p) entende que: “Toda mulher tem direito ao reconhecimento, desfrute, exercício e proteção de todos os direitos humanos e liberdades consagrados em todos os instrumentos regionais e internacionais relativos aos direitos humanos”. Ou seja, direitos que respeitem à vida; à integridade física, mental e moral; à liberdade e à segurança pessoais; direito de não ser submetida a tortura; respeito à dignidade inerente à sua pessoa e a que se proteja sua família; direito a igual proteção perante a lei e da lei; direito à liberdade de professar a própria religião e crenças, e direito a ter igualdade de acesso às funções públicas e a participar nos assuntos públicos, inclusive na tomada de decisões.

A partir das diretrizes traçadas por essa Convenção, traçamos nossa trajetória teórica e metodológica de compreensão sobre a violência de gênero e sua estruturação nos diversos espaços da sociedade e nas relações pessoais e profissionais.

Para desenvolver esta pesquisa o método utilizado foi a pesquisa qualitativa que, conforme define Chapoulie (1984):

[...] implica a atividade de um pesquisador que observa pessoalmente e de maneira prolongada situações e comportamentos pelos quais se interessa, em reduzir-se a conhecê-los somente por meio das categorias utilizadas por aqueles que vivem essas situações” (CHAPOULIE, 1984, p. 585).

Observar situações e comportamentos no ambiente de trabalho foi essencial para que esta pesquisa tivesse um corpo. Para o seu desenvolvimento também foram aplicadas técnicas

de entrevista em profundidade com as jornalistas entrevistadas. As personagens puderam relatar suas experiências no ambiente do trabalho por onde já passaram ao longo de suas carreiras e atualmente, onde estão atuando.

No primeiro momento, um levantamento sobre possíveis nomes de entrevistadas foi realizado, mais de 20 (vinte) nomes de jornalistas que atuam em Belém foram cogitados. Em seguida, em contato com as possíveis entrevistadas explica-se a importância da pesquisa e sua relevância no ambiente acadêmico, assim como os relatos das entrevistadas. Foi ressaltado também que nenhum nome seria citado durante as entrevistas, assim como não seria revelada a identidade das jornalistas.

Na pesquisa, preserva-se os nomes das entrevistadas, os nomes de terceiros citados nas entrevistas e a referência aos veículos de comunicação. Mesmo com todas essas medidas acertadas ainda houve resistência de algumas jornalistas em falar à pesquisadora. Outras recusaram de imediato, informando que não participariam da pesquisa por medo de perder o emprego. Já as jornalistas que se disponibilizaram a participar da pesquisa foram bastantes eloquentes e responderam além do que esperávamos, dando detalhes sobre suas experiências e até sobre casos que presenciaram com outras colegas.

Dos mais de 20 (vinte) nomes cogitados, apenas 11 (onze) aceitaram colaborar com a pesquisa. Dessas, 7 (sete) responderam de forma clara que colaboram com a pesquisa, as outras 4 (quatro) não responderam de forma que pudesse se extrair informações importantes, elas hesitaram em responder algumas questões e 2 (duas) delas negaram ter tido experiências negativas com chefes ou superiores hierárquicos, mesmo tendo sido citadas por outras entrevistadas que relataram ter presenciado situações com as mesmas. Devido essa hesitação, o relato dessas 4 (quatro) personagens não foi acrescentado à pesquisa.

As entrevistas aconteceram individualmente em locais escolhidos por elas, para que se sentissem confortáveis. Duas das jornalistas optaram em falar em suas residências, 3 (três) em uma cafeteria e as outras 2 (duas) em seus atuais locais de trabalho devido a correria do dia a dia. Cada entrevista teve em média uma hora de duração. Todas foram gravadas em formato de áudio e autorizadas pelas jornalistas.

## 2.1 MÉTODOS

A abordagem da pesquisa privilegia entretecer metodologia e contexto social de atuação dos jornalistas nos veículos de comunicação, assim como retoma pesquisas sobre mulheres e

assédios no trabalho. Ressalta-se o que nos diz Bourdieu (1999), que a escolha do método não deve ser rígida, mas rigorosa, ou seja, o pesquisador deve aplicar qualquer método ou conjunto de métodos com rigor, com objetivo de alcançar os objetivos traçados na pesquisa científica.

Nesta perspectiva a reflexão sobre o tema nos levou a optar pela pesquisa qualitativa, recorrendo-se à entrevista que, segundo Jovchlovitch e Bauer (2002), é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra e a questão simbólica nas relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca. Este método possibilita compreender a partir da fala e da escuta dos respondentes como eles percebem o mundo.

O primeiro ponto de partida é o pressuposto que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram. Assume-se que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial. O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes [...] são esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 65).

Portanto a aplicação da entrevista qualitativa permite uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos, no caso aqui, as jornalistas e suas relações com ambiente de trabalho.

## **2.2 A ATIVIDADE E O AMBIENTE PROFISSIONAL**

Na busca pela delimitação do tema, se faz perceber numa articulação entre movimentos sociais, especialmente o feminismo, e as ideias teóricas consequentes no Brasil hoje. As questões de gênero expõem como diferentes povos, em diferentes períodos históricos, ordenam as atividades de trabalho na esfera pública e privada, assim como atributos pessoais e os encargos destinados a homens e a mulheres em áreas como religião, política, sexualidade, lazer, educação, entre outros. O conceito de gênero, que nos dias de hoje, é usado em vários momentos e em textos que orientam as políticas públicas, surgiu do diálogo entre o movimento feminista e suas teóricas, pesquisadoras de diversas disciplinas, como sociologia, antropologia, história, ciência política, entre outras.

Para Ferreira (1986), do ponto de vista gramatical gênero tem a seguinte definição: "categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas" (FERREIRA, 1986, p. 844). Por este ângulo, o autor indica o gênero masculino, o feminino e o neutro.

A violência contra as mulheres é um fenômeno que perpassa a história da humanidade, e que faz parte de um sistema sócio-histórico que envolve as mulheres há uma posição hierárquica na qual elas tendiam a acreditar serem inferiores ao gênero masculino.

Retoma-se novamente as pesquisas sobre questões que envolvem assédio sexual e ambiente de trabalho. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI, 2017) divulgou resultados de uma pesquisa realizada em dezembro de 2017, após ouvir jornalistas sobre assédio moral e sexual em parceria com o portal Gênero e Número<sup>29</sup>. A pesquisa coletou dados de quatro capitais do país, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Porto. O relatório denominado "Mulheres no Jornalismo Brasileiro"<sup>30</sup> foi respondido por 531 jornalistas em todo o país. As questões colocadas em pauta foram assimetrias de gênero no mercado de trabalho, discriminação de gênero, segurança e assédio no exercício da profissão, respostas organizacionais à discriminação, além de assédio e perspectiva de gênero na cobertura jornalística. Ainda segundo a pesquisa, os resultados constataam que há uma naturalização de fatos discriminatórios em âmbito jornalístico em detrimento das mulheres, onde atitudes machistas e constrangimentos, que se incluem no assédio sexual, são ações generalizadas e que se tornaram comuns no ambiente de trabalho.

Por isso, nesta pesquisa, foram consideradas observações importantes no tratamento sobre o assédio sexual e da violência de gênero nas redações dos veículos de comunicação, em que algumas indagações permearam as investigações, entre elas: como é o tratamento desses temas nas redações jornalísticas? Como essas situações impactam na vida das profissionais? Quais tipos de medidas para combater e conscientizar os jornalistas as redações utilizam? Há canais de comunicação para que as profissionais afetadas por essas situações possam realizar denúncias nas empresas? Há apoio psicológico e algum tipo de segurança para as mulheres afetadas?

---

<sup>29</sup> O Gênero e Número é um portal que tem como objetivo dar visibilidade a dados e a evidências relevantes para o debate sobre equidade de gênero no Brasil. Informação disponível <http://www.generonumero.media/> Acesso 30 de março de 2021.

<sup>30</sup> Informação disponível <https://mulheresnojornalismo.org.br/> Acesso 30 de mar. 2021.

Nessa perspectiva, Maiá Menezes, integrante do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em entrevista<sup>31</sup>, afirma que “a discussão [do assédio nas redações] é essencial. O fato de a repórter ser mulher não pode, em nenhuma hipótese, se tornar um fator de risco para a sua atuação profissional”.

Outra pesquisa de caráter mais geral, realizada pelo Instituto Datafolha<sup>32</sup>, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP e divulgada em junho de 2021, revelou que aproximadamente 17 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência, seja física, psicológica, sexual ou outra no Brasil em 2020. Ou seja, uma em cada quatro mulheres com 16 anos ou mais, afirma ter sido vítima de algum tipo de violência. Nesse percentual, 24,4% das vítimas relataram variadas formas de abuso. Porém, houve um aumento nos casos onde o crime foi cometido dentro de casa.

A pesquisa revela ainda que no período da pandemia do novo coronavírus, em específicos os anos de 2020 e 2021, houve uma estabilidade nos números em relação à última pesquisa, relativa ao ano de 2019.

Ainda segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, em 2019, a violência em ambiente doméstico representou 42%, já em 2020, esse percentual foi de 48,8%. Já os dados de violência sofrida nas ruas saltaram de 29% para 19% nos anos considerados. Houve ainda um aumento significativo, nos casos em que o agressor é alguém conhecido, como companheiros, namorados e ex-parceiros. Entre as vítimas com 50 anos ou mais, há maior aparição de filhos e enteados nos casos de violência.

Entre os problemas sociais existentes no Brasil e no mundo, a violência contra a mulher continua sendo uma grave preocupação, mesmo com a luta feminista em volta do tema. Desde 1990, a Organização Mundial de Saúde passou a reconhecer a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, exigindo dos governantes políticas públicas mais eficazes no combate e prevenção. Esse tipo de violência é considerado uma violação dos direitos humanos.

---

<sup>31</sup> Informação disponível < <http://www.abi.org.br/assedio-nas-redacoes-um-problema-de-dificil-solucao/> Acesso 19 mai. 2021.

<sup>32</sup> Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, divulgada em junho de 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>

O conceito de violência contra a mulher tem sido usado como sinônimo de violência doméstica e violência de gênero. Embora haja uma sobreposição entre esses conceitos, há particularidades no uso dos mesmos como categorias críticas.

No Brasil o termo entrou em uso no final dos anos 1970 e logo se disseminou em razão das mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres e impunidade dos agressores, comumente sendo os próprios maridos ou ex-companheiros. Na época, os agressores eram ilibados em nome da “defesa da honra” (GROSSI, 1998). Já nos anos 1980 o que antes eram mobilizações, se tornou denúncias contra os espancamentos e maus tratos conjugais. Com isso, o termo passou a ser usado no contexto de violência doméstica por causa da maioria das ocorrências de agressão acontecer no espaço doméstico e/ou familiar (AZEVEDO, 1985).

A partir dessas manifestações foram criadas o SOS Mulher e outros Serviços de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência, criados pelo extinto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH) no governo Dilma Rousseff (2011-2016). Na maioria das vezes esses órgãos são organizações não governamentais (ONGs) criadas por militantes feministas que buscam políticas públicas voltadas para a proteção feminina. Ao longo dos anos, surgiram também, conquistas importantes no combate à violência contra a mulher como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em Brasília, os Conselhos Estaduais e Municipais da Condição Feminina e as Delegacias de Defesa da Mulher espalhados pelo território brasileiro.

O conceito de violência de gênero envolve também crianças e adolescentes, vítimas de violência masculina, que no Brasil é construída a partir das relações de gênero. O termo é usado também em razão da violência conjugal, por envolver várias formas de violência englobando relações de gênero e poder, como por exemplo, a violência cometida pelo homem contra a mulher, a violência feita pela mulher contra o homem, a violência entre mulheres e a violência entre homens (ARAÚJO, 2004). Portanto, pode-se dizer que uma das principais formas de violência de gênero é a violência contra a mulher.

É necessário discutir a definição do conceito de gênero procurando entender a origem do estado de opressão contra as mulheres. Ao identificar a violência como uma das ações mais desumanas desse fenômeno, refletimos sobre os diferentes aspectos relacionados ao tema para estudarmos a questão da violência de gênero contra as mulheres e expor informações sobre suas circunstâncias e resultados.

De acordo com bell hooks (2018) a discriminação de gênero que é cometida contra as mulheres está enraizada no imaginário social coletivo da sociedade, seja em homens ou nas próprias mulheres, que também afirmam que o sujeito feminino deve ser subordinado ao masculino. Essa violência por vezes é explícita, mas por vezes também é velada, e está mascarada na subordinação da nossa linguagem, seja em expressões que usamos no dia a dia, ou jogos de linguagens com palavras de duplo sentido, além de estereótipos que se moldam de formas distintas de preconceito e discriminação. Essa forma singular de justificar o caráter e o comportamento do outro, o denominado preconceito carrega em si mesmo sua própria etimologia. E acordo com Alberto Dines:

pré+conceito, o preconceptu latino, é um julgamento prévio, sem ouvir as partes, posição irrefletida, pré+concebida, irracional. Também pode ser entendido como um pré+juízo, tanto que em espanhol se diz *prejuicio*, em francês, é *prejugé*, em inglês, *prejudice*, e, em alemão, *vorurteil*. Em todos os casos, a mecânica etimológica é idêntica: o prefixo indicando antecipação e, o resto, significando julgamento.... Em português, o preconceito também significa dano, estrago, perda. Em outras palavras, a adoção sumária de uma opinião ou critério, antes de passar pelo filtro de um julgamento equânime, constitui um mal, ofensa moral (DINES, 1996/1997, p. 46).

A discriminação acontece quando uma atitude ou ato-pensamento cria uma diferença entre os outros ou sobre os outros, gerando uma conduta diferenciada e, em consequência, um preconceito. Para Michel Taussig (1993) o preconceito se refere a uma:

[...] atitude interior (no sentido interno) de um sujeito que viola os atributos e os qualificativos em relação ao outro sujeito, estabelecendo o funcionamento cognitivo e os contactos perceptivos de forma equivocada, cindida e traumática, portanto, pondo sempre à prova (ou derrotando) as capacidades e os recursos simbólicos do outro (BANDEIRA & BATISTA, 2002, p. 129).

Quando um grupo social valida atos que nem sempre condizem com a realidade dos mesmos atores sociais, surge ali um sistema de crenças que será propagado no imaginário social coletivo. Ou seja, será visto como papéis normais na sociedade. Esse sistema de crenças pode validar então, a violência física ou sexual, assim como outras, firmando a ideia de que o homem é o único herdeiro do sistema patriarcal, machista e viril, assim como também será visto como herdeiro do capitalismo selvagem do qual estamos inseridos.

No cenário jornalístico, ainda há diferenças salariais entre os sexos e também em postos de liderança, que continuam em sua maioria sendo comandados por homens. Casos de assédio moral e sexual são constantes, sejam explícitos ou velados, em algumas redações paraenses, as mulheres jornalistas não conseguem realizar uma denúncia, porque sabem que se assim fizeram,

grandes são as chances de serem ignoradas e, conseqüentemente, sofrerão algum tipo de retaliação mais à frente.

Nessa perspectiva, o poder simbólico é aplicado de forma que inconscientemente, a mulher silencie as experiências negativas pelas quais passou ou ainda passa no ambiente de trabalho. Como também passe a temer por sua integridade ética ou até mesmo física, assim como pela perda de emprego.

Como já vimos até aqui, a ideia de poder em Foucault (2006) tem dupla intenção, a primeira é sobre o agenciamento no campo político, compreendido como campo de experiência histórica das lutas sociais e seu desdobramento no campo ético. Ética esta entendida como liberdade, criada entre minoridade, maioria e autonomia. Essa é uma compreensão inovadora do entendimento sobre o que é poder e sobre o que isso é capaz de gerar. O poder em Foucault é pensado como relação, ele pouco utiliza a palavra poder, mas a expressão - relações de poder - quando usada a primeira, é sempre no sentido da segunda.

### **2.3 O CONTEXTO DAS ATIVIDADES JORNALÍSTICAS**

A violência simbólica, segundo Bourdieu (2003), é perpetuada e imposta a partir de determinados valores culturais, uma vez que, seus efeitos aproximam-se de condições psicológicas. Assim, a violência simbólica é diferente da violência física, mas com efeitos tão nocivos quanto a física. Por isso, considera-se relevante no percurso metodológico, entender o funcionamento dos veículos de comunicação e a ação dos jornalistas nesse ambiente, uma vez que a partir dela temos uma configuração do seu papel, do dito 'status', pressões e diferenças de ambientes dos veículos.

Bourdieu e Passeron (1978) partem da hipótese de que, por mais que pareçam universais, os sistemas simbólicos (cultura), se compartilhados por um determinado grupo social, são eventuais, já que mudam entre sociedades e espaço de tempo. Quando realizada, a violência simbólica ratifica a cultura dominante que é imposta e se naturaliza. Com isso, os seres dominados não conseguem responder por si ou se colocar contrários a algo, já que não se veem como vítimas ou sentem que sua condição pode ser evitada.

O poder discutido hoje, tendo como reflexões autores como Bourdieu e Foucault, e o ambiente organizacional, apresenta questões que chamam a atenção de pesquisadores e estudiosos, principalmente se relacionados às representações sociais, que através do ambiente



interno, podem reproduzir eventos evidentes na sociedade de modo geral. Por esse motivo, o ambiente organizacional reforça vários elementos que estão presentes na sociedade. As relações de poder e violência simbólica estão presentes nos relacionamentos humanos, especificamente nas organizações.

Para entender como acontecem as relações de poder e episódios de violência simbólica, é necessário conhecer o ambiente onde os jornalistas estão inseridos. Para isso, discute-se através de Isabel Travancas, o mundo dos jornalistas, avaliando sua rotina e a construção da identidade deste profissional. A autora cita uma frase de Bourdieu (1997), que diz “os jornalistas têm óculos especiais com os quais veem o mundo”. Apesar da seguinte afirmação, as experiências e diversas vivências que os jornalistas adquirem até que esses óculos especiais sejam de certo modo ativados, podem influenciar diretamente em suas relações, principalmente quando se refere à sua vivência profissional.

A definição do jornalista como profissional, por muitas vezes, é deturpada pelas pessoas que enxergam a profissão classificando como uma ocupação de glamour, que traz fama e notoriedade. Porém, quando se pensa no jornalista, logo se pensa em alguém que literalmente corre atrás de um furo de reportagem ou notícias relevantes.

De acordo com Travancas, a visão sobre ser jornalista hoje é:

[...] trabalhar em jornal, rádio, televisão, revistas sites e assessorias de imprensa. Ainda que haja muitas outras imagens do jornalista para a sociedade neste começo de século XXI, o tempo e a notícias continuam sendo elementos essenciais desse ofício moderno (TRAVANCAS, 2021, p. 16).

Uma empresa de comunicação com um grande fluxo de tiragens de jornais impressos e produção de material para portais online, é considerada uma estrutura organizacional. Travancas afirma que um jornal se estrutura sobre o tripé: redação, circulação e publicidade. Apesar de haver outros setores, todas as partes são necessárias, de forma que se complementam e são também subordinadas umas às outras.

O ambiente profissional em que os jornalistas estão inseridos é dividido de maneira em que as relações de poder podem ser negativas ou positivas. Nas redações atualmente, o texto escrito por um jornalista passa pelo superior que é o editor, e após ser revisado, pode ser ou não publicado. Para Travancas (2021), apesar de haver profissionais em diferentes órgãos como TV, rádio e digital, o jornalista que trabalha em redação é visto como um profissional que faz parte do centro do jornal, local onde pulsam as notícias e tudo circula. “É uma comparação pertinente na medida em que é o espaço que funciona 24 horas por dia e no qual se encontra a

razão de ser do jornal: a produção da informação. Pois se a notícia se encontra na rua, sua elaboração se faz na redação” (TRAVANCAS, 2021, p. 19 e 20).

Assim, o ambiente em que o jornalista está inserido dentro da redação é estruturado como uma grande sala bem iluminada (artificialmente), com diversas mesas, cadeiras, telefones, TVs e computadores. A autora descreve o local afirmando que nele, a entrada de luz é controlada, “fazendo com que os que nela trabalham percam a noção de tempo, a não ser pelo relógio de parede e pelo próprio ritmo do trabalho” (TRAVANCAS, 2021, p. 24).

Segundo ela, a espinha dorsal de uma redação tem uma divisão de categorias bem definida dos profissionais, que podem ser pauteiros, repórteres, redatores, repórteres fotográficos, diagramador, subeditor, editor, chefe de reportagem, editor-chefe ou diretor de redação. Geralmente, esses profissionais se dividem em editorias como: Cultura, Esportes, Polícia, Política, Economia, Saúde, Ciência, Economia, Geral, Cidades ou Cadernos Especiais. No entanto, não significa que essas divisões de categorias são feitas de modo democrático. Um jornalista pode ficar responsável por uma ou mais editorias. Além disso, a carga de trabalho nem sempre é exercida apenas na redação,

O ponto de partida para a entrada na profissão é a entrega do seu tempo. É estar ligado à redação o tempo todo. Há uma cobrança implícita, se não explícita, de que ser jornalista significa ser jornalista 24 horas por dia e não só quando se está no jornal ou fazendo matéria na rua. Nesse sentido, não só o tempo será importante para essa categoria [...], mas também a noção de espaço, que vai fazer com que o jornalista viva em três mundos: o da casa, o da rua e o da redação ou do trabalho (TRAVANCAS, 2021, p. 24 e 25).

Ou seja, alguns profissionais tendem a passar mais tempo no trabalho do que em casa, já que a maioria dos jornalistas tem dupla jornada de trabalho, e por vezes, ainda levam trabalho para casa. Devido a isso, essa discussão se torna importante para esta pesquisa, pois a maioria das entrevistadas têm mais de um emprego para garantir renda extra para as despesas mensais.

Apesar de, por vezes, parecer um ambiente descontraído, as redações são ambientes com divisões hierárquicas e regras. Local onde as relações entre chefes e subordinados são definidas. Ou seja, na rotina de um jornalista é importante ressaltar as diferenças entre os tipos de veículos. Um repórter de televisão, por exemplo, se diferencia quanto a um repórter de jornal impresso, online ou rádio, começando pela aparência.

A televisão é um meio em que a imagem é fundamental, por isso uma repórter, por exemplo, deve estar sempre maquiada, penteada e bem vestida, principalmente da cintura para cima, que é o que aparece no vídeo. Esse é um detalhe que de saída chama a atenção. É fácil identificar os repórteres de TV em uma coletiva: os homens estão de terno e as mulheres maquiadas e com a

aparência apurada, o que não é exigido em uma emissora de rádio ou jornal impresso ou online”. (TRAVANCAS, 2021, p. 40).

Como avalia Travancas (2021), essa condição pode parecer um detalhe, porém é um assunto discutido entre os profissionais, já que os mesmos só tem conhecimento de suas pautas do dia após chegar à redação.

As vezes ele ou ela acha que não está vestido adequadamente para a ocasião”. A autora enfatiza que “o importante é destacar que o vestuário para o meio televisivo tem um peso e uma dimensão maiores do que para o restante da categoria. É preciso aparecer na tela bem-vestido, com uma roupa elegante, que não seja vulgar e denote a credibilidade não só do repórter como da emissora (TRAVANCAS, 2021, p. 41).

Além de a categorização das vestimentas, o jornalista de televisão, ao contrário dos que estão em redação de impresso, rádio ou online, não se perdem no anonimato da classe. “São reconhecidos na rua e identificados pelos telespectadores” (TRAVANCAS, 2021, p. 52). Além dessa, há diferenças também em questões de apuração do trabalho jornalístico. A rotina de quem trabalha nas redações, seja de jornal impresso, televisão ou rádio é outro aspecto que influencia na vida dos jornalistas. A certeza que o profissional tem é o horário de chegada no trabalho, já que a saída raramente acontece no horário que deveria. Essa rotina tem importância para os que desempenham, principalmente quando essa marca momentos significativos em suas trajetórias. A construção da identidade desse profissional se realiza em um contexto que:

Diversas áreas da vida social se misturam e se confundem. Suas experiências e vivências apresentam ambiguidade e contradições. Não se pode pensar em identidade levando-se em conta apenas trajetórias e projetos conscientes e lineares, sem curvas e oscilações (TRAVANCAS, 2021, p. 137).

Outras características que compõem a construção da identidade do jornalista são as noções de prestígio e ascensão social. Travancas (2021) afirma que “a carreira de jornalista poderá significar, em alguns casos, um instrumento de ascensão social e obtenção de prestígio. Obviamente, os dois aspectos terão dimensões variadas de acordo com cada indivíduo”. (TRAVANCAS, 2021, p. 137). A essa mudança social, na qual o jornalista passa a ter a oportunidade de sair do anonimato e se tornar uma figura importante, ainda que limitada em termos quantitativos, contribui como influência e incentivo para a profissão, afirma a autora. Quanto ao papel do jornalista, Travancas ressalta que:

Ele tem uma função importante na construção da cidadania, por ser responsável pela transmissão de informações, e cidadania está subordinada a informação. Não se forma um cidadão sem conhecimento, são as informações que possibilitam escolhas, avaliações e participação na sociedade. Sem isso, sua atuação ficaria restrita ou seria inexistente (TRAVANCAS, 2021, p. 140 e 141).

A importância do papel dos jornalistas, segundo a autora, é colaborar na construção da cidadania e ser responsável pela transmissão de informações, tendo em vista essa colocação, a jornalista que sofre algum tipo de violência simbólica no seu próprio ambiente de trabalho não deveria se deixar silenciar diante da gravidade dos fatos. Sua profissão deve também servir como um tipo de canal de transmissão, principalmente para aquelas que trabalham em veículos televisivos e uma visibilidade maior das que trabalham em rádio ou impresso por exemplo. O jornalismo, nesses casos, deve ser utilizado de forma que permita que as profissionais possam expor e alertar esses tipos de situações abusivas.

Com relação à importância do papel do jornalista, Travancas conta que muitos dos informantes por ela entrevistados afirmam que o profissional é um narcisista.

Narcisista entendido aqui como próximo ou semelhante a vaidoso, alguém interessado em aparecer e que se preocupa ao máximo em ter uma matéria assinada e lida por muitos. [...] O indivíduo narcisista está sempre buscando se destacar na multidão, o que explica seu fascínio por se tornar célebre (TRAVANCAS, 2021, p. 141).

No entanto, essa é uma afirmação que os próprios profissionais têm sobre sua própria classe e as relações de poder que os atinge. Para Travancas (2021), a construção da identidade do jornalista como profissional se estabelece com base na profissão, e sucede de algo mais enigmático do que somente seu exercício. “Essa ocupação requer características específicas de quem deseja exercê-la” (TRAVANCAS, 2021, p. 141).

Em relação ao meio em que o jornalista está inserido, “ele funciona como um sistema de interações, onde são definidos os papéis e há solidariedade entre os membros do grupo, regidos por regras e sanções sociais” (TRAVANCAS, 2021, p. 141).

Nessa perspectiva, observamos que em algumas situações, essas interações ultrapassam o limite de saudável e profissional para algo mais sério, onde estão inseridos episódios de violência simbólica. Ou seja, diversos profissionais da comunicação, em específico os jornalistas como sujeitos de estudo desta pesquisa, inicialmente enxergam a profissão como algo glamuroso, que traz um status de poder, uma superioridade. No entanto, esse deslumbre assim como a visibilidade que a profissão traz, também deve ser utilizada de forma que a informação, independente de quem seja o personagem, seja transmitida e interpretada pelo receptor. Para ser mais clara, as situações onde as jornalistas, que diariamente se propõem a trabalhar em ambientes tóxicos e que as coloquem em situações constrangedoras, devem ser

expostas. A sociedade necessita saber as condições de trabalho e as situações de discriminação de gênero que essas profissionais são colocadas. O debate se faz necessário.

## 2.4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA JORNALISTAS

No Brasil, um estudo inédito sobre violência de gênero contra jornalistas<sup>33</sup>, foi divulgado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), realizado com o auxílio do *Global Media Defence Fund*, da UNESCO, em 2021. De acordo com dados compilados, o levantamento aponta que 127 jornalistas e meios de comunicação foram alvos de 119 casos de violência de gênero, em que mulheres jornalistas (cis e trans) representam 91,3% das vítimas.

Esse relatório é importante porque representa parte de um diagnóstico de uma realidade que ainda é invisibilizada na sociedade brasileira, em específico, nos ambientes organizacionais. O estudo “Violência de gênero contra jornalistas” revela ainda que, em 2021, como argumentos para a agressão, 45 ataques foram direcionados a profissionais da imprensa e veículos, utilizando gênero, sexualidade ou orientação sexual. O relatório aponta ainda a presença de discursos estigmatizantes, narrativas que utilizam agressões verbais com o intuito de hostilizar e descredibilizar jornalistas, somam 75% dos episódios apresentados pela Abraji.

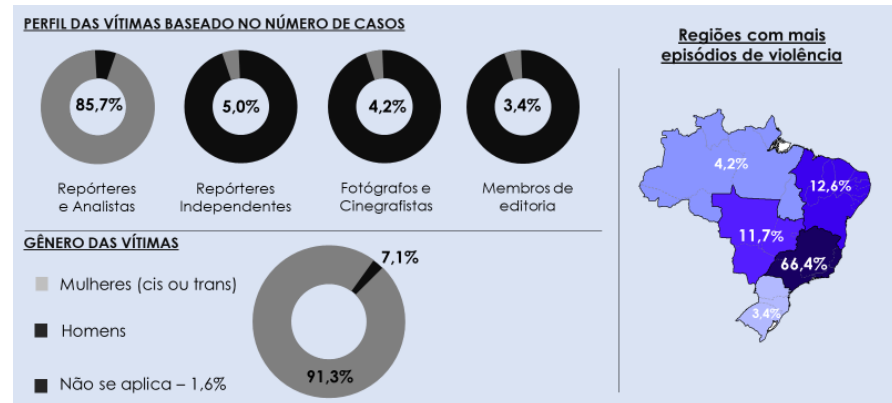
A pesquisa constata que além disso, os ambientes virtuais, como a rede social Twitter, somou 71,4% dos insultos que tiveram origem nesse ambiente ou nele foram repercutidos. A pesquisa identificou que as principais agressões foram cometidas por homens, correspondendo a 95% dos abusos dentro e fora da internet.

O relatório da Abraji supervisionou as redes sociais como propagadoras de agressões a profissionais de imprensa e listou 57 ataques organizados envolvendo os usuários dessas plataformas. Além disso, o relatório apontou que 59,9% dos casos de menções condenatórias foram iniciados por publicações de autoridades de Estado e outras figuras relevantes que compõem o cenário político brasileiro. Assim como, em 60% dos ataques, o profissional fazia uma cobertura jornalística ou expressava comentários sobre questões relacionadas a política. Dessa forma, o relatório da Abraji destaca que as redes sociais impulsionaram os ataques aos jornalistas em exercício da profissão e também aqueles que utilizam as plataformas digitais para expor suas opiniões sobre o atual cenário político no Brasil. Ver gráfico 1 e as evidências do relatório produzido pela Abraji.

---

<sup>33</sup> Estudo Violência de gênero contra jornalistas está disponível em: <https://www.abraji.org.br/noticias/violencia-de-genero-contra-jornalistas-somam-119-casos-em-2021> Acesso em março de 2022.

Gráfico 1- Agressões de gênero contra jornalistas registradas em 2021



Fonte: Abraji

O gráfico mostra os perfis das vítimas que sofreram violência de gênero no Brasil. A maioria dos casos ocorreram na região sudeste, onde grande parte dos ataques foram registrados. O número de vítimas apontou que as mulheres foram as mais atacadas e essas profissionais ocupam o cargo de repórteres ou analistas. A menor taxa de ataques aos jornalistas aconteceu na região sul do país,

A pesquisa revela, ainda, o perfil das vítimas e sua atuação na imprensa. Do total de casos levantados, as hostilidades são majoritariamente feitas às repórteres e analistas (85,7%) de meios de comunicação. Os profissionais que atuam na televisão são os mais atacados (47%); jornais nativos impressos (20,1%); e jornais nativos digitais (14,3%), como aponta a plataforma on-line do projeto (Violência de gênero contra jornalistas, 2021). No país, a região Sudeste registra o maior número de ocorrências, com 66,4% dos ataques, seguida pelo Nordeste (12,6%) e Centro-Oeste (11,7%). Nesta pesquisa, a região Norte aparece com uma taxa de 4,2% dos casos de agressões de gênero contra jornalistas. Um percentual baixo, mas não menos importante. Diante desse cenário considera-se relevante a realização da presente pesquisa, uma vez que não existem dados sobre essa relação entre jornalistas e ambientes de trabalho.

Identifica-se, num primeiro momento da análise, que a violência nos ambientes de trabalho tem se configurado como simbólica, pois ela é perpetrada, muitas vezes, não através de meios físicos, mas por meio de atitudes e ações que diminuem a condição daqueles que estão em uma cadeia hierárquica de subordinação, ou mesmo, nas relações de gênero. É uma forma de impor poder sobre alguém, usando uma linguagem simbólica que têm significado na cultura. Ou seja, o ambiente de trabalho é onde a violência simbólica pode tomar a forma do uso de uma linguagem depreciativa em relação a alguém, ou fazer com que esse alguém sinta que não é valorizado ou apreciado. Este tipo de violência é frequentemente usado para manter a pessoa em seu “lugar”, e para manter a relação de poder no ambiente de trabalho. Este tipo de violência

pode ser observado na forma como as pessoas são tratadas, como se espera que elas se comportem e na forma como se fala com elas.

Ao interpretar o pensamento de Bourdieu, o pesquisador Mauger (2017) afirmará que a violência simbólica, na maior parte dos casos, os dominados não se revoltam contra a dominação que os subjuga. Segundo ele, “não é – ou não é somente – sob a égide da necessidade, mas também porque tendem a aceitar sua situação como inelutável, a percebê-la como inscrita ‘na ordem das coisas’” (MAUGER, 2017, p. 359, grifo do autor).

Nesta perspectiva, considera-se que a violência simbólica se utiliza de símbolos para controlar e subjugar indivíduos ou grupos. Ao ser usada no ambiente de trabalho serve para manter as relações de poder e de controle. Por exemplo, pode-se pensar nos empregadores que podem usar códigos de vestuário e outras regras de conduta para controlar a aparência e o comportamento dos trabalhadores. Eles também podem usar linguagem para rebaixar e depreciar os trabalhadores, ou para ameaçá-los com ações disciplinares.

Argumenta-se que a violência simbólica é também uma forma de controle usado para manter o poder no local de trabalho. Ou seja, por vezes é usada contra funcionários que já estão em uma posição vulnerável, como aqueles que são novos na empresa ou que estão trabalhando em uma posição de nível inferior. A ameaça de ação disciplinar pode ser usada para manter os funcionários nas rédeas e evitar que esses desafiem a relação de poder dentro desse mesmo ambiente. Este tipo de violência pode ter um impacto significativo sobre os funcionários, tanto mental quanto emocional. Esse comportamento nos leva a pensar junto com Bourdieu<sup>34</sup>, a partir da interpretação de Mauger (2017, p. 359) quando afirma que “é através de toda organização espacial e temporal da vida social e, mais especialmente, através de ritos de instituição[...] que se instituem nas mentes (ou nos corpos), esses princípios de visão e divisão comuns”.

## 2.5 AS JORNALISTAS INTERLOCUTORAS

Demarca-se que entrevistar as mulheres jornalistas não foi uma tarefa fácil, considerando as dificuldades e o próprio ‘tabu’ ou ‘mito’ que envolve o ambiente de trabalho, e minha própria experiência. Do mesmo modo, a preocupação com relação a repercussão de suas falas, mesmo que elas não fossem identificadas pelo nome; como já apontamos na introdução, elas foram identificadas com letras do alfabeto. Essa decisão levou em conta dois aspectos principais: a) determinar a existência da escuta das jornalistas e a importância de suas falas; e b) não desidentificar por completo essa pessoa, pois qualquer outra denominação

<sup>34</sup> BOURDIEU, Pierre. *Esprit d'État: genèse et structure du champ bureaucratique*. ARSS, n. 96-97, mars 1983.

poderia parecer uma dessensibilização por parte da pesquisadora ou objetificação das interlocutoras.

Outra explicação necessária diz respeito ao assédio sexual sofrido pela pesquisadora, no ambiente de trabalho. Quando da realização da pesquisa, a pesquisadora exercia atividades jornalísticas em uma redação de televisão, e foi assediada por um superior. Por isso, o assunto pesquisado foi sentido na ‘pele’, numa vivência e caráter negativo da experiência. Reitera-se que a pesquisa, neste caso, não se deu somente pela “voz do outro”, mas pela compreensão e análise reflexiva realizada por mim através do “olhar do outro”. O que nos levou a pensar que o pesquisador não irá apenas enxergar através das lentes do pesquisado, mas através de sua própria lente analisando a experiência do pesquisado.

A experiência negativa sentida pela pesquisadora a fez pensar o que de errado havia feito para passar por tal situação constrangedora. Levantando assim a dúvida sobre seu próprio comportamento, mesmo tendo consciência de que não cometeu nada para viver tal situação. Ou seja, diante do machismo estrutural que ainda está enraizado em determinadas estruturas e pessoas, a pesquisadora imediatamente se questionou sobre atitudes tomadas por terceiros e se colocou como culpada, mesmo não tendo culpa. Aqui se reflete a importância de debater sobre o assunto e da necessidade de quebrar o tabu que ainda é levantado sobre os atos de violência simbólica serem cometidos por outras pessoas e a vítima ainda se culpar.

No caso da pesquisadora em questão, além de se culpar-se por tal situação, ainda foi apontada como alguém que ‘tinha um caso’ com o assediador, isto é, como alguém que ‘dava margem’ para atos dessa natureza acontecer. Assim, as pessoas que olhavam de fora, explicaram a situação induzindo a opinião de terceiros para que a vítima fosse colocada como culpada. Ou então, a culpa como a maioria dos casos que acontecem e são silenciados, sempre recai na mulher, não no homem que a assediou.

Por isso, ressalta-se a importância desta pesquisa não apenas pela experiência vivida pela pesquisadora, mas também pelos relatos informais e formais observados diariamente no ambiente de trabalho por mim e outras jornalistas.

Para a coleta dos dados necessários à análise, não foram padronizadas as técnicas de entrevista, mas partiu-se de um roteiro prévio para registrar a compreensão das jornalistas e suas relações no ambiente de trabalho. Reitera-se que o objetivo da entrevista não era a busca de uma resposta como “verdadeira”, mas sim a compreensão de que forma essa realidade é configurada na percepção do outro ou dos envolvidos nas questões relatadas.



Na tabela 1 encontra-se um perfil das interlocutoras com a finalidade de compreensão da experiência de cada uma das jornalistas.

Tabela 1- Perfil das Jornalistas entrevistadas

Identificação	Local de Trabalho	Faixa etária	Tempo de serviço
JORNALISTA A	Atua em veículo impresso e professora universitária.	Entre 40 a 50 anos de idade.	Mais de 30 anos de atuação na área.
JORNALISTA B	Atua em agência de notícias	Entre 40 a 50 anos de idade.	Mais de 30 anos de atuação na área.
JORNALISTA C	Atua em veículo on-line.	Entre 30 a 35 anos de idade.	Mais de 10 anos de atuação na área.
JORNALISTA D	Atua em veículo televisivo.	Entre 20 a 30 anos de idade.	Menos de 5 anos de atuação na área.
JORNALISTA E	Atua em veículo impresso.	Entre 25 a 30 anos de idade.	Menos de 10 anos de atuação na área.
JORNALISTA F	Atua em agência de audiovisual e como professora universitária.	Entre 40 a 50 anos de idade.	Mais de 30 anos de atuação na área.
JORNALISTA G	Atua em veículo radiofônico e como professora universitária.	Entre 40 a 50 anos de idade.	Mais de 30 anos de atuação na área.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Na tabela 1 identifica-se as jornalistas entrevistadas e sua atuação no mercado de trabalho, assim como outras atribuições, como é o caso de três dessas profissionais que também são docentes em instituições de ensino superior. Além disso, identifica-se faixa etária e tempo de profissão, e aqui se percebe que há entrevistadas que estão há bastante tempo na área jornalística, assim como uma em específico que atua a menos de cinco anos na profissão, e mesmo diante da disparidade de tempo (cronologicamente falando) na área, as profissionais tem em comum situações negativas vivenciadas com superiores hierárquicos, colegas de trabalho ou até mesmo fontes.

### 3 AMBIENTES TÓXICOS E EXPERIÊNCIAS ABUSIVAS

De posse da transcrição das entrevistas, constata-se que o material se constituía numa narrativa das jornalistas, uma vez que elas [...] lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social” (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2008, p. 91). Assim, as narrações foram analisadas considerando o contexto do sentido da própria experiência, isto é, nas experiências pessoais e o enfoque nos acontecimentos e ações. A narração reconstrói ações e contexto, identificando o lugar, o tempo, a motivação, e as orientações do sistema simbólico do indivíduo.

Destaca-se ainda que a perspectiva analítica, fundamentalmente as falas das interlocutoras, segue uma lógica de narrativa própria. Ou seja, usa-se o texto corrido com as respostas das mulheres jornalistas, com objetivo de colocar em cena a experiência como profissional, o convívio no cotidiano do trabalho, e as manifestações em tratar de um assunto que ainda é invisibilizado nas redações e entre os/as profissionais. A opção por esse modo de escrita, por mais que pareça cansativo e se diferencie das pesquisas que trabalham com entrevistas em profundidade, segue essa lógica das narrativas, em que são privilegiados, um conjunto de ações e experiências em uma sequência, dando sentido ao relato (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2008, p. 92).

Outra dimensão importante desse modo de escrita foi não mais silenciar as mulheres, mas fazer emergir o assunto a partir de uma organização própria das jornalistas, de suas percepções e compreensão. Do mesmo modo, teve a finalidade de [...] (re)interpretar a História do ponto de vista feminino e assim contribuir para alavancar os estudos de gênero e reescrever fatos históricos que não sejam os oriundos do poder masculino somente” (ALMEIDA, 2011, p. 173).

Ao mesmo tempo, entende-se também, na linha de argumentação de Almeida, a necessidade de pensar essas relações “mensuradas em termos de alteridade, a relação com o outro e não contra o outro” (ALMEIDA, 2011, p. 177). Ou seja, pensar o paradigma de igualdade na diferença, construção teórica que considera as peculiaridades existentes entre os sexos, porém eles não podem se constituírem um aval para a opressão. Não se aceitam mais as diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico.

A narrativa construída pelas jornalistas leva em conta, o que afirma Spink, que não se pode descolar os sentidos em fragmentos, mas compreendê-los num contexto interativo de produção.

Muitos trabalhos de pesquisa qualitativa com material discursivo descolam as falas de seu contexto interativo de produção. O material é lido, são feitas interpretações e, então, recortados trechos ilustrativos dessas interpretações. Com isso, desaparece a interanimação dialógica, o jogo de posicionamentos fica escamoteado e ofusca-se o procedimento de coleta de dados e suas ressonâncias nos conteúdos discursivos (SPINK, 2010, p. 38).

A tessitura das narrativas não privilegia as falas, mas faz um encadeamento na interpretação das percepções das 7 (sete) jornalistas entrevistadas, conforme explicado anteriormente. Assim, inicia-se os relatos das jornalistas e os ambientes em que experienciaram ou tem experienciado suas relações. As narrativas, quase todas começam pela trajetória e a experiência como jornalismo. Os relatos das jornalistas entrevistadas e identificadas como Jornalista A, Jornalista B, Jornalista C, Jornalista D, Jornalista E, Jornalista F e Jornalista G, neles compreendem-se sentidos e interpretações das percepções desse mundo social do trabalho, apontando quase sempre para um ambiente denominado, por mim, como tóxico e abusivo.

### 3.1 JORNALISTA A

A jornalista A tem pouco mais de 30 anos de atuação no jornalismo e vasta experiência em redação jornalística. Ela já trabalhou na maioria das redações de Belém e atualmente desempenha atividades como docente numa faculdade. A sua narração começa com o relato de sua carreira e de suas percepções construídas ao longo da trajetória de estagiária à profissional, destacando-se aspectos dessa relação no ambiente de trabalho. Mas constata-se, conforme Bourdieu (2003) formas de dominação nessa relação, em que emergem a vergonha de si e dos seus, pois os dominados conferem ao mundo social e o seu lugar nesse mundo.

“Eu comecei como estagiária em um programa chamado Academia Amazônia que era desenvolvido pela Universidade Federal do Pará e exibido na TV Cultura. Então foi o meu primeiro estágio. Lá era um ambiente bem acadêmico ainda, mas a relação lá era estranha porque tinha profissionais já muito experientes no mercado, mas que não eram professores. Então eles recebiam os estagiários meio como uma contrapartida, né? Pra UFPA. [...] Digamos um programa de estágio, era muito assim, receber os estagiários era mais uma demanda pra eles. Que até eu acho que era uma demanda meio complicada. Era uma relação entre profissionais do mercado que tinham que receber esses estagiários meio que como uma

contrapartida. Pelo financiamento do projeto. Então assim, os estagiários eram meio um mal necessário, entendeu? Mas era uma relação assim, onde o estagiário é um problema. Ele não é visto como alguém pra ser incorporado e tal. Ele é visto como alguém que vai dar trabalho” (JORNALISTA A<sup>35</sup>).

Do estágio à atuação profissional percebe-se que a jornalista tem uma concepção negativa do ambiente, assim como já identificava uma relação de poder, daqueles que tinham experiência e dos estagiários que eram “um mal necessário”. Vai enfatizar quando começa a trabalhar em redação o ambiente machista. “[...] saí e fui para uma emissora que fica no bairro do Marco, trabalhar na televisão. Lá eu comecei como estagiária e depois eu fui repórter. Na verdade, fui contratada como produtora na carteira, mas fazia reportagem na rua e lá é um ambiente extremamente machista. No sentido de que você era melhor ou pior tratado, dependendo das relações que você tinha de maior ou menor proximidade com quem estava na chefia. A questão da escala era definida a partir disso, se você ia trabalhar no horário que tinha pautas melhores ou pautas piores. E como era a reportagem de rua e havia uma disputa pelas melhores pautas. Isso estava posto. A relação de poder era até de ter algum tipo de relação mais íntima, tá? Então isso fazia muita diferença no tipo de tratamento que você teria”.

Na perspectiva analítica, constata-se a violência simbólica disfarçada, isto é, exercida não só pela linguagem, mas também pelos gestos e pelas coisas ou comportamentos determinados pelo poder de mando. Observa-se que mesmo que a violência simbólica seja exercida na privação da possibilidade de uma liberdade baseada na tomada de consciência, a Jornalista A já percebia o ambiente e a luta existente na construção da relação de poder.

Segundo ela, ser mais íntimo era um ponto para se dar bem no trabalho. A intimidade exposta era uma relação além repórter-chefe. Aqui as relações de poder são entendidas como ‘a falsa noção de poder’ que segundo Foucault, não retratavam a verdade sobre o poder. Inicialmente se referia ao poder como algo localizado:

O poder, isto não existe. Eu quero dizer isto: a ideia que há, um lugar qualquer, ou emanando de um ponto qualquer, algo que é um poder, (Tal ideia) parece-me descansar sobre uma análise falsificada, e que, em todo caso, não se dar conta de um número considerável de fenômenos (FOUCAULT, 2001, p. 302).

Desse modo, um cargo de direção passava a sensação de alguém poderoso, que através disso poderia impor o que bem quisesse para seus subordinados, passando a falsa sensação de poder para as jornalistas.

---

<sup>35</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em junho de 2021.

A interlocutora A afirma que desde o início de sua atuação na profissão já se incomodava com o tratamento diferenciado existente nas redações dos veículos de comunicação. Segundo sua narração, sempre houve um desconforto e com reclamações contínuas suas. “[...] Por exemplo, ao ponto de eu preferir trabalhar de manhã, porque de manhã tinham as melhores pautas e as pautas da manhã a gente podia fazer mais trabalhada. Porque como a tarde do jornal ela entrava tarde, à tardinha, as pautas da tarde eram muito corridas. Não dá tempo de você trabalhar muito bem as pautas. Pra quem está começando é assim, né? Você quer mais tempo. Hoje eu ia querer trabalhar a tarde. Fiz minha pauta e vou-me embora. Quem pegava de manhã ficava até a noite. Mas aí eu queria trabalhar de manhã pra ter mais tempo pra trabalhar as minhas pautas. E aí do nada assim, minha escala mudava sem nenhum aviso. E aí eu via que às vezes mudava porque no dia seguinte ia ter uma pauta importante que podia render pra rede. Mas não era pra me prejudicar especificamente, era pra beneficiar outra pessoa, entendeu? E aí um dia no meio da redação eu falei isso, falei que eu estava cansada e etcetera, e aí disseram que eu estava dando piti, entendeu? Mas de fato eu dei um piti. Eu não agi profissionalmente. Eu meio que olhei a escala e falei coisas assim que eu não deveria ter falado. Tipo, ‘pra quem que eu tenho que dar’, entendeu? ‘Pra não ser prejudicada aqui’?”

Sua narração é ponderada, pois mesmo percebendo que até a designação de pautas se constituía numa relação de poder, atribuiu suas reclamações ao antiprofissionalismo de sua parte. Ou seja, não como uma resistência ou reclamação contra a ‘cultura’ de diferenciações estabelecida no ambiente de trabalho.

O relato vai ao encontro da reflexão de Foucault (2001) sobre a ignorância nas relações de poder. De acordo com o autor, a falta de uma profunda consciência do compromisso social nessas relações, são fatores que não desenvolvem com seus verdadeiros objetivos.

Parece-me que existe, tão fundamentais como as relações de compreensão ou as relações discursivas, tão fundamentais como as relações econômicas, as relações de poder que tramam absolutamente a nossa existência. Quando se faz amor, se põe em jogo relações de poder; não ter em conta estas relações de poder, as ignorar, as deixar jogadas a um estado selvagem, ou as deixar ao contrário confiscar por um poder estático ou um poder de classe, é isto, eu creio, que é necessário tentar de evitar. Em todo caso, é contra isso que é necessário polemizar. Fazer aparecer às relações de poder, é tentar, dentro da minha concepção, em todo caso, de as entregar em certa medida, entre as mãos destes que as exercem (FOUCAULT, 2001, p. 1667).

A Jornalista A narra ainda que ao longo de sua carreira viveu e presenciou muitas situações constrangedoras, mas atribuiu ao contexto histórico e social a não compreensão pelas jornalistas do que acontecia nesse ambiente. “[...] Eu acho que acontece com todos os lugares

da minha geração. A gente passou por situações constrangedoras, que naquele momento a gente não entendia. Porque a gente não discutia sobre isso, então a gente achava que fazia parte do ambiente de trabalho. Então comigo eram situações mais leves diante do que foram com colegas minhas. Mas eram situações que hoje olhando pra trás eu digo hoje em dia isso não seria tolerável. Agora eu presenciei isso muito mais fortemente com colegas. Eram muito mais piadinhas e coisas pra me constranger”.

A narrativa da jornalista se configura naquilo que explica Bourdieu (1997; 1999a; 1999b) quando reflete sobre a ‘naturalidade da situação’, em relação à violência simbólica. Isto é, de que o dominado dispõe apenas de instrumentos de conhecimento que tem em comum com o dominante, os quais, limitando-se a ser a forma incorporada da estrutura da relação de dominação, fazem com que essa relação pareça natural.

Outra questão indagada pela pesquisadora à jornalista, é se ela percebia questionamentos sobre o seu trabalho por ser mulher. Segundo ela, sim. “Eu não entendia que tinha a ver com isso, né? Tinha muito a ver com a inexperiência profissional. Eu achava que era muito mais por isso, pela experiência, porque eu era novinha, mas que de repente com os meninos isso não acontecia, era uma relação de respeito. E pessoas homens, que entraram comigo na mesma época, chegaram muito mais rápido a cargos de chefia. Que eram considerados mais sérios”. Aqui, dialoga-se com Foucault (1979) sobre a subjetivação do ser humano e as práticas discursivas e não discursivas de funcionamento do poder, uma vez que o poder para o autor, é visto não como algo que se possui, mas como algo que se exerce.

Nessa perspectiva, a jornalista infere um extenso relato sobre a subjetivação, práticas discursivas, demarcação de papéis (violência de gênero) e o funcionamento do poder nas redações jornalísticas pelos homens. A Jornalista A começa a tecer sua narração afirmando que o caminho para eles, homens, era bem mais fácil e natural. “Mais fácil pra eles. Vou te dar um exemplo, eu fazia pauta pro caderno mulher, e um dia um editor me falou assim que queria uma matéria sobre futebol e ele me disse que era assim ‘como a pelada no sábado à tarde ela...’ eram pautas extremamente machistas, né? Eram anos 90. Então as pautas de caderno mulher eram pautas de culinária, jardinagem, entendia-se naquele momento que era isso que a leitora, queria. E aí tinha uma pauta que era sobre as mulheres implicando com os homens porque eles iam jogar pelada. E aí o editor me deu o endereço de um lugar onde os homens se reuniam antes da pelada pra depois se encontrarem. E isso na verdade era um trote, o endereço que ele me deu era de um puteiro. E eu fui pro puteiro sábado à tarde, entendeu? E aí todo mundo ficou rindo e eu achei super engraçado também. Sabe assim, cheguei na redação, não cheguei puta, sabe?

Eu cheguei contando, ‘porra, olha o que vocês me aprontaram e tal, todo mundo riu, e eu ri também, entendeu? Mas isso era, é uma sacanagem, né? Então assim, me lembro disso. Mas me lembro também de outras brincadeiras entre aspas nesse sentido, entendeu? Não era adequado, não era um comportamento adequado. Só que naquele momento a gente via como, sei lá fazia parte. Uma outra coisa, quando eu entrei em um jornal impresso nos anos 90, nós só tínhamos uma editora. Nós só tínhamos uma mulher editora e nós tínhamos excelentes jornalistas. A impressão que a gente tinha é de que só tinha uma mulher com capacidade pra ser e editora. E todo mundo assim dizia: ‘Nossa, ela é muito boa, é a única editora’. A gente não percebia que na verdade é porque não deixavam as outras serem editoras, parecia natural aquilo. Só depois de um certo tempo que a gente foi perceber. E hoje ainda, entre duas, dois profissionais capacitados e etcetera, mesmo que você tenha uma maioria de mulheres nas redações a chance de um homem ser promovido é maior. Sendo assim, se tem um cargo melhor, o homem pega a vaga. É puta de uma escrotidão, né? Mas é isso. Então assim, eles não olham pra mulher como alguém que pode assumir uma responsabilidade. De ter um cargo importante. É sempre como alguém que é competente e tal, que pode assumir uma função auxiliar, né? E quando a gente vai negociar salário também. As chances de a gente negociar um salário menor, elas são muito maiores. Uma outra coisa também, nós tínhamos uma virada da sexta-feira à noite. E aí os meninos pegavam todas as TVs e sintonizavam num canal de sexo explícito. Todas as TVs da redação e todo mundo ria muito, achava muito engraçado isso, entendeu? E a gente ficava super constrangida, mas a gente achava também que era uma brincadeira pra descontrair a sexta à noite. Nesse momento de sexta à noite tinham mais homens que mulheres, os diagramadores, os editores, todo mundo, entendeu? E aí era uma brincadeira meio que...”

Com relação às denúncias das mulheres sobre esses tipos de comportamentos na empresa, a Jornalista A relata que havia uma naturalização e aceitação, pois caso as fizessem (denúncias) seriam nominadas de algum adjetivo negativo. Da mesma forma, percebe-se no relato, conforme análises empreendidas por Foucault sobre o funcionamento do poder, modalidades instrumentais e formas de institucionalização dessa cultura nas redações, que acaba por conduzir as condutas das mulheres, e ao mesmo tempo, as limitava e as impedia de ação.

[...] Uma pessoa ou outra que reclamava era vista como chata, era mal-humorada, era mal comida. Então, a gente só vai perceber, e é por isso que é importante que a gente discuta isso hoje. Porque isso a gente naturaliza. É igual ao racismo. A gente naturaliza chegar nos lugares e não ter negros. Quando alguém te fala ‘você já percebeu que naquele restaurante que

você vai não tem negro como cliente, só tem negro como trabalhador?’ Aí você começa a perceber. Aí você vai, é um processo de desnaturalizar isso, porque está naturalizado na gente. Então essas brincadeiras de colocar filme um pornô na sexta-feira à noite ou de me mandar pro puteiro dizendo que era o lugar onde os homens, que quando eu cheguei lá o cara me olhou assim, que que essa doida está fazendo aqui? O cara me expulsou de lá. Então assim, e eu achei super engraçado. Olha, meu editor muito bem-humorado, ele tá brincando comigo, tá, sabe? Não tira essa coisa da gente... Eu tenho amigas por exemplo, que cobriam o esporte que estavam fazendo passagem e que os caras passavam e tacavam-lhe o beijo nelas e tal e elas riam, entendeu? Hoje já é mais discutido, porque porra, como é que assim, você está no meio da rua, está trabalhando alguém vem e te dá um beijo, do nada? Que saca... Aí era engraçado sabe? Viralizar, não viralizava porque não tinha internet, mas assim, todo mundo comentava, olha fulano, sabe? Parece assim, que o nosso corpo era algo público. Acessível. Que tá lá e todo mundo pode passar a mão” (JORNALISTA A).

Do mesmo modo, conforme reflexões de Foucault, ressalta-se o entrelaçamento entre as formas de comunicação e as relações de poder no ambiente das redações, que acabam, quando ajustadas, se configurando em disciplina daqueles que neles estão envolvidos, no caso, as mulheres jornalistas. As relações de poder, para o autor, “são um conjunto de ações que têm por objeto outras ações possíveis, operam sobre um campo de possibilidades: induzem, separam, facilitam, dificultam, estendem, limitam, impedem” (FOUCAULT apud CASTRO, 2009, p. 327).

Continua o relato a Jornalista A: “O que eu acho grave é que aquilo era naturalizado diante daquele contexto. Era tudo muito naturalizado. Até chegar a um tipo assim, problemas de fato.

Nesse contexto, a jornalista coloca a violência como uma das situações diárias no ambiente de trabalho. A discussão a respeito das dificuldades e chances de combater as várias formas de violência no ambiente de trabalho, é definida por Minayo e Souza (1999) como um dos problemas que mais atingem o Brasil. A ligação entre trabalho e violência decorre principalmente de violações de princípios e direitos fundamentais no campo do trabalho. Ou seja, tem uma conotação negativa, já que não contribui para o desenvolvimento do profissional ou da raça humana.



“Que aí acontecia um ou outro caso mais grave tipo de, tem um editor que o apelido era esquimó. Porque ele comia focas<sup>36</sup>. Então toda vez que entrava uma nova leva de focas na redação a gente falava, comentava quem será, né que o editor vai comer? O comedor de foca. Então isso era a coisa mais natural do mundo, entendeu?”

### 3.1.1 Violência de gênero

O ambiente era altamente tóxico. E ninguém ia chorando pro chefe do chefe porque isso era mimimi, sabe? ‘Porra isso aqui é um ambiente de trabalho não tem espaço pra você ficar choramingando porque o cara, quer te comer. É só tu dizer não, entendeu? Se ele está querendo, é porque alguma coisa tu fizeste’. Então assim...”. As próprias jornalistas naturalizam o comportamento machista, não por uma intencionalidade própria, mas levada por uma estrutura de poder que considera a mulher ainda numa condição de inferioridade, de submissão e de poder. Ou mesmo, como um objeto que está disponível.

Argumenta-se que tal relato não significa passividade diante da situação, conforme nos indica Saffioti (2019), quando analisa o fato de uma mulher ser vítima de uma violência. Por outro lado, afirma que:

[...] embora a violência de gênero brote numa situação complexa, em que intervêm vários fenômenos, estes nem são da mesma natureza nem apresentam a mesma capacidade de determinação. Mais uma vez, chama-se a atenção para o risco da homogeneização de uma realidade extremamente diferenciada e, por isto, rica (SAFFIOTI, 2001, p. 133).

Daí, convoca-se os cientistas sociais a captarem o “relevo multicolor mostrado pela sociedade” (SAFFIOTI, 2001, p. 133).

A uniformização do real sempre constituiu a meta dos que atribuem/atribuíam relevância exclusiva a determinações gerais ou comuns. Ao contrário, as determinações específicas ou históricas sempre foram a preocupação primordial dos que têm/tinham como meta a captação de uma realidade permanentemente in flux, em transformação. Se é verdade que a ordem patriarcal de gênero não opera sozinha, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem lugar a violência de gênero, a argamassa que edifica desigualdades várias, inclusive entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2001, p. 133).

A Jornalista A afirma que nunca foi alvo de um assédio sexual mais explícito, mas moral várias vezes. Inclusive revela que várias vezes foi colocada em dúvida sua capacidade de

---

<sup>36</sup> Foca: designação dada ao jornalista em início de carreira.

trabalho, chegando até a ser humilhada. Continua seu relato, falando sobre o novo status adquirido após passar a trabalhar no jornalismo político. Ou seja, a questão de gênero passa a ser associada à importância da cobertura de determinada linha editorial do jornal. [...] eu deixei de ser café com leite porque agora eu trato de um assunto sério'. E aí, o chefe quando eu chegava, ia lá na minha mesa e perguntava o que tinha rolado, então isso dava um status. Ele falava comigo. Eu me tornei importante porque agora eu sou uma pessoa que trabalha com assunto sério. Quando eu era a repórter do caderno mulher, eu era nada, entendeu? [...] E a minha ida pro caderno de política teve a ver com uma briga com o editor de cidades, porque ele desconsiderou algo que pra mim era importante. Eu tinha feito uma matéria e tinha levado pra redação uma foto de uma pessoa que não queria ser identificada na matéria, e ele publicou a foto e identificou a pessoa, e eu o chamei de antiético. Aí, ele me xingou no meio da redação. E falou pro editor chefe que se eu não saísse da editora, ia apanhar na redação. Então eu troquei, eu fui tirada de editoria pra não apanhar?''.

Na editoria de política havia uma certa 'aura', no sentido que somente os homens podiam ocupá-la considerando a importância da cobertura dentro do jornalismo. "Um ambiente mandado por homens. E que nós mulheres competíamos entre nós pra ver quem seria a mais queridinha do editor. Não no sentido sexual, mas no sentido profissional. 'Quem o editor vai gostar?'. Mais uma disputa entre as mulheres, e nisso a gente ia entrando de manhã no jornal, saindo meia-noite, porque a gente queria ser a mais profissional, a que dá conta ..."

(JORNALISTA A).

O jornalismo e as relações de poder. Quanto a esse aspecto a Jornalista A afirma que elas ainda são muito fortes nas redações, inclusive com os papéis hierárquicos sendo designados para os homens. "Eu acho que, elas se mantêm muito fortes, e se você for ver os chefes nas redações, ver todas as grandes redações, quem são os chefes? Qual é a redação que tem uma mulher como chefe? É minoria. Por que os homens são chefes e não as mulheres? Nós temos, os dados mostram que nós temos mais tempo de escolaridade, nas redações, nós somos maioria na base, logo, tem muito mais mulher com experiência porque tem muito mais mulher na reportagem, na produção.... Na própria edição hoje, mas quando chega lá em cima no topo, quem está? Um homem. Bom, é natural isso? Será que é porque esse homem ele é uma exceção?"

Nessa fala é possível identificar o fenômeno do *glass ceiling*<sup>37</sup>, que é intitulado por impor barreiras que impedem as mulheres de acessar cargos de alto escalão. Esse fenômeno

---

<sup>37</sup> Traduzido para o português como teto de vidro, é o fenômeno que impõe barreiras e impede o acesso de mulheres aos altos cargos.

não é fácil de ser reconhecido já que é transmitido através de brincadeiras, falas e atos que menosprezam o trabalho das mulheres. O *glass ceiling* é estudado em profissões dominadas por homens. Nessa perspectiva, a pesquisa debruçou-se sobre as experiências das jornalistas no ambiente de trabalho, onde os profissionais que representam uma quantidade significativa nas redações jornalísticas paraenses são compostos por mulheres. Segundo Steil (1997) apesar de sutil, o *glass ceiling* tem força para evitar o avanço profissional das mulheres e impedi-las de conseguir altos cargos nas empresas. Tem esse nome por ser invisível como o vidro, e atua para coibir o avanço feminino.

Retomando a fala da jornalista A: “...se você olhar em todos os grupos de comunicação, até se você olhar nacionalmente também, não muda muito. Essa estrutura de poder se mantém. O homem manda e as mulheres são auxiliares. E se você ver, até o principal telejornal brasileiro. Um homem que é o chefe e uma mulher é adjunta. Sem questionar aqui a competência do Bonner ou da Renata, não sei como é a dinâmica entre eles, mas assim, ainda tem essa figura de que o homem é o diretor de redação, o homem é o editor chefe. E aí, no entanto hoje, você já tem um constrangimento dos chefes em relação a determinados comportamentos” (JORNALISTA A).

### 3.1.2 Entre o descrédito e a culpabilização

A jornalista identifica ainda a ‘rede’ de proteção das mulheres na redação. “Aquele tal do politicamente correto, do mimimi que todo mundo reclama, isso de certa forma nos protege. Porque os chefes têm medo de mandar cantada, de mandar escroteada pelo WhatsApp, porque eles sabem que isso pode, lá na frente, ser usado contra eles. E algumas pessoas têm coragem e fazem, outras não têm. Eles ainda contam muito com o nosso silêncio porque como são poucas as vagas de emprego, às vezes o que a gente faz? Sai do emprego, eu mesma já fiz isso, já saí e fiquei na minha, por quê? Porque eu não quero entre aspas me queimar no mercado, não quero ser a pessoa que entrou na justiça contra tal empresa.

Diante dessa fala da entrevistada é possível identificar os problemas para as vítimas realizarem as denúncias e sofrer as consequências dos assédios sofridos. O silenciamento acontece por questões como o medo do desemprego, descrédibilização e a desinformação.

O assédio moral nas organizações, geralmente, nasce de forma insignificante e propaga-se pelo fato de as pessoas envolvidas (vítimas) não quererem formalizar a denúncia e encararem-na de maneira superficial, deixando passar as insinuações e as chacotas; em seguida, os ataques multiplicam-se, e a vítima

é regularmente acuada, colocada em estado de inferioridade, submetida a manobras hostis e degradantes por longo período (FREITAS, 2001, p.10).

“E se eu entrar e depois a outra empresa não vai me querer, porque já vai me ver como alguém que entra na justiça, alguém problemático. Então o que que a gente faz? Sai do emprego, mas como eles nunca sabem quando vão encontrar uma maluca entre aspas suficiente. Então assim, acho que isso diminuiu bastante esse assédio mais explícito, o assédio sexual. Em relação ao assédio moral, ele se tornou mais sutil. O que também não o que não é bom porque às vezes a gente fica muito na dúvida né? Será que eu estou? Então tem um assédio assim da questão da competência. O tempo todo eu sinto que tem redações, e eu já passei por várias, que parece que o tempo todo a gente tá devendo alguma coisa. Parece que a gente tem que agradecer porque a gente está ali trabalhando e ganhando um salário e porque eles estão nos tratando minimamente com respeito. E aí você fica sempre com a impressão de que está faltando algo”.

A jornalista percebe uma forma diferenciada de tratamento entre o ontem e o hoje. “Hoje eu sou levada mais a sério. Eu sou mais ouvida. E tem a ver com a mudança da sociedade. Do fato de que a gente já está discutindo, muita coisa a gente desnaturalizou. Muitas amigas minhas que eram humilhadas iam chorar no banheiro, que o chefe passava cantada. E que o chefe comia e depois ia falar mal no bar; pra se falar de características físicas, eu vivi isso eu vi isso. De passarem inclusive por agressões físicas. E isso hoje não tem mais lugar. Então a sociedade mudou. Tem também o fato de que eu também mudei, eu fiquei mais velha; eu sou professora, eu tenho as redes sociais, eu me posiciono nas redes”.

Quanto ao medo de se posicionar junto à empresa diante de uma situação de violência e discriminação, a Jornalista A diz que ainda teme as retaliações, porque pode comprometer seu trabalho profissional. Em seguida indaga-se se ela encoraja outras colegas a denunciarem situações de assédio no ambiente de trabalho. “Essa pergunta é difícil. Assim, seria muito fácil responder, sim pra ti, mas não faço isso; eu quero te ser honesta. Primeira coisa, eu não sei se me incentivaria a mulher a fazer isso, porque eu temeria por ela. Segunda coisa, eu já ameacei chefe de denunciar por assédio moral. Eu já falei ‘olha se continuar eu vou te denunciar por assédio moral’. Foi o mais longe que eu cheguei, foi ameaçar o chefe, mas com receio. Não me aconteceu nada, pediu desculpa, sabe? Que não era isso, que foi mal entendido. Mas eu falei ‘olha, se continuar isso aqui eu vou denunciar? Mas nem me passava pela cabeça tem que chegar esse momento. Era mais um freio ali”’, afirma a Jornalista A.

Atribui sua resposta a não estimular as colegas denunciarem situações de assédios, em virtude de perceber um ‘mercado de trabalho’ ainda muito fechado e que pode comprometer a

contratação delas. [...] Pra mim e pra todas! Porque a gente vê como o mercado é muito fechado, todo mundo tem medo de precisar fazer isso no momento. É claro que numa situação extrema, como eu já passei nos anos noventa, hoje eu não toleraria. Eu já participei de dois levantes, em duas redações. O que eu chamo de levante? As mulheres se unem e vão ao RH denunciar. Na primeira situação, o cara foi demitido, mas voltou depois para a empresa como chefe. É claro que isso impactou o meu futuro naquela empresa. Porque se lá nos anos noventa você fez parte de um levante contra uma pessoa, ela é demitida em uma situação humilhante, aí logo depois, você ainda está nessa empresa e a pessoa volta como o teu chefe, o que acontece? E isso aconteceu, e teve gente que foi demitida e nunca mais voltou para aquela empresa. Outras mulheres que participaram do mesmo processo e que ali acabou a carreira delas naquela empresa. Com um tempo a relação foi se esgarçando, elas foram demitidas e não voltaram mais, mas o cara voltou, entendeu? Ele voltou”. Por isso, temos medo do mercado se fechar pra gente aqui em Belém”. E aí a gente não quer que eles saibam disso”, narra a Jornalista A.

Para esconder o medo dos colegas homens, afirma: “A gente fala o tempo todo, ‘oh, qualquer coisa eu denuncio’. É claro que a gente não quer que chegue nesse ponto, a gente quer colocar um freio nisso. Então na redação a gente se comporta como alguém que vai denunciar, e é claro que, eu acredito, eu e todas as minhas colegas. Numa situação de assim, mais extrema a gente vai denunciar. Mas é claro que a gente não quer que isso aconteça também. Ninguém quer passar por isso. Porque a gente quer trabalhar sem precisar denunciar ninguém e sem precisar passar por nenhum tipo de assédio. É só isso que a gente quer, entendeu?”.

Quando indagada se o comportamento da pessoa que retornou após o assédio à empresa modificou, ela responde que sim, pois ele passou a ser vigiado. “Ele já tem fama, então parece agora que ele tem que entrar na linha porque qualquer coisa, ele nunca sabe o que pode acontecer”.

A Jornalista A relata com otimismo as mudanças nas redações de hoje. “Melhorou bastante. Muito”. Hoje, afirma, contamos com a sororidade. [...] Eu acho que antes as mulheres ficavam muito mais sozinhas, hoje tem uma relação a mais, até porque a gente discute mais isso. É claro que tem ambientes e ambientes, mas no geral a gente discute mais isso e a gente se informa mais. Então isso é um fator. Nós estamos mais informadas, nós identificamos, reconhecemos o assédio moral, o assédio sexual, as questões de preconceito de gênero. Isso a gente reconhece, a gente tá desnaturalizando isso. Então quando ele ocorre a gente identifica, ‘eu tô sendo aqui punida por ser mulher’”, finaliza a jornalista.

Diante do relato da jornalista, é possível identificar violência simbólica exercida nas falas, gestos e comportamentos, assim como um ambiente de trabalho tóxico. Ela expõe também uma situação onde ficam claras as relações de poder e a violência de gênero. Segundo ela, até a distribuição de pautas se dava em uma relação de poder, e coloca suas próprias reclamações como antiprofissionais. Aqui suas colocações são entendidas em Foucault como ignorância sobre as relações de poder. E em Bourdieu é configurado como algo natural à situação.

Ela também aponta uma naturalização e aceitação sobre não realizar as denúncias. Ou seja, seu comportamento fica entre ficar desacreditada e se sentir culpada pelo fato de ter denunciado a atitude.

### 3.2 JORNALISTA B

A jornalista B tem pouco mais de 30 anos de atuação no jornalismo e vasta experiência em redação jornalística. Atuou em redações desde a fase do seu estágio e assim como a jornalista A, já trabalhou na maioria das redações de Belém e atualmente atua em uma agência de notícias na capital paraense.

A narrativa da Jornalista B<sup>38</sup> começa também por sua trajetória como profissional de jornalismo. “Trabalho profissionalmente como jornalista desde 1990. [...] Antes eu tinha passado só por assessorias. Por estágios em assessorias e eu comecei a trabalhar no impresso em 1990 como revisora, que foi muito bom pra mim, pra aprender a me familiarizar com a técnica de texto e depois eu passei pra reportagem do jornal onde eu fiquei nove anos. Infelizmente o jornal fechou. Um jornal centenário, mas assim, foi uma verdadeira escola de jornalismo. Nesse período já se vão trinta anos e eu já passei por assessorias onde eu estou hoje também. Aqui, trabalho como editora, e já trabalhei como assessora de imprensa de órgãos públicos, de empresas privadas, mas a maior parte da minha vida mesmo foi no jornalismo impresso e a última experiência como jornalista, foi em um portal de notícias online onde eu fiquei por três anos”.

Logo em seguida a sua experiência profissional, demarca a existência do machismo nas redações: “As redações, principalmente as redações de impresso, que são as redações antigas, é assim, elas prevalecem até hoje o machismo. Um machismo muito grande mesmo. Um machismo digamos assim, absoluto, tanto que eu lembro que na época que eu estava trabalhando na redação de determinado jornal impresso, nós tivemos uma chefe mulher, e que

---

<sup>38</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em junho de 2021.

todo mundo ficou feliz quando ela assumiu porque era assim, um histórico só homens na chefia. Mas a gente teve uma decepção muito grande, porque ela reproduzia todo o machismo que os homens faziam. Nesta fala, é possível identificar a reprodução do machismo que a chefe repassava para os subordinados. Para Saffioti (1987), a definição do sistema de relações sociais consiste da seguinte forma:

A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher aos homens, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira (SAFFIOTI, 1987, p.16).

Ou seja, as relações sociais não estruturam a sociedade, elas dividem os gêneros e os distanciam ou aproximam.

“Era uma coisa terrível, era terrível porque a gente tinha pavor dela. E a gente dizia, eu coloquei na minha cabeça uma coisa no dia que eu virar chefe, eu não vou assediado ninguém, eu não vou ser igual as pessoas que me assediaram. E na redação de um jornal impresso que fica no bairro do Marco, era assim, o machismo no nível mais alto que você pode imaginar. Existiam mulheres editoras? Sim existiam, mas sempre de caderno mulher, de caderno de cultura. Era assim, aquele caderno de política e economia, a mulher não era a que comandava, não. Que era o que se acha que é o jornalismo mais importante, né? O que botavam pra mulheres era sempre aquilo que eles achavam que era menos importante. E sempre assim, teve um tempo nesse jornal que eles fizeram uma equipe muito boa de jornalismo e que tinha os editores executivos que ganhavam razoavelmente bem. Jornalista nunca ganha bem né? Mas era, digamos assim, razoavelmente bem, e nenhuma mulher era editora executiva. Nenhuma. Todas eram assistentes. As mulheres que eram editoras além de ser de cadernos que consideravam entre aspas menos importante. Elas eram sempre editoras assistentes. Até hoje, você não vê nenhuma mulher lá que comande política e economia”, relata a Jornalista B.

Segundo a jornalista, a pressão psicológica sempre foi muito grande nesse ambiente de trabalho, reforçando uma violência psicológica. “Muita, muita, muita, muita de eu ter pesadelo com o chefe que dizia assim, chegava na segunda-feira distribuía a pauta do domingo, aquela pauta especial que a gente tem que fazer, melhorada, mais preparada pro domingo. E aí quando chegava na quinta-feira se tu não estavas conseguindo terminar aquela pauta, chegasse nele e falasse ‘fulano, eu não estou conseguindo fechar essa pauta’, aí ele dizia ‘não tem problema nenhum, eu sei que você tem outra na manga’. Então ele nunca abria mão, você tinha que dar um jeito de ter as três pautas do dia. Três pautas do dia e mais a pauta de domingo que tu tinhas

que estar pronta na sexta-feira. Era um negócio assim, tanto que eu ficava olhando e dizia meu Deus eu não quero pirar. Tanto que eu dizia pra minha colega que a gente era muito próxima ‘eu chego na porta do jornal [...] eu limpo meus pezinhos e eu não quero nem levar poeira do pé, porque eu não quero levar problema pra minha casa’, porque era demais. Eu tinha pesadelo com esse editor. Eu tinha pesadelo dele vestido de monstro correndo atrás de mim”.

Verifica-se, claramente, aliada à violência psicológica e simbólica, uma violência de gênero no relato, em que o editor que está numa hierarquia mais alta exerce sobre a repórter, por ser mulher, emergindo significados e sentidos construídos sobre a base da diferença sexual que são utilizadas na compreensão das relações entre homens e mulheres. Percebe-se subsumir uma relação de respeito com o outro.

Do mesmo modo, constata-se no relato da jornalista aquilo que explica Saffioti quando problematiza a questão da ideia de vítima, [...] "sujeito" dentro de uma relação desigual de poder com os homens em que numa situação de violência, as mulheres se submetem, não porque "consintam", mas porque são forçadas a "ceder" porque têm menor poder (SAFFIOTI, 2002, p.38 grifos da autora).

A Jornalista B relativiza a violência simbólica e /ou psicológica provocada pelo editor, quando pondera o comportamento do mesmo, pois ele (editor) não assediava ninguém sexualmente, “nisso ele era extremamente ético, mas ele exigia muito de nós. E exigia mais das mulheres”, afirma.

A violência psicológica é tão grave quanto à física, pois ela limita o comportamento dos indivíduos e causa danos emocionais e diminuição da autoestima; pode prejudicar e perturbar o pleno desenvolvimento, assim como controlar as ações, os comportamentos, “as crenças e decisões, por meio de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição insistente, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir; ou outros” (SESC, 2011, p.7). Atitudes essas percebidas no relato da jornalista quando afirma o esgotamento sofrido pelas cobranças do chefe.

Nas atividades desenvolvidas, afirma a jornalista, sempre houve uma sobrecarga muito grande de trabalho, independente do veículo. “Eu vivia sobrecarregada. Eu trabalhei dez anos nesse jornal. Em 2010 eu voltei pra uma outra redação de impresso, e nessa eu não tinha nenhum final de semana de folga, ou era o sábado ou era o domingo. E eu nunca, durante dez anos, todo o dia primeiro de janeiro, estava na pauta oito horas da manhã. Durante dez anos. Quando sair do primeiro jornal, que eu voltei pra esse outro em 2010, voltei como repórter especial. E aí eu não trabalhava mais final de semana. Só uma vez por mês, aquele rodízio. Uma vez por mês e



de home office. E quando foi no dia primeiro de janeiro, fui pra Mosqueiro. Eu cheguei na praia, eu estava meio baratinada. Pra você ver, você se vicia em trabalho. Na minha cabeça eu ficava o tempo inteiro se eu ia trabalhar de tarde, ou se era a noite, eu estava meio baratinada”.

No seu relato conta que a exigência era para todos. “Era da equipe toda, só que assim, como eu sou evangélica, eu gostava de passar o natal na igreja. Então eu pedia folga no natal e o pessoal que gostava de viajar e eu dizia ‘eu fico no ano novo, pode ir que eu folgo no natal e fico no ano novo’. Então todo primeiro de janeiro eu tava oito horas da manhã em porta de delegacia, fazendo o primeiro bebê do ano, naquelas pautas manjadas. Aquelas pautas manjadas que tu não tens prazer nenhum em fazer, mas enfim”.

Dentre os veículos que trabalhou, a Jornalista B enfatiza que o rádio foi onde sentiu a maior resistência dos homens, principalmente por ocupar o cargo de chefia. “Foi uma experiência muito boa durante dois anos e tal, e que assim, eu cheguei lá como chefe. Eu fui contratada como chefe. E eu senti que o pessoal que era subordinado a mim, apesar de ter tido uma chefe já antes de mim, que era até uma colega, senti que tinha assim um pouco de reação porque eu era mulher. [...] Tanto que depois eu percebi que colegas mulheres, tendo passado assédios, opressão, junto comigo nas redações também praticavam aquilo ali, reproduziam aquilo dentro da redação. Então, nós mulheres temos que ter muito cuidado com isso, sabe? De você ter o olhar de acolhimento pra aquela colega ali que está passando uma necessidade”.

### **3.2.1 Sororidade**

A Jornalista B evoca uma sororidade entre as mulheres no sentido de perceber e/ou compreender [...] que tu não podes fazer aquilo que faziam contigo. Eu fiquei tão decepcionada quando eu vi uma colega que trabalhou junto comigo, mas que o pessoal odiava porque ela era assediadora moral, e assim, fiquei tão chocada de ver aquilo, que eu a chamei pra conversar. Eu estava comandando a redação e disse: ‘Porque tu estás fazendo isso, está reproduzindo o que a gente passava. Bora trabalhar de outra forma e tal’, e ela não aceitou e pediu demissão. E eu fiquei mais chocada ainda, porque eu fui conversar na boa, tranquei o estúdio ‘bora conversar de boa, tu deves estar passando algum problema e tal’, eu quis conversar? Mas não. Ela pegava o e-mail da redação que a gente trabalhava muito com e-mail, naquele tempo estava começando ainda o WhatsApp e, ela pegava um texto que a pessoa tinha feito, tinha feito uma matéria na rádio, e ela pegava e mandava aquele texto no e-mail da redação e colava todo mundo e grifava o e-mail e dizia tudo que tinha de errado, um e-mail pra toda equipe, isso é uma humilhação

pública das pessoas. Coisas que se fazia com a gente na redação de um jornal impresso, ela fazia. Ela não gostava, ela foi uma das pessoas que pirou, que foi tomar Rivotril, que passou meses afastada pra tratar a cabeça. Aí depois tu te sentas naquele lugar e tu fazes a mesma coisa? Não”. [...] Eu já tinha conversado como colega com outras pessoas, como subordinada eu cheguei a conversar com uma que tinha virado chefe nesse mesmo jornal impresso, e enfim, acabou amizade a partir dali”, afirma a Jornalista B.

A jornalista afirma a importância da relação ética entre um eu e o outro, com base no respeito, mas é contraditória ao estabelecer essa relação quando apresenta preconceitos com relação a identidade de gênero de um colega de trabalho. [...] Ela tentou puxar meu tapete, mas não deu certo, ela que acabou saindo, mas enfim. Assim, a trajetória da gente, uma coisa eu não abro mão, de competência, de caráter, de ética, a gente tem que ter na vida. Seja qual for a profissão, tem que optar se tu vais ser ético ou não. Então, isso a gente tem que, na profissão da gente, tem que tá sempre se reciclando. Aprendendo, por exemplo, em 2018, fui trabalhar em um portal de notícias online que foi fundado em maio de 2018, que era o jornalismo digital, completamente diferente de tudo que tinha feito na vida. Eu tinha passado oito meses no outro portal, nesse período que eu tava lá e publicava uma matéria, pelo menos na época, não sei agora, era vai e publica uma matéria por dia, não era aquele jornalismo diário, o *hard news* que a gente fala. E nesse portal não. A gente entrou pra concorrer, aí depois não prestou mais. Tanto que eu saí de lá. Mas enfim, a gente entrou com vontade de fazer um bom jornalismo. E aí foi um aprendizado novo pra mim; cai de cabeça no negócio; entrei como editora chefe. E foi a primeira vez que eu me senti valorizada como chefe porque o diretor de redação que me contratou como editora, depois de um mês, me botou como editora chefe, ele realmente valorizava o meu trabalho. Agora sim, era gay. É gay, né?”.

A pesquisadora indagou a jornalista se acreditava que o tratamento dado a ela era proveniente de sua identidade sexual. “Pode ser que não. Ele realmente valorizava o meu trabalho. Agora enfim, os donos do portal não valorizavam. Não valorizam o trabalho de ninguém. Só querem dinheiro pra eles. Enfim, muitos problemas trabalhistas lá eu acabei saindo. Mas tive problema com colega mulher também, é muito difícil, sabe? As mulheres elas têm que compreender que uma mulher na chefia não tá lá pra afrontar, com uma mulher na chefia, a gente tem que se sentir mais, eu pelo menos me sinto assim. Aqui é mais mulher, e eu adoro trabalhar com mais mulher. A gente tem um ambiente de mais acolhimento, um ambiente de que você está ‘não é mais é familiar coisa que eu quero dizer, mas é mais acolhedor mesmo. Eu gosto de trabalhar também com homem, mas as mulheres precisam entender que quando

uma outra está no cargo de chefia a gente tem que se sentir representada. Eu pelo menos me sentia assim quando eu vi que tinha uma colega que ia pra chefia. Infelizmente tem gente que não pensa desse jeito”, relata a Jornalista B.

Em seguida a Jornalista B passa a relatar uma experiência que teve com o chefe assediador: “Essa experiência que eu tive do chefe assediador, pra mim foi o start pra eu abrir meu olho e dizer ‘ninguém vai fazer isso comigo não’. Eu sou do interior de Alagoas, eu tenho muita personalidade. Isso foi nos anos 90, era novinha, não tinha nem trinta anos ainda e com filho pequeno, amamentando, e ele, eu não podia passar com os seios grandes, cheios de leite, que ele dizia, ‘eu adoro mamar’. Ele falava pertinho de mim. Eu comecei a perceber, pois minha blusa estava suja de leite. Estava na pauta e quando voltei o protetor encharcou e ele falou pela terceira vez, ‘eu adoro mamar’. Aí que fui me tocar que era comigo. Minha colega falou ‘porra, esse filho da puta não se manca, não?’. Nesse dia, o banheiro do jornal era uma coisa horrorosa, botei o papel higiênico e me sentei. Me debulhei em choro. A gente se sente humilhado. Eu ia falar o quê? O cara era o diretor da redação, mas não demorou muito, ele foi demitido. Demitiram. O jornal foi vendido e tal”.

Relata ainda outra experiência vivida. “Aconteceu outro caso terrível, que eu saí de licença maternidade quando eu voltei, ele me mandou de volta pra revisão. Sem explicação. ‘Ah não tem mais vaga, a sua vaga foi ocupada’ e mandou de volta, eu fiquei arrasada. Assim, quem que faz jornalismo pra ser revisora? A gente faz jornalismo pra ser repórter. Ganhava a mesma coisa, mas eu queria, eu era repórter. E nesse tempo eu estava setORIZADA em educação. Eu amava. E no tempo, acho que foi em 1996, estava naquela discussão da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Eu comprava revista, porque a internet era pouquíssima ainda. Eu ia pra banca de revista, quando recebia e comprava revista pra entender a LDB. Eu fiquei muito arrasada. Aí fui conversar com o meu editor na época de política e educação, e ele falou assim: ‘calma minha filha vá, fica na revisão, vai ser até bom, você fica até perto do teu filho completar um ano, eu vou dar um jeito de te puxar de volta’. Ele era muito bacana comigo. Aí esse ‘bonito’ saiu. Foi demitido. E logo completou um ano do meu filho, quando foi na segunda-feira cheguei lá e ‘fulano, meu filho já fez um ano já posso voltar pra reportagem?’. Ele disse, ‘pode!’. Aí, voltei pra reportagem. Voltei e uns dois meses depois ele falou: ‘olha preciso falar contigo. Preciso de alguém pra cobrir essa assembleia legislativa porque a gente não quer mais tal repórter, porque já é velho, porque já é viciado, ‘queria ganhar o dinheiro dos deputados. E assim, eles gostam de mulher cobrindo porque a gente, mulher é menos corrupta que homem. Fui embora cobrir a Assembleia Legislativa e revezava com um

colega, enfim, foi um processo que fui aprendendo. Tive mulheres maravilhosas que me ajudaram muito a entender como era o processo do parlamento, por isso que eu estou te dizendo, a mulher tem que amparar umas às outras. [...]. Então assim, eu tive mulheres que me ajudaram muito nesse processo do parlamento. E aí ninguém me assediou mais sexualmente porque eu mandava logo.... Até o maior assediador da redação de um jornal nunca tirou graça com a minha cara, nunca. Se a gente não criar uma capa de cara dura nas redações, as mulheres sofrem muito, a gente não sobrevive”, afirma a Jornalista B.

Nesse momento faz-se uma intervenção na entrevista para indagar se a jornalista nunca procurou os setores competentes da empresa para relatar os abusos cometidos pelos chefes. “Não, nunca. Ele era o diretor de redação, ele ia me mandar embora. Eu com um filho amamentando, não tinha nem um ano o menino. Meu filho nasceu com uma deficiência e precisava do plano de saúde, enfim, é todo aquele histórico. E teve uma vez que ainda estava na revisão, e ele me assediava desde que eu era revisora, mandou me chamar lá na sala, apertou o botãozinho, aí eu ‘pois não’, e ele ‘entre aqui na sala’. Entrei na sala ‘boa tarde, fulano’. Ele era um dos diretores do Basa, aposentado metido a jornalista. E eu em pé, não mandou nem eu sentar, ‘você quer falar comigo?’. ‘Sim, aguarda um momento’. E eu fazia a revisão do caderno dois que era o caderno de cultura, que era aquele pessoal do cinema [...] superexigentes. Então tinha de estar muita atenta, eu entrava primeiro que todo mundo. Aí, falei: ‘Fulano vai demorar muito? Porque eu estou com a coluna e beltrano se ele chegar daqui a pouco e não estiver pronto...’. Aí ele abriu uma gaveta tirou uma revista, ‘os melhores motéis do Brasil, conhece isso aqui?’. Começou aí o assédio dele pro meu lado. E falei assim, ‘não, mas o que é que você quer alguma coisa especial, uma coluna?’ Porque tinha muita recomendação. E ele falou, ‘não, só queria ver porquê de repente, né, tu gostavas de algum desse’, assim mesmo. Aí falei, ‘bom, então eu vou trabalhar’, peguei e sai e fui embora pra sala. Eu era dessa finura, magra. Nesse dia eu fiquei com tanto ódio, tanto ódio, tanto ódio, que eu acho que eu tomei a garrafa todinha de café de tanto ódio”.

Com relação a relatar a situação para outros/outras colegas de trabalho: “Comentei com uma colega que depois virou amante dele. E eu falava muito sobre ele pra ela, que não aguentava mais e ela não falava nada só ficava calada, falava pra não dar confiança. Ela dizia ‘não dá confiança’. Aí depois soube, só que assim ela sempre foi bacana comigo. Depois que eu soube que ela tava de caso com ele, eu fiquei sem entender, só que aí eu já estava na reportagem”, afirma.

A Jornalista B relata com relação a atitudes extremas e medo: “Eu levei um estilete pra redação de um jornal. Mas não tive nenhuma atitude. Porque é assim, eu acho que coisa da minha geração também. Da gente não ter essas atitudes assim”. [...] eu já tinha me virado ‘despachada’, também por exemplo, nesse primeiro jornal que passei, eu pensei em conversar com o pessoal do RH nessa época, mas eu fiquei com medo de ser demitida. É que o cara é o diretor ele vai dizer que é mentira e vai me botar pra fora”.

Continua sua narrativa afirmando que teve medo de alardear e ficar ‘marcada no mercado de trabalho, e ao mesmo tempo, caracteriza algumas situações como engraçadas, como o adjetivo dado ao editor assediador. “O mercado de Belém é muito pequeno, todo mundo se conhece. Aí eu fiquei com medo, tanto que em uma redação, por exemplo, tinha um editor, que ele não podia ver uma estagiária, uma recém contratada, uma estudante de jornalismo, porque o apelido dele era esquimó, ‘comia foca’. E todo mundo sabia dessa fama e era muito engraçado”. [...] Eu me lembro que estava eu e umas colegas, tomando um cafezinho em pé. E chegou esse assediador e passou por trás de mim, mas ele não me tocou. Só que a K... falou assim, ‘olha, se esfregou na tua bunda’. Ele ficou todo assim, todo errado: ‘Ei, tu doida, é?’. Eu olhei pra trás e disse ‘não, se esfregou não. Eu sou preta, baixinha, alagoana, minhas paradas eu resolvo no facão’. Nunca ele tirou graça comigo, nunca. Eu cheguei a pegar carona com ele, de me deixar lá na Almirante Barroso (avenida de Belém). A gente tem que virar escrota na redação pra poder sobreviver e infelizmente ainda hoje é assim. Infelizmente. Teve um caso seríssimo em que o editor chefe mandava mensagem, naquela época era SMS<sup>39</sup>. Mandava pro celular da moça. ‘Quero morder o seu pescoço, quero dar uma chupada na sua barriga’, era assim. A menina saiu de lá apavorada. E tanto que assim, a diretoria toda sabia, ele já tinha assediado mulheres na redação. A diretoria nunca fazia nada porque é comum você assediar a mulher. Esse editor chefe saiu como assediador, mas tiraram da TV e botaram na redação do impresso. Porque é normal. Agora vá uma mulher assediar alguém pra ver se ela fica. Duvido! Duvido que fique. E aí ele não está mais como editor chefe, mas continua como colunista, ele continua prestigiado. Uma pessoa que assedia mulher, que causa um monte de problema pra empresa, inclusive problema de uma colega que foi pra justiça do trabalho por assédio e tudo, mas enfim, fica por isso mesmo. Porque na cabeça da diretoria é normal assediar mulher, ela dá se ela quiser. Tem essa visão”, desabafa a Jornalista B.

---

<sup>39</sup> *Short Message Service* (SMS) corresponde a uma mensagem de texto enviada telefone celular, web ou sistemas de comunicação que utilizam padronizados protocolos de comunicação que permitem a troca de mensagens curtas de texto entre outros dispositivos.

Continua sua narrativa enfatizando que ainda hoje, os cargos de chefia, continuam nas mãos dos homens, e apresenta o preconceito ainda maior quando é mulher e negra. [...] Continua, tanto que você vê poucas mulheres ainda nas chefias. E quando se trata de mulher negra é muito menos ainda. Tanto eu me lembro que eu respondi a uma pesquisa do TCC de uma menina em que era a única mulher negra, na época, que tinha chefia na redação de Belém, nesse portal de notícias online. Ela não encontrou em lugar nenhum. Ela foi a várias redações, não tinha”.

Mesmo tendo hoje um maior número de mulheres nas redações, elas ainda não conseguiram ocupar determinados cargos. [...] nunca vi uma diretora de uma TV que trabalhei. Tem chefa, mas diretora não tem. Sempre é um homem que está dirigindo a TV. Cadê a mulher pra dirigir? Esse grupo é o mais machista que tem aqui, com toda certeza. Eu vi o chefe da redação que era meu colega, um colega de cursinho, colega de universidade, dizer pra uma colega ‘vai chorar no banheiro!’, desse jeito. Porque ela estava questionando a pauta. ‘Ah, tu quer chorar? Vai chorar no banheiro!’. Ele dizia isso pra um homem? Jamais. E assim, quando eu estava na redação desse jornal, se tinha quatro pautas eram três pra mim e uma pro colega homem. Era desse jeito! Tanto que eu e uma colega, a gente dizia ‘eu acho que é porque a gente é preta, só pode ser!’. Porque era assim a divisão, ‘dez pautas. Aí botava quatro pra mim e quatro pra colega e duas pro repórter macho’. Ou seja, sobrecarregam as mulheres, exigem mais das mulheres e os cargos que destinam pras mulheres são os menores. [...] É uma situação que a gente passa na redação que a gente percebe que ‘pô, competência eu tenho, tempo de trabalho aqui, dez anos e na mesma função, na mesma função, na mesma função”, indaga.

Do ponto de vista comparativo às questões de gênero, percebe-se o contexto social, o preconceito e as desigualdades sociais de modo mais extenso, destacando que “o que diferencia no plano socioeconômico e cultural sempre atinge as mulheres mais injustamente”. Quando a questão de gênero tem uma relação com etnia, como no caso da mulher negra, e neste caso, exemplificando a experiência da jornalista B, a questão assume graus maiores.

Mesmo com trinta anos de jornalismo, a Jornalista B ainda se sente desprestigiada e pouco valorizada. [...] quando me colocaram pra cobrir o parlamento eu achei muito bacana porque eu fui aprender, pois às vezes eu ia cobrir presidente e tal. E nisso a gente se sente valorizada. Porque a área da gente é cobrir presidente, ministro e tal. Fiz viagem pra entrevistar gente importante. Eu entrevistei muita gente importante, isso é bacana. Mas na hora de valorizar você como trabalhadora ali pra melhorar o seu salário, pra melhorar a sua função, pra melhorar

o seu cargo, eles não olham pra mulher, eles olham pros homens. Isso com toda a certeza, em duas redações que eu trabalhei, é muito pior. Muito, muito, muito, muito pior”.

A Jornalista B narra que além das redações, a repórter sofre assédio sexual em outros espaços também. “O que a gente repórter mulher passa é assédio sexual mesmo. E muito, principalmente na Assembleia Legislativa. Eu fui denunciada porque eu era muito cara de pau. Justamente por causa daquela capa que eu fiz de ser cara dura. Eu não ria pros deputados do plenário e, naquela época, podia cobrir de dentro do plenário. Um deputado foi lá falar com um dos donos do jornal e disse: ‘a mulher que cobre aqui, ela é muito cara de pau, ela nem ri pra gente’. Gente, eu tenho que rir pra deputado? Então a gente passa por muita coisa. Teve deputado que já me trancou dentro do gabinete, aí sabe aqueles pesos de papel? Eu dizia ‘se ele encostar eu quebro ele nesse peso’, mas enfim ele não avançou. Mas era assim, muitas situações de convite pra jantar, mesmo dizendo que era casada com a aliança do dedo ‘ah bora jantar. Não quer pegar a entrevista no jantar?’. Era convite pra motel. E você tem que ter aquela postura de ‘e porque eu vou jantar com você se estou lhe entrevistando aqui?’. A gente que é mulher a gente passa por muitas situações que os homens não passam de jeito nenhum. Então eu tentava resolver sozinha. E assim eu conversava muito com uma amiga e tentava resolver sozinha as coisas, porque era muito difícil. Teve um jornal onde eu e uma colega, botaram apelido na gente de chocolate e nescau, porque nós somos negras, mas a gente ria. Eu nem achava demais, eu ria. Eu nem ligava. ‘Ei Nescau, ei chocolate’, era desse jeito e ainda tem isso, tu não via apelidar repórter homem. Todo mundo era chamado pelo nome e nós duas, as pretas, éramos por chocolate e nescau”.

A na narração da jornalista explicita claramente o preconceito étnico-racial nas redações, mas não faz uma abordagem mais profunda de como a situação é vivida e/ou mesma experienciada nesse ambiente jornalístico. Constata-se narrações críticas, mas também comportamentos preconceituosos da jornalista, assim como um não enfrentamento da questão de sua condição de mulher e negra.

Com relação à reclamação do deputado sobre o seu comportamento para o diretor, a Jornalista B diz que foi chamada por seu editor: [...] me chamou rindo, ‘pô, vieram reclamar de ti, um deputado’. O deputado disse que tu não ri, que tu é cara dura, que tu és cara de pau no plenário. Aí eu disse: ‘ainda bem que eu não estava reganhada com os dentes, aí era ruim. Ainda bem que sou cara de pau’. São situações que a gente passa e que a gente tem que ir encarando. E muita gente adocece por isso. Eu sou assim, sou muito fria pra muitas situações e sou sensível

pra algumas. E eu acho que a gente vai criando essa capa e vai aprendendo a sobreviver. No jornalismo a gente vai aprendendo a sobreviver”.

Quando indagada se orienta suas colegas a não se calarem diante de comportamentos abusivos, a jornalista relata: “Quando eu faço tem uma postura diferente, por exemplo, se fosse hoje que um cara viesse falar pra mim que adorava mamar, eu esculhambava logo. Não queria nem saber. Mas é uma situação que acho que não mudou porque os homens não mudaram. É porque as mulheres estão aprendendo a reagir. Muitas estão aprendendo a reagir graças a Deus, porque tem cada história em redação. Lembro que tinha uma menina que ela era tão assediada, porque ela usava saia, ela era da igreja adventista e ela usava saia lá no pé. E essa menina era tão assediada pelo chefe lá que ela desistiu da profissão. Ela desistiu e foi fazer odontologia. E ela era uma boa repórter. Ele dizia assim pra ela: ‘veste uma calça! De novo de saia?’. Ele assediava ela sexualmente e como ela não aceitava ele partiu pro moral. A menina desistiu da profissão por isso. Mas é triste, e ela era uma boa repórter”. [...] Continua o mesmo machismo, tanto que eu falo que a configuração das editorias continua as mesmas. Tu não vê mulher com cargos de mando. Lá, mulher é editora do caderno de cultura. Eu tenho amiga que é editora do caderno de cultura, super competente e que podia assumir qualquer auditoria ali. Mas quem estava na editoria de política e economia era um cara que até já saiu. A minha amiga está lá desde sempre”.

Percebe-se no relato que as mulheres mudaram de postura, mas as redações continuam como ambientes machistas, sem uma mudança mais consciente dos homens. Pelo contrário, ainda se vive comportamentos abusivos e de violência de gênero.

Segundo a jornalista, o ‘erro’ de uma repórter mulher é visível numa redação, pois ela é de imediato punida com o remanejamento para editorias consideradas menos importantes. [...] quando você cometia o erro, por exemplo, dava uma barrigada ou então fazia uma matéria que ofendia um amiguinho da casa, você era punido e jogavam você pra editoria que eles achavam que era menor, aí jogavam pra polícia, pro esporte ou pra cultura, era impressionante. E continua sendo assim em uma redação, porque eu tenho colegas que estão lá e que já foram pra ‘geladeira’. São situações que a gente só vai vencer se realmente, nós mulheres, aprendermos a não reproduzir machismo como essas colegas que eu falei, que reproduziram em duas redações que trabalharam. A gente tem que aprender a reagir de forma que quando a colega tiver precisando de ajuda a gente dê a mão, a gente ouça e não empurre mais pro abismo”, relata.

Com relação à naturalização ou reprodução do machismo, a Jornalista B acredita que ele está enraizado e atribui determinados comportamentos ao caráter. [...] A pessoa que eu falei



adoeceu, mas nem isso tocou. E também é questão de caráter. Não é porque é mulher que você é sensível a causa da mulher. Tem muita mulher que é mais machista do que homem. Têm situações que ocorreram que eu acho que não ocorre mais na redação, por exemplo, essa questão do esquimó. Isso hoje em dia não rolaria mais porque com redes sociais, com as pessoas conversando mais umas com as outras não rolaria mais de jeito nenhum. [...] É muito machismo ainda dentro das empresas, muito, muito, muito machismo. A gente tinha um diretor de redação, que até já morreu também, que ele era a representação do machismo. Teve uma colega que ela saiu de licença pra tratar um câncer de mama. Aí tirou um lado quando ela já ia voltar reapareceu do outro lado. Ela voltou com licença, retirou a outra mama. E quando voltou estava sem as duas mamas e naquela época ainda não faziam a reconstituição logo. Aí comprou o sutiã com enchimento. Quando ela chegou lá, na época ela era editora de polícia, ela falou ‘estou me reapresentando hoje, o que é que eu faço?’ Ele disse: ‘pegue uma vassoura e varra aí redação’. Na frente de todo mundo. Ele diria isso pra um homem? Não. Não diria”.

A narração da Jornalista B apresenta questões que fazem emergir reflexões sobre sororidade, interseccionalidade, preconceitos, medos e frustrações, e principalmente desrespeito e desumanidade, pois o tratamento recebido por algumas se assemelha a um objeto de utilidade ou inutilidade, conforme concepção do chefe.

### 3.3 JORNALISTA C

A jornalista C tem pouco mais de 10 anos de atuação no jornalismo e já passou por assessorias de comunicação. Hoje atua há 8 anos em redação jornalística, sendo promovida recentemente. A Jornalista C<sup>40</sup> inicia a trajetória narrativa falando sobre as diferenças de comportamento e relação em ambientes distintos do jornalismo.

“Eu passei por assessorias de comunicação, foi onde comecei e depois vim para a área de redação. Então, senti muito essa diferença entre esse meio termo. A questão do ambiente, que muda muito. Porque a gente precisa se relacionar mais diretamente com outros colegas, diferente da assessoria de comunicação, por exemplo, que por onde eu passei era ou sozinha ou então era um grupo assim, de 3 ou 4 pessoas no máximo. Na redação quando eu vim eu senti muito, porque assim, é muito grande e a gente tem que lidar com várias pessoas. Enfim, é a questão de relacionamento mesmo. Quando eu vim pra redação desse portal online, foi a primeira redação que eu fiquei, senti muito essa diferença e foi a partir dali que aprendi mesmo

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em junho de 2021.

o que é o jornalismo, na prática. Porque passei a ter o contato no dia a dia, a desempenhar minhas atividades mesmo como um todo. E quando entrei aqui, na redação, entrei como jornalista esportiva, pra mim foi um desafio muito grande, porque tive que aprender a lidar com isso, que era uma novidade, mas principalmente tive que aprender a lidar com as pessoas. Com os homens. Que julgavam e por exemplo, quando eu assinava matérias, questionavam o que eu tinha feito, o que tinha dito. Então, foi um trabalho muito difícil. Eles julgavam meu trabalho por ser uma mulher que está falando sobre esporte. Que é um assunto ainda dominado pelos homens e que também não é fácil lidar, porque a gente sabe que tem aquelas torcidas e que envolve sentimentos que, às vezes, foge ao controle. E assim, eu tive que todos os dias passar por cima disso. E depois eu vim pra gerais”.

A jornalista relata a necessidade de provar, todos os dias, sua competência por ser mulher. “Todos os dias tinha que provar pra mim e para as outras pessoas que era competente e que tinha condições de fazer aquele trabalho, tanto quanto um homem. Que por mais que eu escrevesse sobre o esporte, eu tinha embasamento para estar ali. E me cobrava por isso. De ter que ir atrás, de ter que dar o meu melhor todos os dias, porque precisava mostrar pras pessoas que eu tinha capacidade de ocupar aquele espaço”. Com relação aos cargos exercidos nas redações, narra: “A gente vê uma redação dominada por mulheres em sua maioria, mas que não assumem cargos de chefia. Eu passei todos esses anos aqui no portal, 8 anos, e só tive apenas uma mulher como superiora. Vou te confessar que o melhor momento pra mim como gestão, foi quando havia uma mulher no cargo de chefia. Porque mais importante que lidar com tudo isso, a gente está lidando com seres humanos, com pessoas. É importante não só o que a gente faz, mas o que a gente vivencia aqui dentro. Da forma com que a gente tem essa relação, esse feedback, essa atenção faz toda a diferença no ambiente de trabalho”.

Segundo a Jornalista C, há uma diferença de comportamento entre uma chefe e um chefe. “Pelo que eu vivenciei aqui, é totalmente diferente. Quando tive chefe mulher, ela tinha toda essa preocupação de lidar com as pessoas, de incentivar a gente diariamente, de dar um feedback sobre o nosso trabalho, no que deveria melhorar ou o que estava de acordo. Essa questão de relação faz muita diferença, porque interfere tanto no nosso ambiente de trabalho quanto no nosso dia a dia. Uma equipe motivada, uma equipe acolhida que tem uma pessoa que vai além do trabalho, acho que faz toda a diferença. Então eu senti muito isso. Porque os outros dois chefes foram homens, então, era mais uma relação de trabalho mesmo, mais fria”.

No que diz respeito às relações machistas, afirma que: “Infelizmente eu tive o desprazer de presenciar situações envolvendo colegas de trabalho, então é muito complicado porque a

gente se coloca no lugar e imagina assim ‘poderia ser eu ali’, e nisso a gente percebe que muita coisa precisa mudar porque parece que é uma redação que continua machista, presa ao tempo. A gente tira muito por aquelas pessoas que estão aqui há bastante tempo e que por esse motivo acreditam que nada vai ser feito. Que podem fazer o que bem entender que nada vai acontecer com eles. Como se fossem intocáveis, então é algo que a gente precisa debater muito, porque infelizmente muitos lugares acabam passando a mão na cabeça ou então dão aquele alerta ‘olha te comporta’ ou então ‘olha cuidado com o que tu tá fazendo’, mas as mulheres não tem aquele apoio que precisam”, relata Jornalista C.

Deixa claro na sua narrativa que encorajaria as mulheres a denunciar e que faria o mesmo, caso sofresse uma violência dessa natureza. “Eu como mulher eu denunciaria. Porque eu acho que hoje a gente precisa ainda falar muito disso abertamente, porque a partir do momento em que as pessoas falam, outras aparecem e a gente acaba encorajando outras mulheres que já passaram por isso e que por algum motivo se calaram. Então, pelo cargo que assumo hoje, tenho mais dever de encorajar, de frear certas situações dentro da redação que passam ao meu redor e que eu sei que hoje eu posso intervir. Eu tenho essa consciência do meu papel, sobre o que devo fazer, de como devo agir, e infelizmente, por ter superiores, sei que nem tudo depende de mim. O que é complicado”. Já pensou você trabalhar em um local que todos os dias é assediada ou que se sente insegura? Não é saudável mentalmente pra ninguém. Então acho que hoje a gente precisa muito encorajar umas as outras. Porque a gente sabe que isso acontece dentro das redações, mas eu acho que hoje em dia a gente está mais aberta para denunciar, para falar, para não deixar passar em branco”. Continua falando de sua experiência e de seu amadurecimento. “Eu amadureci muito ao longo desse tempo, até porque foi uma trajetória bem complicada. Porque a gente como mulher parece que é cobrada ainda mais, e a gente precisa todos os dias reforçar que a gente tem aquela competência em estar ali ocupando aquele cargo e até ocupando cargos maiores. Eu sou a única coordenadora mulher na redação, então acho que a gente precisa ainda mais desse espaço, porque nós somos a maioria. E porque nós não ocupamos esses espaços de chefia? É algo meio contraditório. Então acho que precisa mudar sim e quanto mais mulheres forem ocupando espaços delas, acho que vai abrindo portas para outras. Eu amadureci muito por ter que provar as coisas, infelizmente até hoje, onde a gente acaba sendo questionada. Mas acho que precisamos falar sobre esse assunto para que outras mulheres tenham essa consciência, de que a gente pode chegar aonde a gente quer, a gente pode ocupar cargo de chefia, a gente pode largar tudo se for preciso, a gente não tem que se submeter as coisas, as pressões, as pessoas”.

### 3.3.1 Autoconfiança

A narrativa da jornalista reforça a necessidade de diálogos, aberturas e autoconfiança no trabalho realizado. Observa-se que a competência, conforme relato, por muito tempo foi atribuída ao caráter do gênero, e não, no realizar das atividades, pois as editorias eram e ainda são atribuídas de acordo com aquilo que os homens acham que as mulheres são ‘competentes’ a fazer. Ou seja, as mulheres não estão nos cargos de comando porque ainda são os homens que determinam quem deve gerir esses cargos e que tem competência para assumi-los.

Ao longo desse período, continua a jornalista, já percebeu algumas mudanças. “Quando eu entrei aqui, que eu era repórter de esporte, o meu horário era de 19h à 00h, então, se você vier aqui a noite, você vai ver essa redação lotada e a maioria são homens. E aí lembro de uma época em que eu não ia no banheiro de jeito nenhum, porque o banheiro ficava do lado oposto e essa redação era toda ocupada pelos homens. As mulheres que passavam eles ficavam mexendo, soltando cantadas, constrangendo e eram comentários constrangedores. Pra você ter ideia, ficava me prendendo a noite toda, às minhas 5h de trabalho, porque não queria passar por aquilo, porque era um absurdo. Pra eles podia ser brincadeira, mas pra gente é uma situação absurda. Mas muita coisa mudou em relação a isso. Eu pelo menos não tenho mais contato com eles, mas pelo o que ouvi falar de outras pessoas, eles mudaram com relação a isso, já não tem mais essas brincadeiras. E acho que mudou e que precisa mudar, principalmente esse pessoal que está há muito mais tempo aqui, e eles acham que são intocáveis, e tem aquela mentalidade muito antiga de que ‘ah, não é só uma brincadeira, ela não vai levar a sério, então isso não é assédio, isso não é constrangimento’. É uma situação complicada, delicada que a gente tem que passar. Tem que passar não, que a gente tá passando, mas não tem que passar”.

### 3.3.2 Apoio psicológico

Considerando as sérias situações vividas pelas jornalistas nos ambientes de trabalho, a jornalista acredita na necessidade dos veículos terem um departamento de apoio psicológico, mas não trata sobre a omissão das empresas sobre situações de violência simbólica e sexual praticadas por esses chefes, mesmo que algumas profissionais já tenham relatado esses abusos. “Eu acho que toda empresa deveria ter um apoio psicológico para as mulheres que passam por situações como assédio, seja moral ou sexual, porque infelizmente não tem esse preparo em

como lidar com a vítima. Sabemos que a redação é machista, até porque muitos homens ocupam e são aqueles antigos que tem a mentalidade fechada. Precisa mudar, mas acho que precisa ter esse apoio dentro da empresa, acho que muitas mulheres deixam de denunciar por não ter esse apoio. Acaba reforçando nos homens para que eles continuem fazendo as mesmas brincadeiras hostis. Precisa muito ter esse apoio da empresa mesmo e a empresa reconhecer que o mundo está mudando. Mas quando se tem uma empresa dominada por homens, você pensa: ‘como é que eles vão ter essa consciência de que precisa ter esse apoio aqui dentro?’. Então assim, é uma situação que parece que sempre roda, mas que volta pro mesmo lugar, estagnada”.

Ao afirmar que as empresas deveriam apoiar as mulheres com relação a situações constrangedoras vivenciadas, a jornalista C pede especificamente um setor de aconselhamento psicológico entre os objetivos: promover a saúde mental das trabalhadoras; evitar o avanço do desequilíbrio psicológico diante de doença; proporcionar autoconhecimento além de, melhorar o desempenho profissional e pessoal de cada colaborador. De acordo com Rogers (1972), a compreensão empática, a escuta positiva e a coerência por si só aumentarão a autoestima e a autoaceitação, tornando o eu, a consciência e os pensamentos mais coerentes e levando a uma melhor organização dos pensamentos, que permite ao colaborador trabalhar, pensar e se portar melhor.

No relato da jornalista C, assim como das outras duas, constata-se situações que além de provocarem indignação e resistência ao ambiente do trabalho, causaram angústias que afetaram o psicológico, pois deviam naturalizar um comportamento que não era natural, mas pela ação de ‘complacência’ dos veículos aceitavam tais atitudes machistas deixando os casos sem ação punitiva, e por vezes, culpabilizavam as próprias jornalistas.

Ao narrar os acontecimentos, observa-se emergir do relato a lógica da dominação masculina e da submissão feminina de Bourdieu, em que os “efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres [...] às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe” (BOURDIEU, 1999a, p. 49-50)

Quando indagada sobre ser a única mulher a ocupar um cargo de coordenação e tendo que lidar com homens em cargos de chefia, relata: “Eu tive muito apoio deles. E que bom, por sorte. Porque acredito que não é assim em muitos lugares, mas desses homens eu tive muito apoio. Tenho muita consciência da responsabilidade que tenho aqui dentro, por ser a única mulher coordenadora; acho que as mulheres veem em mim uma forma de lidar com certas situações. Por isso tenho consciência do papel que desenvolvo aqui e também de que muita coisa precisa mudar, inclusive essa relação de chefia com as mulheres. Por exemplo, aqui o

nosso chefe assedia as mulheres, com brincadeiras, com certas situações, que são constrangedoras, que não deveriam acontecer, mas que parece que ele sabe que não vai dar nada pra ele. Chega até a ser cansativo pra gente lidar com isso todos os dias e saber que nada vai mudar. Então parece que a gente fica assim sem ter o que fazer”. [...] tiveram certas brincadeiras que eu não gostei, mas que cortei ali mesmo na raiz. Não dou abertura, não dou confiança, mas se caso chegasse a alguma situação a mais que me constrangesse, que me afetasse mesmo, de verdade, independente da função que ele exerça ou independente de quem seja, acho que a gente precisa denunciar. Porque deve ser surreal você ter que conviver com assediador todos os dias, ter que ir para um ambiente de trabalho que não te acolhe, não te dá apoio, então você tem duas opções: ficar ali naquele ambiente sendo infeliz pro resto da tua vida ou então denunciar e procurar outra oportunidade. Acredito sim, que por um lado possa fechar algumas portas de trabalho, mas acredito também que pode ser que surjam outros lugares. A gente sabe, por exemplo, que pode fechar as portas em uma redação, mas pode abrir para agências de comunicação que estão cada vez mais conscientes do papel e dessa situação toda. É por isso que acho importante, independente do que aconteça, da gente denunciar. Se te afeta, se é algo que vai mudar tua vida, que foi uma situação escrota mesmo, acho que você tem que denunciar”.

A jornalista, assim como as outras, identifica ambientes que são mais machistas que outros, dentro da mesma redação, por exemplo, a editoria de esportes. “Se eu pensasse em gravar vídeos e jogar nas redes sociais, os comentários eram questionando o meu trabalho. Égua, uma mulher falando de esporte”. Assim como identifica quando uma mulher chega a um cargo de chefia sempre é questionada na sua capacidade e competência. “Até hoje a gente tem certeza que ela foi demitida porque ela era mulher e estavam questionando a forma dela trabalhar, ‘ah, você é muito boazinha com as pessoas’. Assim, vou te dar duas situações que eu vivenciei. Quando entrei aqui, logo depois engravidei, então tinha uma chefe, que era a diretora executiva e tinha o chefe que era abaixo dela. Eu estava grávida dentro da redação e tive uma briga com outro repórter e o meu chefe não ficou do meu lado, mesmo com todas as testemunhas que estavam ali, mesmo eu saindo fora de controle e indo parar no hospital com risco de perder o meu filho por conta dessa briga. Ele não me deu apoio, não me deu amparo, não perguntou como eu estava. Ele agiu como se nada tivesse acontecido, dentro da redação. Quando ela soube, que foi por um acaso em uma festa de confraternização, ela surtou. Se questionou de ‘como que ele, um chefe não fez nada. Ele ali que tinha a responsabilidade independente de eu ser mulher ou não, mas por toda a situação que aconteceu, e ele se omitiu. E ela me deu apoio, ela me acolheu, conversou com o outro repórter envolvido, tendo uma conversa bem severa

para que não voltasse a acontecer de novo. Então é isso o que eu estou falando, parece dois pesos e duas medidas. É complicado. São relações diferentes. A mulher ela entende mais como lidar com as pessoas e os homens não, parece que é mesmo só uma relação de trabalho. Mas a gente sabe que não é só isso. Pra pessoa vir pra cá pra trabalhar e lidar todos os dias com essas situações que a gente vivencia na redação, precisa estar bem em casa, estar com uma saúde mental saudável, então eu acho que tudo isso interfere. E parece que o homem não sabe lidar com isso. É aquilo bem frio mesmo, de relação de trabalho. E a mulher não, ela é mais humana”.

Para a jornalista C, suas experiências dentro da única redação onde trabalhou a fizeram crescer como profissional e pessoa. Quando começou na redação, tinha receio de levantar e atravessar a redação para ir ao banheiro para não passar por constrangimentos cometidos por editores e repórteres homens que ficavam espalhados pela redação. Hoje, tendo um cargo de chefia, acha importante ser exemplo e apoiar suas repórteres mulheres em questões de discriminação de gênero e violência simbólica.

### 3.4 JORNALISTA D

A jornalista D<sup>41</sup> tem menos de 3 anos de atuação no jornalismo, mas tem experiência em assessoria de comunicação desde a época de seus estágios. Já passou por redações de impresso, on-line e atualmente está em televisão.

“Me formei em 2019, mas comecei a estagiar em 2015 em um jornal impresso. Eu tinha o cargo de repórter e ficava na parte dos suplementos, que era de uma revista e em cadernos específicos comportamentais. Lá, fiquei por um ano. E o ambiente de trabalho lá era bom, mas um pouco tóxico por causa da minha chefe na época, que não era muito profissional. Ela, às vezes, não sabia separar muito o emocional do profissional. Quando fui trabalhar em TV, na época o ambiente de trabalho era bom, não tinha muito do que reclamar. Só que não tive muito apoio, porque estavam tendo alguns problemas internos entre editores com a produção e, como estagiária fiquei um pouco perdida. Não tive muito direcionamento. E em seguida fui pra um portal online, onde fiquei por 2 (dois) ou quase três anos. Era um ambiente que tinha colegas bons, mas que infelizmente é muito bagunçado. No sentido de que acho que faltava gestão. Acho que cada um tinha que saber qual era o seu cargo e lá não tinha isso. Ao meu ver, o editor tinha que ser editor, o editor-chefe tinha que ser editor-chefe, o produtor, tem que ser produtor. O repórter tem que ser repórter”. As minhas relações não eram muito boas. Eu acho que lá, como as pessoas não sabiam diferenciar muito essa questão do pessoal com o profissional,

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em julho de 2021.

acabava misturando e sim, tinha assédio moral. Porque se uma pessoa que está acima, por exemplo, de um repórter, tem certas atitudes que não são legais, e isso acabava acontecendo, pra quem você vai reclamar? E lá foi um ambiente bom pra eu crescer, foi bom por algumas relações, mas também foi um ambiente muito bagunçado, onde eu tive muitos problemas em relação a uma gestão má estruturada”.

Segundo a jornalista, o assédio moral acontecia tanto com ela quanto com suas colegas. “Eu tanto já sofri quanto eu vi vários colegas meus sofrendo. Sejam colegas que tinham o mesmo cargo que eu ou não. E na época tinha um cargo de repórter multimídia, mas já vi acontecer assédio em todos os níveis. Algumas vezes eu cheguei a procurar meus superiores, mas não senti muita mudança. E, às vezes, até eram alguns outros superiores que faziam esse tipo de assédio. E quando a gente queria procurar o RH, sempre diziam que iam mudar a situação, mas nunca mudavam. Então era um pouco complicado. Até que teve um momento que eu e outras pessoas que passavam por isso, a gente parou de confiar um pouco. Mas eles diziam que ia ter uma mudança e deixavam por isso mesmo”. Relata ainda sobre a necessidade de autoafirmar, rotineiramente, sua capacidade e competência. “No início aconteceu muito em relação a realizar certas pautas e matérias. De ser elogiada e não receber o crédito ou acharem que não fui eu quem fez ou que eu tive ajuda de alguém ou até mesmo entrar num local e acharem que eu não entrei no cargo por mérito, mas sim por ser mulher, ser bonita ou que alguém ficou comigo e etcetera. Então, acho que quase todas as mulheres que já conheci e tenho contato, que são do meio jornalístico, já sofreram isso aqui em Belém. As mulheres infelizmente nas redações, elas não levam o crédito. Muitas vezes pelas matérias que elas produzem; pelas matérias que elas fazem; pelas matérias que elas participam. É sempre um repórter homem ou um coordenador homem que acaba levando o crédito e muitas vezes a pessoa nem participou do material”.

### **3.4.1 Misoginia**

A Jornalista D identifica imperar a misoginia nas redações quando se trata de as mulheres chegarem ao cargo de chefia. “Misógina pura. Geralmente é por conta disso. A gente ainda vive em uma sociedade machista, em que a gente vive em uma cidade que ainda tem o pensamento muito provinciano. E quanto ao pensamento provinciano, acham que a mulher tem que ficar em cargos menores nas redações e os cargos maiores ou de liderança têm que ficar para homens. Hoje em dia, no meu atual trabalho, noto a diferença de que existem muitas



mulheres em cargos maiores ou acima de mim, mas quando você vai olhar pra chefia, seja de uma tevê, de um jornal ou de uma assessoria, geralmente é sempre um homem”. Lembra ainda, de um assédio moral sofrido que a desestabilizou emocionalmente. [...] teve uma situação que quase fui prejudicada no trabalho porque tive que ficar um tempo afastada por questões de saúde e um superior, junto com alguns colegas de trabalho que tinham o mesmo cargo que eu, começaram a inventar algumas mentiras em grupos de WhatsApp e etcetera. Acabaram envolvendo o meu chefe com essas mentiras e, caso ele tivesse acreditado, eu poderia ter sido demitida ou até poderia ter sido desmerecida como profissional. Foi uma situação bastante extrema que mexeu psicologicamente comigo e mexeu também no meu lado profissional”.

Com relação à violência simbólica, a Jornalista D relatou que presenciou diversas agressões verbais e humilhações às colegas ao longo de sua trajetória. [...] Acho que desde a primeira vez que tive um contato com uma redação jornalística, eu já vi uma colega de trabalho, uma outra estagiária, indo chorar no banheiro por causa de uma briga desnecessária onde ela foi assediada moralmente pelo então chefe. E além do meu primeiro estágio e entre outros trabalhos, tanto já vivi como já presenciei isso, do assédio moral chegar em um ponto de mexer com o psicológico do profissional. E realmente é uma situação muito grave, porque se a gente não tá bem no trabalho, a gente não consegue produzir. E se a gente não produz a gente não entrega um trabalho tão bom”. Enfatiza também na sua narração que as mulheres são mais cobradas que os homens, [...] até porque eles têm muito mais direito de errar e nós mulheres, não. E quando a gente erra, sempre vai pra um lado meio machista dizendo que estamos de TPM, porque é o clássico. De TPM, menstruada ou não aguenta o tranco, não aguenta a briga, não aguenta as situações extremas. Sendo que o normal é não existir isso, o que deveria ser na verdade o ideal”.

Recorda ainda que viveu e ouviu relatos de outras colegas de trabalho de convites de chefes para saírem. [...] Já passei por isso com um chefe em um estágio que, não só comigo, mas presenciei fazendo isso com outras pessoas. Às vezes ele fazia comentários um pouco maliciosos, tentava tocar na gente de uma maneira mais íntima ou então, quando ia cumprimentar com um beijo no rosto, tentava ficar mais próximo da boca. Passei por isso e vi mais duas pessoas passando por isso, é complicado. E também já tive outros superiores, que não chegaram a ser tão extremos como esse caso, mas que sempre tinham piadinhas machistas do tipo se colar, colou”.

Quando indagada se ainda persistem essas investidas e assédios pelos chefes, respondeu: “bastante, principalmente nos lugares que não são organizados. Atualmente no meu trabalho,

que é um pouco mais sério, e por eu estar pouco tempo, eu ainda não presenciei isso. Mas em outras redações que já trabalhei, onde não tem um chefe ou uma coordenação boa, são os locais que mais se proliferam esses tipos de piadas machistas ou piadas de cunho sexual”. Segundo a Jornalista D, até o seu comportamento ou modo de vestir já foram questionados. “Em um determinado emprego pediram para que eu me vestisse ‘um pouco mais arrumada’. E me senti bastante constrangida, porque eu achava que estava bem arrumada e que isso não interferia na minha capacidade profissional”, relembra.

A jornalista relatou que nunca, ao presenciar uma violência simbólica contra si ou contra outras, reportou aos superiores, pois as jornalistas nunca tiveram apoio de um setor específico das empresas. [...] Por exemplo, tem o RH mas ele não lida só com isso. Nas empresas por onde eu passei, nunca teve algo assim específico onde a gente pudesse ir diretamente relatar algum tipo de violência simbólica que não fosse ou o RH ou o chefe”. Quando tentou reportar era desestimulada. [...] Geralmente diziam que era pra conversar ou diziam que a pessoa era assim mesmo ou que era pra deixar pra lá. E nisso as denúncias ou reclamações nunca iam muito pra frente”. Relata que não há garantia de segurança às jornalistas ou medidas de proteção pelas empresas para comportamentos dessa natureza.

Essa violência simbólica remete a que afirma Pierre Bourdieu:

[...] violência suave, insensível, invisível, as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária [...] (BOURDIEU, 1999a, p.7)

A jornalista D lembra [...]. Acho que foram pouquíssimas, por exemplo, em uma assessoria sim. Mas porque a equipe era formada na maioria por mulheres. E é uma empresa multinacional. Mas nas redações, não haviam suporte nenhum”, narra a Jornalista D.

Ao ser indagada sobre sua percepção de um ambiente de trabalho onde você sofre um assédio e não tem apoio da diretoria, e ainda por cima tem sua competência questionada por ser mulher, afirma que é desmotivante. [...] mas infelizmente a gente é criada para ter que normalizar e aguentar isso. Só que, quando vivemos essas situações de assédio, diversas vezes, é desmotivador e acaba mexendo no nosso trabalho, no nosso psicológico. E aí a gente começa a acreditar no que os outros também dizem. A gente começa também a duvidar da nossa

competência como mulher, como profissional. Apesar de que esse não é o certo. É óbvio que, quando a gente sai da situação, a gente começa a perceber que a gente estava certa, que estávamos passando por um assédio, mas estando no local e vivendo aquilo a gente não consegue enxergar. A gente até se culpa, que é o clássico do machismo”.

A jornalista percebe, hoje, uma pequena mudança no comportamento dos homens para com as mulheres no ambiente de trabalho. [...] mudou, mas ainda falta muito para melhorar. Essa é uma questão que tem que ser debatida a todo momento. Ser sempre discutida mesmo, porque é algo que ainda, nós mulheres, passamos. Apesar de ter melhorado, ainda não é o ideal, é algo que tem que continuar com um olhar de atenção”.

Indagamos ainda se as situações vivenciadas por ela e outras colegas foram denunciadas ao Sindicato de Jornalistas do Pará. Respondeu que não, pois segundo a Jornalista D, “não serve pra nada. Eles não têm força e não dão apoio”. Pergunta-se também se denunciaram na polícia. “Não, não cheguei a ir de fato. Até porque a gente tem um medo de se prejudicar no trabalho e de se queimar como profissional. Não só de se queimar, mas também de perder o emprego, perder a renda. Até porque se o nosso chefe, o nosso superior não faz nada, então o que a polícia vai resolver? E se não resolver, ainda vou perder meu emprego? Então são muitos questionamentos que a gente faz e por isso acaba não procurando denunciar”.

Quanto a denunciar um assédio sofrido por ela ou por colegas de trabalho, de um chefe conhecido ou de renome, disse hesitar em denunciar ou apoiar, pois [...] a gente vive nesse ambiente machista, é uma coisa que eu pensaria. É uma situação que infelizmente por vivermos nesse mundo machista das redações aqui em Belém, é algo que incomoda muito. Eu já cheguei a aconselhar uma colega a mudar de emprego com medo dela denunciar e se queimar. Porque, às vezes, dependendo da situação, não ia ter outro jeito. A gente tem que sair e tentar uma coisa nova em outra redação para não se prejudicar. Porque infelizmente sempre quem é mais prejudicada é a mulher e não o homem”, relata a jornalista.

Nesse relato pode-se observar a hesitação da jornalista em alguns momentos em contar sobre suas experiências. Apesar de reconhecer a importância de denunciar um assédio, para ela é desmotivante que a empresa não considere importante tal ato, assim como a falta de apoio dos chefes e colegas de trabalho. Para ela, apesar de uma leve mudança no comportamento dos homens nas redações, o assunto ainda precisa ser debatido, já que as mulheres ainda sofrem com certos tipos de comportamentos.

### 3.5 JORNALISTA E

A jornalista E tem pouco menos de 10 anos de atuação no jornalismo e experiência em redação de veículos como rádio e impresso.

A narrativa da Jornalista E<sup>42</sup> inicia com a descrição do ambiente eminentemente masculino de sua trajetória profissional. “Eu sou formada há 8 anos e desde lá venho atuando com jornalismo, passei um tempo em assessoria de comunicação e agora os últimos anos acho que tem, uns cinco ou seis anos mais ou menos, tô em redação. Estou na redação de impresso. Primeiro, entrei em um portal de notícias bastante jovem, tinha uns vinte e dois, vinte e três anos por aí. E era um ambiente pra mim muito diferente do que tem sido hoje, que tô mais velha e que sou um pouco mais segura em relação ao meu trabalho e aos meus nãos, digamos assim. Claro que a redação passou por muitas modificações, a gente teve uma mudança de integração em termos de trabalho digital. Tem sido mais relevante agora e as relações tem mudado, mas lembro que quando entrei era um ambiente extremamente masculino. [...] Porque num ambiente de redação extremamente masculino, essa coisa do homem querer sempre tirar uma vantagem, tirar uma gracinha, isso é comum. Pior ainda quando você é uma mulher jovem. Então, quando entrei muito garota assim, novinha, não tinha tanta experiência. Então, sentia que os homens se sentiam mais à vontade pra tentar falar ou fazer alguma coisa pra me deixar sem graça. E eu não via isso nesse chefe, então, por isso, gostava dele. Eu até refleti sobre isso, tipo, quando a gente é mulher, às vezes, o mínimo faz com que a gente valorize extremamente, que era o caso dele. Mas é claro que tem diferença sim, por exemplo, tem a diferença de tratamento, tem diferença de tu sair na pauta, porque era só motorista homem, só fotógrafo homem, as brincadeirinhas... Então, às vezes, eles sentiam isso, tô falando lá atrás do início. Muito confortáveis em fazer brincadeiras que talvez se fosse com homens, com outros homens eles não fariam”.

A jornalista relatou sobre uma experiência como chefe, em que os homens não a viam como autoridade. “Eu tive uma experiência de coordenação de equipe que percebi essa diferença de relação. E agora estou na edição web de portal. Então, por exemplo, como repórter quando sai pra pauta com aquele fotógrafo, às vezes, a tua opinião, a tua sugestão não é levada em consideração. Se fosse um homem falando, ‘ah, tudo bem’, mas como é mulher já é um tratamento diferente. Quando passei pela coordenação da equipe de cidades, que foi um tempo atrás, percebi isso muito mais forte. Eu fazia solicitações e demandas que, às vezes, os homens insatisfeitos, falando com os fotógrafos, eles reagiam de uma maneira muito exagerada, mas se

---

<sup>42</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em julho de 2021.

fosse um outro homem demandando, eles não teriam aquela reação”. A jornalista atribui tal comportamento por ela ser mulher e jovem.

“Eu acho que pelo fato de eu ser mulher, de ser jovem e de ser uma repórter que estava no cargo de coordenadora. Acho que esses três, mas o fato de eu ser mulher é muito mais forte, porque tem outros chefes jovens que não sofrem esse tipo de situação. Então, muitas vezes, tinha que pedir pra um chefe homem, por exemplo, ‘me ajuda, fala com essa pessoa e demanda porque não quer fazer’. Acho que todo mundo sabe as suas funções e as suas atribuições”.

O cargo na coordenação acabou sendo uma experiência negativa na redação, pois [...] por ser mulher e isso pesava muito. E nessa relação foi um cargo temporário que fiz, acho que foi uns dois meses, mas senti muito essa diferença. E diferença também entre a diretoria que não lidava diretamente comigo, mas preferia lidar com outro chefe homem pra intermediar, pra falar comigo. Então, sentia que era como se tipo assim: ‘ah, tu é capaz, mas não tanto’; ‘Tu é capaz pra uma mulher’. Era como se tivesse essa diferenciação. Às vezes, os homens falam coisas óbvias que são super aplaudidas e a gente fala uma coisa e aí tipo ‘ah, tá beleza”’, relata.

A Jornalista E lembra de uma situação em que a palavra de um colega homem serviu como prova contra uma jornalista. [...] Era uma pessoa que já era problemática e tudo mais na redação, e aí, ela tinha problema com várias pessoas, mas ela criou um problema muito grande com a equipe dela que era majoritariamente masculina. E no final das contas, recentemente isso, teve um ciclo de demissões no jornal e tudo mais, e essa pessoa estava pra sair. Então, o diretor decidiu que não ia tirar ela e um dos homens virou e disse que ‘não que ela tinha que sair, porque ela estava passando pauta pro concorrente’, que inclusive era alguém que ela namorava. E tipo assim, não precisaram de provas, não precisava de nada. A palavra de um homem bastou pra assumirem aquilo como verdade”.

### **3.5.1 Divisão sexual do trabalho jornalístico**

As pesquisadoras Hirata e Kergoat (2007), apontam que há uma relação social recorrente entre homens e mulheres, designadas como relações sociais de sexo. Essa divisão sexual do trabalho, segundo as autoras, resulta da divisão social estabelecida nas relações sociais entre os sexos, modulada histórica e socialmente. A partir dessa divisão foi reservado às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens, a esfera produtiva. “As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo

em contraponto à supremacia do outro (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 123). Essa perspectiva é percebida em diversas falas das jornalistas entrevistadas, que retomam a memória para falar de situações abusivas que sofreram por ser mulheres.

Nesta perspectiva, o relato da Jornalista E narra essa divisão sexual do trabalho jornalístico. [...] avaliando de um modo geral, tem pautas especiais que iam sempre para certos repórteres, e esses certos repórteres eles sempre eram homens. Independente de ter outras mulheres capacitadas na equipe, eles sempre eram priorizados. Tem uma questão também financeira aí, quando tem o lance de viagem, porque o jornal prefere não pagar quartos separados e aí mulheres não vão ficar junto com homens. Como só tem fotógrafo homem, aí eles vão preferir mandar os homens viajar junto com os homens”. Na sua avaliação, as mulheres jornalistas não têm as mesmas condições que os homens jornalistas. “Pelo que eu vejo da dinâmica do jornal, a prioridade sempre vai ser dar cargos de chefia para homens. Até quando sai uma mulher daquele cargo de chefia, eles vão priorizar dar aquele cargo para outro homem. Inclusive é muito interessante, porque nós mulheres, parece que a gente nunca tem segunda chance. Se uma mulher erra, ela vai ser penalizada pra sempre por questão daquele trabalho. Mas os homens eles erram sucessivamente e a gente vê que é tipo assim ‘ah, mas ele é tão gente boa, não, mas bora dar uma chance. Pô, é um cara bacana e tudo mais’. Então quer dizer, a questão técnica, ela sempre está abaixo no caso dos homens, daquela questão de relação mesmo. Eu estou falando com iguais. Mas quando se trata de uma mulher aí, já é diferente. Uma mulher ela erra uma vez ela já não serve mais”. “Eu acho que a gente tem essa preocupação, um olhar maior de querer mostrar que a gente é capaz de fazer mais aquele serviço do que os homens. Porque os homens eles têm esse direito, como falei. Eles têm direito de errar, têm o direito de não ir tão bem, eles têm essas segundas chances, mas a gente, não”, narra a Jornalista E.

### **3.5.2 Impotência**

A Jornalista E relata que já presenciou e viveu um assédio, mas se sentiu impotente para tomar uma atitude. [...] Assim, é aquela coisa da impotência. De pensar em até que ponto, posso fazer alguma coisa, até que ponto tenho que ficar calada pra preservar o meu trabalho, pra preservar meu nome. Eu passei por uma situação muito chata na rádio, que inclusive até falei sobre isso em terapia depois de um tempo. Que tinha um dos donos lá, porque é uma empresa familiar e um dos primos chegou falando: ‘ah, a minha calça está muito apertada, sabe aquele cara que brinca, que fala sacanagem?’. E aí tipo assim, eu como mulher, dou uma risadinha pra

não parecer a chata, ainda mais em ambiente de rádio que é extremamente machista; é muito mais machista do que uma redação de impresso ou de televisão, por exemplo. E aí ele chegou assim: ‘ah, o nó da minha bermuda tá muito apertado’. Chegou gritando na rádio. Aí foi lá atrás, pediu e falou para o operador de som, ‘ei me ajuda aqui a tirar, eu não tô conseguindo’. E eu tava só ouvindo, já estava sacando o movimento. Aí ele disse: ‘não, acho que vai ter que tirar com o dente porque está muito apertado’. Aí ele foi pra lá comigo, obviamente. E aí ele falou: ‘olha o nó da minha calça está muito apertado, não sei o que’. E fez assim pra eu não encostar. Mas pediu pra eu tirar e, tava muito apertado, eu não sei se ele mesmo apertou. E ouvi ele falando ‘ah, tem que tirar com o dente’. E ele ‘ah, me ajuda aqui’. E eu não quis recusar a ajudar, porque eu disse assim, ‘não vou dar um piti por uma coisa que é pequena’, pensei na hora. Não vou dar um aqui e, tá tudo bem, não posso ficar levando tudo pra maldade. Cara, eu me esforcei tanto pra não ter que, sabe? E tirei e tal. Enfim, mas foi horrível. E aí depois fiquei pensando, tipo assim: ‘Que constrangimento! Eu podia muito bem ter dito não. Ah, desculpa, não tem como, tô ocupada, não quero’. Mas eu me senti coagida a fazer aquilo, sabe? E aí depois eu fiquei pensando em quantas situações a gente não passa e que a gente pode simplesmente dizer não, ou quantas situações que a gente passa que homens não passariam, por exemplo”, relata com tristeza.

Este relato leva à violência simbólica e aos efeitos que os indivíduos absorvem das estruturas e hierarquias dos ambientes sociais em que existem em suas estruturas mentais, conforme reflexões de Bourdieu (1999b).

A jornalista relata também que já presenciou acontecer com colegas na redação. “Olha. Grito sim. Grito, discussão”, mas não tem certeza se denunciaria ou aconselharia colegas a denunciar. [...] nunca aconteceu com pessoas tão próximas a mim e eu nunca cheguei aconselhar e nem sei se eu mesma denunciaria. Eu acho que por medo, por medo de sair queimada, por medo do que aquele homem poderoso pode fazer na minha carreira. Porque querendo ou não, ainda sou uma mulher jovem e estou ainda dando os meus passos na minha carreira. Então, é aquele lance de ‘até que ponto a gente pode fazer alguma coisa’, entendeu?”. Relata que já presenciou situações extremas nas redações. [...] acho que é um hábito comum na redação. Hoje em dia amenizou porque entrou um diretor novo, e aí está todo mundo pianinho querendo fazer seu melhor, tranquilo e tal. Mas já rolou muito assédio moral, de grito, discussão e todo mundo fingindo que não estava ouvindo, mas tava porque, enfim, aquela gritaria toda. E era comum, até um tempo atrás era comum”.

A Jornalista E percebe uma relação muito desigual entre chefes e subordinados nas redações, onde ainda impera uma relação de poder. [...] é muito desigual. Porque a gente vê um lado que tem mais poder e um lado que está ali como sendo o oprimido. E é muito daquele lance da violência simbólica. Que faz com que a pessoa, às vezes, ela se sinta até responsável por aquilo, por aquela situação que ela tá sofrendo, mas acho que já foi pior. Eu acho que como hoje em dia as pessoas tão muito mais esclarecidas em relação a isso, isso tem sido discutido muito mais, as pessoas deram uma segurada. Não quer dizer que não aconteça, ainda acontece. Mas é porque como eu te falei, lá internamente, passou por diversas mudanças, mudanças de trabalho, mudanças de equipe, a configuração da redação mudou inteira. Então querendo ou não essas relações elas passam a ser um pouco diferentes. As pessoas estão se respeitando um pouco mais, mas ainda sim é injusto, ainda sim a gente é explorado, todos os cargos são explorados”, relata.

Quando indagada se acredita que as mulheres recebem mais demandas que os homens nas redações, responde, não. “Isso não”, afirma. Com relação a um setor competente para denúncias, relata que só há no seu trabalho o RH, mas se questiona porque não há um movimento das mulheres pedindo essa rede de apoio. [...] Inclusive, já pensei assim sobre isso na redação porque não tem um movimento de mulheres? Do tipo assim, uma rede de apoio ‘olha, vamos nos apoiar, vocês podem trazer essas denúncias pra gente’. Eu já pensei até em iniciar algo assim, mas aquela coisa que tu pensas e tu deixa”. Continua seu relato, narrando que já viu colegas sendo assediadas por mensagens. [...] De um ex-chefe que era muito problemático. Um homem muito conhecido em Belém, inclusive, quando ele foi demitido por assediar sexualmente a secretária do chefe lá do jornal, ele começou a dar em cima de mim, foi bem insistente e tudo mais. E esse mesmo cara mandava fotos da esposa dele fazendo sexo oral, pra uma amiga minha. E ele dizia que transava com uma outra repórter no banheiro. Então tipo assim, uma série de problemas, uma série de questões, e ele já tem esse hábito de fazer isso. Ele inclusive se relacionou com uma repórter lá do jornal há muitos anos, e ele agredia ela e todo mundo sabia na redação. E ninguém fazia nada. Pensa numa pessoa problemática esse jornalista”. Lembra ainda a existência de piadas de cunho sexista que chegaram até o departamento de Recursos Humanos da empresa. [...] Já tiveram discussões que foram levadas até pro DRH pela questão de gênero e pela questão de LGBTfobia também”.

A Jornalista E também relata um outro problema que se soma aos abusivos internos da empresa, que é a falta de segurança para as jornalistas no exercício das funções. [...] Inclusive a gente está indo na contramão lá no jornal, porque agora eles resolveram abolir os carros da



empresa. A gente tem que usar aplicativo e aplicativo a gente não sabe quem a gente vai encontrar. A gente tinha condução pra voltar pra casa à noite, e aí agora, a pessoa tem que ir de aplicativo. Essa mulher que sai, eu saio meia-noite, tem gente que sai uma hora da manhã na redação, e tem que pegar um Uber. Ela sabe se ela vai chegar na casa dela? Não sabe”.

Indagada sobre como percebe a relação hoje nas redações, afirma que há mais consciência das mulheres quanto essas questões abusivas, mas [...] ainda não é a condição ideal de todas as mulheres serem politizadas e esclarecidas, mas eu acho que sim, a gente tem bem mais condições de identificar situações-problema que há um tempo atrás”. Finaliza sua fala dizendo que hoje se sente um pouco mais segura porque tem uma chefe mulher”.

Além disso, ela aponta que a maioria das mulheres não tinham voz ativa em decisões importantes durante reuniões de pautas, por exemplo. E também uma divisão sexual do trabalho jornalístico priorizando sempre os repórteres homens.

### 3.6 JORNALISTA F

A jornalista F tem pouco mais de 30 anos de atuação no jornalismo e experiência em redação jornalística, passando por veículos como impresso e televisão. Já trabalhou na maioria das redações de Belém e atualmente é docente em uma instituição de ensino superior.

A narração da Jornalista F<sup>43</sup> é um pouco diferenciada das trajetórias das outras jornalistas apresentadas anteriormente. Considera o início de sua carreira positivo por ter sido um local gerido por uma mulher. [...] eu comecei estagiando dentro da própria Federal (Universidade Federal do Pará), existia um projeto chamado Academia Amazônia. Academia Amazônia pra minha sorte era gerida por uma mulher. Então, a minha primeira experiência já foi muito positiva. Era uma mulher fenomenal, ela tinha uma relação da comunicação diretamente com a antropologia, então, o trato dela com as mulheres na redação já era algo diferenciado de verdade. Ela sempre nos tratou com muito respeito, com muito carinho. Apesar de que toda a equipe era sempre muito masculina. Desde o primórdio, digamos assim, a minha primeira atuação em jornalismo, que foi como estagiária de reportagem, fui muito bem orientada por uma mulher. Então já houve um tratamento muito bom nesse primeiro momento”.

A partir de sua saída para a redação de uma emissora de televisão começou a presenciar situações constrangedoras que as colegas sofriam. [...] De lá, fui ser estagiária em televisão, e lá o quadro era diferente. A gente tinha muitos chefes masculinos e uma pessoa que era chefe

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em julho de 2021.

de reportagem na época, que também era professor da UFPA, um homem casado, respeitoso, nos tratava muito bem, não sofríamos assédio, pelo menos eu nunca passei por essa situação com ele. Mas uma redação não é composta só de uma. Eu me lembro especificamente de uma pessoa, que ele era o nosso diretor na época de jornalismo, e me lembro de uns comentários um pouco misóginos dele, sobre ser mulher, tipo: ‘Não aprende rápido. A diferença é essa, o homem é mais ágil, pensa logo, fala logo, faz logo, atua logo’. [...] Logo em seguida apareceu uma oportunidade pra eu ir pra outro local como estagiária. Lá minha experiência foi pior ainda, porque lá tinha um diretor que ele era uma das piores pessoas pra ser chefe. Ele além de chamar a atenção das repórteres, ele escrevia bilhetinhos, meio bullying mesmo. E pregava naqueles quadros de avisos que tinha nos corredores da TV no andar do jornalismo”. E eu não via esse comportamento com os repórteres masculinos. Inclusive me lembro de uma jornalista que depois nós fomos trabalhar juntas na TV, dos bilhetes horrorosos que ele deixava pra ela, ‘que ela era uma burra, que ela não escrevia bem. Que aquele texto estava muito ruim’, muito ruim que eu estou usando palavrinhas mais suaves. Eram palavras muito depreciativas que não incentivavam, não motivavam. Pelo contrário, inclusive as repórteres, elas tinham um ódio dele. Ele era diretor da TV e sempre teve uma relação muito próxima aos governantes do Estado, então ele sempre ganhou cargos altos”, lembra com indignação.

A Jornalista F relata que era um ambiente que fazia a divisão sexual dos papéis a serem desempenhados na redação jornalística. “As repórteres eram femininas, mas os editores e diretores eram predominantemente masculinos. Mas especificamente da direção, vinha um comportamento assim, ele tinha muito mais idade do que a gente. Então, vamos supor que fosse uma coisa estrutural e soufr também dele. Chegou um determinado momento do estágio, acho que estava no quarto mês de estágio, ele me chamou, e disse que eu não conseguia aprender, que não era uma boa estagiária. Me tratou muito mal. Imagina a gente jovem ainda, saindo de faculdade, me senti super-ruim. Saí de lá meio que traumatizada ‘meu Deus, será que eu não nasci mesmo pra ser jornalista?’ Chorando e tudo mais. Aí, uns bons anos depois, fui estagiar em outra TV, onde graças a Deus tive uma relação muito amistosa com todo mundo. Meu diretor sempre foi homem, diretor de jornalismo. E eu lembro de algo muito específico que aconteceu depois de uns bons anos, acho que sei lá uns seis anos, já era editora chefe do telejornal, que é o que tem maior audiência lá. Quem chega na redação pra pedir favor de uma cobertura de um material? Ele, que já não tinha mais tanto poder como tinha na época que ele era diretor da outra TV. E aí o meu chefe me chamou pra apresentar, que era o meu diretor e disse: ‘olha, essa aqui é a minha editora chefe do jornal. O que você acertar com ela pode deixar

que está tudo certo; porque ela tem meu aval pra conversar com você e saber o que você vai fazer de denúncia, o que você vai apresentar como pauta'. E ele fingiu que não lembrou de mim, e lembrei e disse: 'você lembra de mim? Eu sou a fulana, fui sua estagiária na TV tal. Você lembra que disse que era melhor sair do jornalismo porque parece que não levava muito jeito pra isso? Pois é, então sou eu quem vou lhe ajudar hoje, tudo bem? Eu sou editora chefe do jornal que tem a maior audiência da casa, de que forma eu posso lhe ajudar? Conte comigo'. E acho que foi assim um tapa com luva de pelica. Precisava daquilo porque eu me libertei depois desse trauma que ele me deixou. E acho que isso é muito recorrente nas redações. E tem muitos homens que tratam a gente de uma maneira muito diferenciada. Esse é um ponto”.

A Jornalista F relata a dificuldade para uma mulher jornalista alcançar um cargo de chefia. “Difícil, porque por exemplo, tinha uma colega que tinha cargo de chefia nessa TV, mas o cargo dela era abaixo de um diretor de jornalismo. O cargo dela já nem existe mais. A gente nunca teve uma diretora, a gente sempre teve diretores masculinos. Então certamente que não é um espaço que a mulher consiga de verdade galgar pra chegar a ser diretora. Editora chefe a gente até é, porque fui editora chefe do jornal que tinha a maior audiência, que era o jornal do meio dia; trabalhei como editora e como apresentadora. Então, as oportunidades elas aparecem pra você enquanto gênero feminino, mas chega um momento que você não galga mais, você não passa pra uma outra etapa. Eu nunca vi uma diretora de jornalismo mulher nessa TV, por exemplo”.

Logo, em seguida afirma que esse é um problema de gênero. [...] Eu acho que na verdade tem vários aspectos aí. O primeiro é, a mulher ela também é mãe. Hoje, no alto da minha maturidade, largo o meu trabalho pra cuidar da minha filha a hora que ela precisar. No início a gente é mais imatura, a gente não pensa assim. Então, jornalismo que é uma lida complicada, cotidiana, de cobrir fatos, de cobrir notícias, *hard news*, etc, a gente dificilmente pode deixar de lado pra cuidar da família. A gente precisa cumprir aquela pauta, mas por exemplo, a mulher hoje ela tá sentindo cada vez mais essa necessidade, o filho em primeiro lugar. O trabalho é muito importante; a gente precisa comprar o leite da criança, né? Mas hoje eu acho que os homens mais do que nunca pensam nessa possibilidade 'nossa, mas ela é mãe, ela vai ter que dar atenção pros filhos dela. Ela não vai conseguir dividir direito o trabalho com profissionalismo daqui e o trabalho doméstico da casa dela'. E acho que ainda tem sim muito preconceito em relação a isso. Acho que eles não acreditam no trabalho e na força feminina. A gente não quer ser igual, a gente quer ter equidade. Então, tem que ser equilibrado. Eu não vou me oferecer nunca pra ficar carregando carteira, porque eu acho que isso é um trabalho mais

braçal. Eu acho que os homens realmente têm muito mais músculos pra isso. Mas o trabalho criativo, o trabalho de você montar uma pauta, um espelho de um telejornal, de você pensar nas cabeças, de você editar os materiais, ele é igual em gêneros. Então, por que não uma diretora mulher? Eu acho difícil isso acontecer de verdade”.

### 3.6.1 Subjugação

A Jornalista F acredita que ainda se experiencia uma relação de subjugação nas redações jornalísticas, em que a mulher é tratada em condições de inferioridade e de mando. “Isso ainda é muito predominante, porque se a gente entra nas redações hoje, os diretores são todos homens. Muda, mas muda muito pouco. Você não vê uma mudança efetiva acontecer. Eu acho fundamental hoje essa discussão estar mais aberta. As mídias sociais ou a internet passou a ser uma ferramenta muito importante nessa discussão, porque a gente tenta democratizar mais os discursos, e quando a gente tenta democratizar os discursos, a gente traz a fala feminina, o discurso feminino. Por exemplo, dia das mulheres foi antes de ontem, e as pessoas estavam exatamente dialogando sobre isso. Gente é um dia pra comemorar? Beleza, é! A gente merece flores, a gente merece chocolate, a gente merece ser bem tratada a gente merece um presente. Mas a gente também merece respeito, diálogo, luta, conquista. Eu acho que as coisas precisam cada vez mais estar aflorando sobre isso. E como a internet faz com que esse discurso aconteça, a própria mulher que antes poderia até entrar numa redação e ficar mais passiva e submissa, hoje ela questiona porque que ela não está realmente no cargo de chefia se ela é muito mais capaz do que aquela pessoa que está ali. Independente do gênero, mas normalmente o gênero que está lá é masculino”.

Inclusive relata a jornalista que a mulher alcança um teto limite nesse ambiente. Ou seja, [...] quando eu assumi a editoria chefe desse jornal de grande audiência, passei no máximo mais dois anos na TV, eu vi que não ia conseguir mais subir pra cargo nenhum a partir daquilo. O que que eu fiz? Eu me demiti. Porque eu sabia que eu não ia mais ter progresso funcional dentro da empresa”. Continua lembrando que não chegou a conversar com a diretoria sobre ter outros cargos, mas [...] automaticamente eu não vi abertura, automaticamente não existia essa abertura. O que o meu diretor fez a priori? Ele me liberou uns dois meses: ‘Não, fica de licença’. Mas sabia que não tinha mais pra onde crescer ali dentro. Aí o que eu fiz? Eu virei empreendedora. Eu automaticamente saio de uma redação e monto uma empresa que era uma produtora de vídeo, pra trabalhar com publicidade, porque a minha graduação é jornalismo, mas a minha

especialização é em publicidade, e aí eu migro pro audiovisual completamente, viro empreendedora abro uma produtora e saio daquele ambiente que eu sabia que eu não tinha mais pra onde crescer. Não havia abertura pra isso”.

Quando indagada se percebia comportamento semelhante de outros veículos de comunicação que ‘impediam’ o crescimento das mulheres jornalistas, a Jornalista F é categórica em afirmar que: [...] acho que todas as redações que passei, porque sempre eram diretores, homens. Exceto a Academia Amazônia, que era um projeto da universidade, um projeto educacional. Lá era uma mulher que era diretora, mas as demais que eu passei, todas eram homens. Eu ainda fui estagiária também de um jornal impresso por pouco tempo, lá o número de homens ultrapassava o de mulheres, inclusive na reportagem. O número era muito maior. Eu me lembro inclusive de uns diretores de jornalismo, chefe de reportagem pra ser mais precisa, nossa que ele engravidou sei lá quantas jornalistas, ainda têm esses casos de relações sexuais, de relações afetivas que acontecem nas redações. E que na verdade hoje a gente descobre que não era, não foi romance. Foi na verdade um assédio. E ele era chefe de reportagem e via que ele podia ‘comer’ as meninhas, vamos dizer que seja isso”.

Com relação ao questionamento de sua competência e capacidade, enquanto mulher, relata que nunca foi confrontada [...] sempre tive sorte de ter chefes que conseguia dialogar, nunca ia conseguir o emprego deles. Porque a gente sabe que tinha que ser subalterna, digamos assim. Mas sempre tive muito sucesso com os chefes. A única coisa que eu notava não era externa. Às vezes você chega pra fazer uma reportagem num lugar, aí os homens não te veem como uma profissional, eles te veem como uma periquita. E às vezes te convidam pra sair, te assediam, e é muito desconfortável porque você está ali pra trabalhar. E aí, fazem brincadeiras com o microfone, brincadeiras desagradáveis. Pra minha sorte também, às vezes, que fui pra rua como repórter sempre tive um relacionamento muito produtivo com as pessoas que estavam indo comigo. Lembro muito de um repórter cinematográfico, um baixinho, invocadinho e tal, que só me chamava de loirinha, e toda vez que acontecia esse tipo de coisa ele sempre me defendia como se fosse um pai. Eu sofri muito assédio tipo ‘loirinha, burrinha, que só está aqui porque é bonitinha’ mais ou menos isso. E era por parte de fontes, nunca dentro da redação”.

Ao mesmo tempo que afirma que não sofreu assédios na redação, relata que não conseguiria crescer como gostaria, pois havia uma limitação, e também [...] não gostava do comportamento de um chefe, achava ele um taradão, manicão”. [...] nunca denunciei, imagina. A gente está em 2022, estou falando da década de noventa. Imagina, a gente não tinha abertura pra isso. Eu penso assim, que o dia que eu fosse conversar com alguém sobre isso, ainda iam

dizer que era eu que estava dando pra ele ou alguma coisa parecida. Porque era assim, havia um comportamento estrutural que ele se acomodava na sociedade. ‘Se você fosse se comportar de fazer denúncias, de falar alguma coisa, nossa gente, isso aí era péssimo’. Porque na verdade não sei se me queimaria como profissional, mas as pessoas não acreditariam no que eu estaria falando, porque a pessoa tinha muito mais credibilidade que eu; estava lá há muito mais anos que eu. Ela era uma pessoa que estava junto dos donos da empresa. Que palavra eu tinha contra aquela pessoa?’. Narra que sentia acuada. “Nunca cheguei a falar nada, mas era exatamente como a gente se sentia. Essa pessoa em específico, tinha um comportamento horrroso. Eu ouvia outros relatos, comentava entre colegas, mas nunca denunciei”.

Hoje, a Jornalista F acredita que teria um comportamento diferente. “Hoje não, acho que hoje a gente tem, por exemplo, trabalho numa instituição educacional, tem ouvidoria. A gente tem canais aqui pra fazer isso. Eu acho que hoje não tenho mais medo. Mas assim, já tive diretores homens aqui, e sempre foi tudo muito, muito tranquilo. Tratamentos muito bons, eles sempre foram muito abertos. Hoje a gente tem uma chefia feminina aqui”.

O medo ou a intimidação que as jornalistas mulheres sentiam ou sentem em denunciar os abusos, são atribuídos aos poucos espaços de trabalho. [...] a realidade de nós termos poucas emissoras, poucos veículos comunicacionais, e no fundo as mulheres elas ficam intimidadas ‘pô eu vou denunciar esse aqui, será que alguma outra empresa ainda vai me contratar? Se os donos também são homens? Podem achar que eu posso fazer a mesma coisa?’ Então acho que as mulheres ainda se sentem muito intimidadas sim, muito. Por nós termos poucos veículos e os veículos se comunicarem o tempo inteiro”.

As próprias regras do vestir nesses ambientes são percebidas como um controle sobre as mulheres, pois elas não valem para os homens. [...] as empresas que eu trabalhei tinham o que hoje a gente chama de *compliance*<sup>44</sup>, e tinham regras do vestir, digamos assim. E por exemplo, nessa TV, a gente não podia ir de minissaia, não podia ir de roupa transparente, e nem de roupa com o ombro pra fora. Havia umas regras de conduta de comportamento e de vestimenta”. [elas] Eram especificamente para as mulheres. Bem, como eu também não sou tão nova, acho que realmente quando você trabalha como jornalista, você precisa se vestir de acordo com a sua pauta. Então, acho que de acordo com a pauta você pode fazer a sua vestimenta.

---

<sup>44</sup> Conjunto de disciplinas com o objetivo de cumprir e se fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e diretrizes estabelecidas por determinada empresa.

Agora dizer qual é a conduta de vestimenta de uma mulher, acho um pouco complicado. Porém, ao mesmo tempo, acho que as empresas elas acabam se respaldando”, relata.

Diferente das outras entrevistadas (jornalistas A, B, C, D e E), a Jornalista F afirma que na tevê que trabalhou havia psicólogos e um RH aberto ao diálogo. “Não sei te dizer de proteger a mulher, mas por exemplo, a gente tinha psicólogos dentro dessa TV. Não sei se hoje ainda tem, mas nós tínhamos e realmente nós podíamos dialogar. O RH sempre foi muito aberto, mas não era uma pauta pra gente chegar e denunciar os assédios que a gente passava na rua. O que a gente fazia era conversar, às vezes, com o chefe de reportagem. Então, a gente tinha abertura pra dialogar sobre essas coisas, mas se existia um departamento ou algo específico para garantir a segurança das mulheres de não sofrer assédio, não. Nunca aconteceu”.

A jornalista afirma que nunca foi assediada na redação, e atribui ao seu bom relacionamento com todos. “Quando eu fui apresentadora de um jornal, ligava gente até do interior do estado e assim ‘tem casa, comida e roupa lavada aqui, larga tudo e vem pra cá’. E a pessoa não te conhece, ela só está te vendo ali na televisão. Acho que é uma idealização. Na redação não. Também eu tenho uma relação boa com todo mundo. Então, mesmo que a pessoa tivesse me assediando diretamente, não ia perceber. Eu lembro de algumas amigas nos seus ciclos menstruais passarem mal, desmaiarem e terem muitas cólicas. E eu lembro que o chefe de reportagem na época que era homem, dizia que era frescura, que era mimimi, que ela podia estar trabalhando. E lembro também dele ter dado uma semana de folga pra uma delas e ter dito assim: ‘fica com essa semana, mas quando começar a trabalhar já sabe, tem que estar cem por cento’. Como se a gente não menstruasse todos os meses, entendeu? Como se a gente não fosse passar por esse processo de cólicas, dores, todos os meses. Então, não digo que tenha visto assédio nesse aspecto sexual. Mais assédio nesse aspecto de não conseguir compreender o outro, ela é uma mulher, ela tem crises de cólicas menstruais e não sabiam compreender mesmo. Tinha que trabalhar de qualquer jeito”. Com relação à compreensão da gravidez, narra: “A gravidez ela é uma coisa que quando a própria mulher engravida no trabalho ela já fica com medo. É horrível admitir isso, mas é verdade. Quando entrei aqui na faculdade pra ministrar aula, entrei em 2008, e assim que fui contratada engravidei, e me sentia extremamente culpada, sem ter culpa de nada. Eu cheguei com o meu coordenador na época, que era homem, cheguei desesperada e disse ‘não foi minha intenção’. Imagina você dizer isso pra um chefe? ‘Não foi a minha intenção, não sabia que eu ia engravidar’, não existe isso. Mas a gente quando engravida a gente carrega essa culpa sim, é horrível. Porque a gente fica com a sensação de que, ‘meu Deus, a primeira pessoa que vão mandar embora, assim que parir e passar daquele período

puerperal. É óbvio que vão me demitir. Mas a gente se sente muito culpada quando a gente engravida. A gente pensa na produtividade que vai ter uma quebra, ali, na continuidade na empresa que você trabalha como se a gente fosse culpada disso, e não é. É uma coisa tão natural, mas a gente se sente muito culpada. E como a gente vai ter filho e tem que dividir essa atenção, parece que a gente não é uma profissional tão completa mais. Porque ‘ah, mas ela tem filho, ela tem que dar conta do filho dela e também na empresa ela não vai conseguir’. Então a gente se sente realmente muito, meio que ‘ai meu Deus, vai dar tudo certo’, é um desequilíbrio assim que acontece de verdade na tua carreira profissional”.

Indagada sobre sua percepção se ainda é muito forte o machismo nas redações, a Jornalista F afirma que pelos relatos que ouve ainda é bem presente. [...] meus alunos relatam ainda muitos casos de diferenças de gêneros. As meninas enfrentam muito mais dificuldades que os meninos, elas têm a credibilidade mais questionada do que os meninos e ainda hoje acho que rola muito esse problema de a mulher ser mais livre, a roupa que ela veste, a forma como ela se comporta. Porque até hoje as pessoas ainda julgam as mulheres por algo que acontece. Eu vejo, às vezes, as minhas alunas trazendo relatos de dificuldade, até desenvolver as coisas dentro de um local porque muitas vezes como tem meninos e meninas estagiárias, acabam ouvindo muito mais os meninos que as meninas nas decisões de pauta. Mas ao mesmo tempo, tenho muitas alunas que são meninas muito proativas, que vivem arranjando estágio aqui e ali, e que acreditam nelas nos locais de trabalho. Mas uma coisa que já percebi também é que nesses locais de trabalho que elas passam, conseguem se sobressair normalmente. São chefias femininas e não masculinas”.

### **3.6.2 Choque de gerações**

A jornalista acredita que ainda há diferenças de tratamento nas redações quando a chefe é uma mulher ou um chefe homem, mas atribui mudança de comportamento de acordo com uma geração mais jovem e mais consciente de seus direitos. “Eu acho que ainda tem essa diferença gritante. Até por uma questão ainda de idade. Eu acho que quanto mais jovem for esses chefes, essas idades forem diminuindo, acho que vai haver uma mudança sim de percepção. Por quê? Porque essa nova geração já é uma geração que já cresce dialogando sobre direito, respeito, equidade. A minha geração ela não crescia falando sobre isso; ela crescia falando que mulher tem que ser doce recatada e do lar, entende? Então, acho que hoje, por mais que as redações continuem um pouco mais masculinas nas suas chefias, acho que as mulheres começaram também a despertar pelos direitos que elas têm, pela luta que outras já fizeram pra



elas conquistarem isso e elas começaram a brigar um pouquinho mais pelo por um lugar ao sol de uma maneira mais positiva”.

Por outro lado, percebe que jornalistas que se impõem, acabam sendo denominadas de problemáticas. “A mulher que se impõe mais como jornalista, ela vai parar na reportagem do nosso presidente, dizendo que ela é uma piranha, como a Patrícia Melo que teve muito problema, que escreveu um livro, e que teve que se pronunciar várias vezes, afirmando: ‘não fui eu que fiz nada, eu sou apenas uma profissional’. Então sim, acho que a mulher que tenta ganhar a voz, verbalizar, questionar, ela é tida como uma pessoa problemática numa redação e certamente ela já sai. Já demitem ela”.

A jornalista F reafirma no seu relato explicando uma experiência de subjugação nas redações jornalísticas por onde passou. Para ela, a mulher tem um tratamento diferenciado, onde é inferiorizada e tem um tempo determinado em cada veículo, já que não pode alcançar cargos mais altos. Ela ainda levanta a questão do choque de gerações, onde as relações sociais hoje nas redações são mais compreendidas. No entanto, as jornalistas se impõem são vistas como problemáticas.

### 3.7 JORNALISTA G

A jornalista G tem pouco mais de 30 anos de atuação no jornalismo e experiência em redação jornalística, com foco em televisão e rádio. Já trabalhou na maioria das redações de Belém e atualmente é docente em uma instituição de ensino superior.

A Jornalista G<sup>45</sup> começa sua narração rememorando sua trajetória no jornalismo radiofônico, mas refletindo sobre a relação de gênero existente no ambiente do trabalho. [...] comecei de 94 pra 95 em rádio, como estagiária e depois de seis meses fui contratada, efetivada como produtora executiva lá na redação. Mas olha só, apesar de o cargo estar como produtora executiva, e isso assim olhando hoje, é muito um reflexo também dessa questão da relação de gênero, porque não exerci a produção executiva. Eu exercia noticiário, redação de noticiário, apresentava o noticiário, fazia os flashes da rua porque trabalhava na AM e FM e ganhava com produção executiva. Ou seja, como se não fosse só uma produtora. E na verdade tive acúmulos de função. Na época, é muito engraçado essa relação de dominância e até de você, acho que a relação que você tem de dominação e dominado, está muito na falta de conhecimento. Essa

---

<sup>45</sup> Entrevista concedida à pesquisadora em julho de 2021.

falta de você saber exatamente qual é o seu lugar de fala, onde você se posiciona e principalmente quando você é mulher.

Então, iniciei um período de rádio onde eminentemente a rádio era machista. Se hoje a gente tem um enfrentamento ainda do machismo radiofônico, naquela época em 1995, era dez vezes mais. Eu ficava muito incomodada, acho que essa é a palavra. Isso sempre me incomodou, principalmente porque era muito notória a relação de machismo estrutural e machismo mesmo explícito. E isso vinha da direção, desde a direção até os mais subalternos. E não é uma relação tipo que seja forçado, não é isso. É que é tão natural, entendeu? Talvez as pessoas, os homens que cometeram machismo naquela época, vou te dizer uma coisa, talvez assim, em alguns momentos eles sabiam o que estavam fazendo e outros vinham muito naturalmente, e eles não percebiam que estavam fazendo coisa do tipo ‘nossa você está tão bonita hoje, olha que linda. E acho que eles percebiam. Todo homem percebe quando uma mulher está incomodada porque foi de uma certa forma aviltada, na sua natureza feminina. Então, acho que na verdade era mais uma questão de não querer perceber. É diferente. Porque não é possível que você não saiba o quanto que você está incomodando e você continuar fazendo”.

### **3.7.1 Machismo estrutural**

A jornalista G traz à tona tristes lembranças sobre o comportamento masculino dentro do local de trabalho que estava inserida. De acordo com ela, os homens ali presentes cometiam o machismo de forma explícita.

O machismo estrutural é um dos males criados pela ideia do poder patriarcal, que ainda tem grande atuação dentro das relações na sociedade, já que tem ligação com suas principais adversidades, sendo assim, as discordâncias e dominações sofridas pelas mulheres no meio social, resulta dos males que a soberania do poder patriarcal traz, que, segundo Scott (1995, p.77), esse patriarcado é uma “forma de organização social onde suas relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade”.

A jornalista G continua sua narração, lembrando dos comportamentos vividos. [...] Eu lembro que uma vez, um colega veio insinuar gracinha do tipo querer me abraçar e tal. E eu falei que não queria e aí disse: “não faça isso. Se você fizer isso eu vou gritar aqui no meio do

corredor”, e aí, naquele momento ele pegou: “não, não, não, desculpa. É brincadeira’. Retruquei: “Brincadeiras à parte eu não gosto’. E então isso era uma relação bem complicada mesmo, que a gente tinha. E além dessa relação, dessa coisa do assédio que é moral, e é sexual ao mesmo tempo, ou então é só moral ou então sexual. Mas a gente tinha muito assédio moral. Eu lembro pela primeira vez que eu entrei no noticiário, não chamaram o meu nome, chamaram ‘a menina que está lá atrás’. Então significava exatamente que eu não era uma profissional, era uma menina que estava ali cobrindo, uma pessoa foi e deixou eu fazer, entendeu?” narra a jornalista.

Além do machismo relatado pela jornalista G, ela também relembra que no ambiente também aconteciam episódios de assédio, mas de caráter moral. Seja no ambiente de trabalho, acadêmico ou nas instituições em gerais, o assédio se faz presente e tem suas práticas mais estereotipadas. Para Hirigoyen, o assédio é percebido como:

[...] conduta abusiva que se manifesta notadamente por comportamentos, palavras, atos, gestos, que podem causar danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, colocando em risco o emprego desta ou degradando o clima de trabalho” (HIRIGOVEN, 1998, p. 55).

Ainda que o assédio no trabalho seja uma prática antiga, mas foi reconhecido como um fenômeno destrutivo do ambiente de trabalho na década de 1990, considerando que ele não somente reduz à produtividade do trabalhador, mas também contribuí para danos psicológicos.

A jornalista continua seu relato sobre as experiências que viveu e sua mudança de veículo radiofônico para o televisivo. “Quando saí de uma rádio e fui para a TV, já tive um outro universo, a TV apesar de ela ter um diretor, um superintendente, na verdade homem, a gente tinha uma chefe de redação feminina, mas naquela época em que eu entrei a gente tinha um diretor de jornalismo que era homem. Então a gente tinha um duelo, ele era muito sério, muito na dele. Mas tinha um cargo acima da colega mulher. E sempre na redação eu tive homens diretores. E mulheres gerenciando. Entendeu? Mas a gente tem sim o impacto de estar sempre sendo tutelado por alguém que dirige você e que esse alguém não é uma mulher. Tem sim essa relação, esse embate. Agora, estou na redação de uma rádio, ela é gerenciada desde a direção até a direção de jornalismo, gestão de jornalismo, aqui em Belém, gerenciada por mulheres. Mas a rede amazônica de que faz parte é de homens. A diretoria, o comando, inclusive a diretoria de jornalismo, que comanda toda a parte de sucursal norte que se inclui aí Belém, é uma supervisão masculina. E o quanto isso pesa, às vezes, nas decisões. E a gente também tem a coisa do ainda ter a fragilidade do corpo mulher porque assim, o nosso corpo ele é tão

disciplinado que a gente comete machismo estrutural sem saber que está cometendo com uma outra mulher. Não aconteceu comigo por ser a mais velha hoje do time, entendeu? Então há uma questão também do respeito. Mas vejo acontecer em alguns momentos com outros colegas”, narra a jornalista.

Percebe-se, que mesmo com todas as mudanças da sociedade, e no próprio jornalismo, os homens ainda imperam nos cargos de comando nas redações jornalísticas. “A gente não tem cargo de comando. A gente já avançou muito, mas na comunicação a gente tem, em todos os dispositivos técnicos de veículos e canais comunicacionais, a supremacia masculina em cargos decisórios. E quando falo cargos decisórios não é o editor chefe, que a gente sabe que é uma decisão do *gatekeeper*<sup>46</sup>, do que vai entrar, do que vai sair, do que vai ser colocado naquele bloco. Não é essa a decisão. Eu estou falando em cargos decisórios de comandos, como os superintendentes das emissoras de comunicação, das empresas de comunicação, os CEOs das empresas de comunicação. Eu acho que assim, não conheço sinceramente, olha também sou estudiosa da comunicação e se eu tiver passado batido, mas não conheço CEO mulher da comunicação. Então, isso tudo mostra o quanto a gente ainda tem muito a avançar na comunicação, mesmo com todas as mudanças e tudo mais. Esses avanços eles só acontecem porque esses homens percebem que o discurso que a sociedade caminha é o discurso que eles precisam enxergar a mulher naquele momento. Mas em qualquer condição histórica que aconteça, como a que está acontecendo agora no Brasil, em que o corpo da mulher está sendo cada vez mais aviltado por um poder executivo que a gente tem supremo, e esse presidente que a gente tem hoje que, cada vez mais, coloca o corpo da mulher como o corpo da mulher submisso. Se a gente deixar o discurso virar por mais quatro anos, talvez tudo que a mulher tenha conquistado, e aí eu vou falar no nosso lugar de fala na comunicação, acabe por terra. Porque já está difícil pra gente. E com essa situação voltou a estar difícil”, reflete a jornalista.

A Jornalista G relata o ambiente tóxico das redações em que [...] Piadas sexistas, piada do funcional, como: ‘Ah, vai dar conta? Lá vem tu querer fazer graça’. Eu sofri um assédio moral em um determinado momento na rádio, de uma pessoa que até prefiro não comentar o nome porque ele é bem conhecido e quero deixar no passado. Eu estava grávida. E isso é uma coisa muito ruim, porque essa equidade que percebe a subjetividade da mulher, o corpo funcional, isso não existe. Não existe, a verdade é essa, a gente na verdade tem que lutar muito.

---

<sup>46</sup> O termo foi aplicado ao jornalismo em 1950 por David Manning White. A teoria do *Gatekeeper* implica que toda a mensagem antes de vir ao público passa por um filtro, em outras palavras por uma porta, e o jornalista o guardião dessa porta.

Se você é mulher, o fato de você ser mulher menstruar e poder e ter a possibilidade de ser mãe, isso pesa muito e ainda mais se você tiver um gestor homem, que nem sempre tem a sensibilidade. E foi exatamente a falta de sensibilidade que faltou nessa pessoa. Eu estava mais ou menos com uns três meses de gestação, e estava naquele momento que enjoava muito. E teve uma vez que eu saí do banheiro e sentei na frente do computador e aí o meu chefe imediato mandou me chamar na sala dele, e se eu quisesse na época, ter feito alguma coisa, mas eu estava tão iluminada com a minha filha que eu achei que não merecia aquilo. E eu tinha testemunha. Ele me chamou só que eu deixei a porta entreaberta. Nunca gostei de entrar na sala de um chefe e fechar a porta. Mesmo quando ele diz assim, fecha a porta. Eu deixava sempre entreaberta. E aí, deixei entreaberta e tinha uma colega que estava assim na ponta da baia que dava exatamente pra ouvir, e aí eu falei assim: ‘pois não’. E ele disse: ‘é só pra te dizer que quando eu olho pra tua cara me dá logo enjoo’. Aí eu disse: ‘oi, não entendi’. Ele falou: ‘essa tua cara, tu só andas com a cara agora parece que anda chupando limão o tempo todo’. Ai, eu disse: ‘eu não acredito que tu me chamaste só pra falar isso. Tu sabes o que significa gravidez? Eu estou grávida. Isso é um estado natural’. E ele: ‘Não, não, mas olha, troque a posição do computador porque não quero olhar pra sua cara. Então, saí dali e disse assim: ‘realmente tu és doente. Das duas uma, tu és doido ou tu és doente’. E eu fui fazer meu trabalho, nem me abalei com isso. E aí a colega disse: ‘Fulana se tu quiseres ir agora na delegacia a gente vai denunciar’. Naquela época ainda não tinha delegacia da mulher. Então, disse: ‘não vai dar certo, amiga, sabe por quê? Primeiro, porque ele era conhecido. Ele também apresenta um telejornal da casa. Além de estar aqui na rádio e também apresenta um telejornal da casa. Segundo, não vai dar certo chegar lá com homens falando de outro homem. Tu achas que eles vão olhar pra nossa cara? Então, até isso graças a Deus, a gente teve uma conquista, mudou né? Da gente poder contar hoje com uma delegacia da mulher que é gerenciada, administrada por mulheres que tem um outro olhar sobre a nossa causa. Mas não era só comigo. E a gente, às vezes, ao chegar na redação e passar entre dois homens, e eles falarem: ‘olha, está bonita’, como se tivessem elogiando e olhando a gente de cima a baixo. Isso é muito ruim. Isso é constrangedor. A gente não merece. Independente de você estar solteira ou casada. Então, eles acham que eles estão fazendo um favor, elogiando a gente, subindo o nosso ego. Merda nenhuma, a gente não quer isso. A gente quer ser olhada como uma profissional e respeitada como profissional”, narra com indignação as lembranças dessa violência sofrida.

Relembra ainda o contínuo questionamento de sua capacidade por ser mulher. [...] quando eu comecei no rádio, um ambiente de dominação masculina, e fui a primeira noticiarista

jornalista a ler e fazer um noticiário; a primeira a ser escalada pra fazer uma cobertura que não era com o homem, e tinha colegas que super me protegiam. Que achavam que eu precisava dessa proteção. Essa coisa também de pensar ‘muito fragilzinha, não vai dar conta’. Isso é um dos fatores. Eu lembro que fui escalada às pressas pra cobrir o futebol, primeira vez na minha vida. Esse ambiente era um outro ambiente, porque não tem nada a ver, não sou jornalista esportiva, realmente eu não entendia nada. E aí quando a pessoa falou ‘olha quem vai cobrir é fulana e o colega lá’ e um outro virou e falou assim ‘ah, só vai falar merda no ar’. Na minha cara. Aí eu: ‘pois eu vou te provar filha da mãe se eu vou falar ou não merda’. Aí eu fui desafiada. Não sabia nada realmente de futebol, mas só pelo fato de ele ter falado aquilo, até entrar no vestiário com os homens nus, eu entrei pra fazer as entrevistas. Não sei se fiz bem feito porque depois não me escalaram mais. Mas acho também que não me escalaram mais muito em função dessa questão do machismo. Porque fiz tudo bonitinho, acho”.

Ao longo de sua trajetória experienciou muitos abusos. “No primeiro momento da rádio, que era só eu de mulher, não, mas depois numa segunda fase do rádio, a gente já começou a perceber, mas elas reclamavam, mas também não denunciavam. Então ficou muito no nível assim, ‘a gente tá reclamando pra tá passando por isso’, e aí dizia assim: ‘rapaz, vai e enfrenta não te rebaixa não!’. Eu sempre fui muito assim”. A jornalista afirma que nunca incentivou as colegas denunciarem, mas dizia: “‘não te rebaixa’. Eu sempre falava para as colegas ‘olha quem muito se abaixa o fundo aparece. Não te rebaixa, não cede’. Porque se você ceder é isso que ele quer. Ele quer um pé. E eu acho que isso acabou também fortalecendo muito algumas relações, principalmente na TV. Quando eu passei pra TV a gente passou a ter realmente chefias editoriais só de mulheres. E a gente só tinha uma chefia masculina que era a do esporte, mas as outras editorias eram todas chefiadas por mulheres. Mas os superintendentes, não tive uma superintendente mulher, sempre foram CEOs homens e superintendentes homens”.

A Jornalista G acredita que houve uma ressignificação do machismo nas redações, inclusive porque hoje é expressivo o número de mulheres. “Eu acho que a gente teve uma evolução no quesito aumento da participação feminina no rádio, por exemplo. E estou te falando de um tempo de 1995, em que eu era a única mulher no meio, a única mulher no radiojornalismo, no meio de uma série de outros colegas. Hoje, vejo uma diferença quantitativa do número de mulheres numa redação radiofônica, mas se tu me falares ‘tu achas que diminuiu o número de machismo?’, acho que ele se ressignificou. Acho que hoje o homem tem um pouco mais de atenção e de dissimulação do que ele vai falar que tem conotação machista. Por exemplo, não vou dizer assim, ‘não, isso daí não é coisa de mulher. Não, vou dizer seria melhor

que você compartilhasse a bancada com um homem?’. Ou seja, isso não parte só do homem não. Isso parte também da diretora mulher, da gestão mulher. Acho que a gente teve aí uma mudança de dispositivo, de narrativa. O enunciado mudou, mas o machismo ainda está lá”.

Indagada sobre os cargos de direção nas redações jornalísticas, a jornalista relata que as próprias mulheres se sabotam. “Eu acho que às vezes a gente mesmo se sabota. [...] acho que se a gente se unir um pouquinho mais, e fizer uma rede na comunicação, e as mulheres na comunicação são muito diversas e são muitas. Um dia desses estava analisando, as mulheres são desunidas e rotulam muito. A gente se rotula demais, e isso é um problema. Faço parte de alguns grupos de jornalistas mulheres, quase não interajo porque gosto mais de ficar observando. E aí um dia desses estava acontecendo a votação pra eleger não sei quantas mulheres que tem expressividade no jornalismo, e fui olhar os nomes que foram indicados e depois, numa certa altura, alguém falou assim: ‘ah, tem que ser mulher que tem uma expressividade política, tem que ser mulher com uma expressividade daquilo. E isso tudo enfraquece, porque nem sempre aquela pessoa que tem expressividade, realmente está ali no campo de luta da redação. Ela é muito mais gogó, entendeu? E muito menos ação. Às vezes tem mulheres caladas, jornalistas caladas na redação que estão ali fazendo uma diferença muito maior do que aquela, por exemplo, ‘porra tem tanta editora chefe, tanta produtora que não é a famosa do pedaço, mas tem uma causa, enquanto empoderamento feminino, que é muito maior do que aquelas que vivem ali sendo destaque’. Então, acho que isso faz essa coisa de você não saber diferenciar o joio do trigo no lado feminino, de você não saber manter uma rede de relacionamento que realmente seja de união. Vamos conquistar, vamos montar uma comissão das jornalistas, independente de partido A, partido B. Uma comissão permanente de mulheres jornalistas. Cara, isso seria fantástico. Mas uma comissão não estereotipada; uma comissão não-partidária; uma comissão democrática na sua essência. Eu não sei se isso é utópico, mas sinceramente é um sentimento que tenho. Eu acho que é assim, a gente tem hoje uma guerra muito simbólica na nossa própria área da comunicação. Eu acho que se você não vai na passeata, você não é ativista, entendeu? Se você não briga, não faz isso, não faz aquilo, os rótulos, eles acabam institucionalizando uma disputa por poder entre as próprias mulheres da comunicação. Eu estou falando aqui da nossa causa, e as redes sociais fomentam muito isso, e aí a gente acaba perdendo cada vez mais espaço. Não desmereço quem vai à luta na rua, mas também não posso desmerecer quem vai à luta dentro de uma redação, sem ir pra rua. Acho que a gente tem que realmente batalhar pelo nosso espaço e se unir mais. Porque senão sabe o que que vai acontecer o tempo todo? Uma outra mulher vai achar que a outra mulher que é sempre culpada de ser

assediada, de sofrer uma importunação sexual, porque ela veio com uma roupa curta, então a gente tem que parar de avaliar a gente pelos rótulos que sociedade já colocou, de maneira histórica e a gente ainda se rotula mais ainda”.

A jornalista considera desigual as oportunidades entre mulheres e homens, em que os segundos sempre são privilegiados. “Completamente diferentes e é muito nítido. Belém é uma cidade, que ela tem um antagonismo dentro do seu tecido social. Em algumas relações ela é bem pra frente, ela é bem contemporânea, mas em compensação a gente também tem um certo retardo em algumas áreas. E uma delas é justamente a questão salarial. A gente tem um déficit salarial em relação à mulher, se comparado ao homem, que é muito grande ainda. Chega a ser quase 30% de diferença”.

### **3.7.2 Desrespeito**

Nas redações havia um desrespeito muito grande com relação ao espaço e horário de trabalho das mulheres jornalistas. [...] eu tinha um chefe que me ligava, às 3 horas da manhã, pra querer saber se tinha feito tal coisa do dia na redação. E aí uma vez, o meu pai atendeu o telefone, três da manhã. Acho que ele fazia isso só comigo. E meu pai atendeu o telefone, e arrepiou com esse cara. Nunca mais ele ligou. Acho que na verdade era um assédio funcional. Ele estava querendo questionar, primeiro saber se realmente dava conta do recado por ser mulher; segundo, era um assédio moral, porque fazia uma pressão psicológica pra saber se realmente aquele trabalho estava sendo executado. Mas nesse dia estava tão cansada que dormi, e já me acordei com um grito, papai brigando com ele no telefone”.

Segundo a jornalista, a violência e assédio moral contra as mulheres jornalistas, estão dentro e fora das redações. “Na verdade, a gente cobre muita pauta externa, mas em coletiva de imprensa, por exemplo, de governo que a gente estava participando, às vezes, a colega mulher perguntava primeiro, logo em seguida um colega homem perguntava, o entrevistado sempre respondia primeiro ao homem. E aquilo me dava uma raiva. Teve uma vez que presenciei, na cobertura de um caso de estupro, e era repórter da rádio ainda, acontecido com uma criança no início dos anos 2000, e lembro que cheguei com o pessoal da rádio, com o carro da rádio pra cobrir e, na mesma hora chegou o carro de outra rádio. Como cheguei na frente, já ia me dirigir para a fonte. Mas chegaram dois colegas homens e os dois foram se dirigir à fonte. E aí o policial veio, me ignorou. Ele sabia que tinha chegado primeiro na cena, que queria falar com ele, mas ele já foi falando logo com o repórter e me ignorou. E fiquei, ‘capitão, capitão’, ele falou com



o repórter, e eu disse ‘ah, o senhor terminou? Pode me dar, já puta, né? E aí foi que ele pegou e se dirigiu pra mim. De fontes nunca sofri nada. Acho que também até porque, por incrível que pareça, as minhas fontes eram mulheres. Quando tinha que me dirigir a alguma fonte oficial, normalmente era bem tratada porque a produção já tinha feito um contato antes e sabia”.

Em seguida a jornalista expõe o comportamento de terceiros com ela, e o reflexo disso em determinadas situações, o que nos faz lembrar as reflexões de Skinner (1978) quando diz:

O comportamento humano se caracteriza por sua complexidade, sua variedade, e pelas suas maiores realizações, mas os princípios básicos não são por isso necessariamente diferentes. A ciência avança do simples para o complexo: constantemente tem que decidir se os processos e leis descobertos para um estágio são adequados para o seguinte (SKINNER, 1978, p.47).

Nesse contexto, a jornalista relata sobre as falas e atos de um colega de trabalho com ela durante a gravidez. Além de relatar a diferença no tratamento que recebeu quando ainda estava grávida, mas em outra emissora e por parte de outra gerência. Ela explica: “Na rádio eu senti e foi um momento em que a gente tinha que atravessar da TV, porque o estúdio da rádio tinha ficado numa casa que ficava na frente, então você digitava o noticiário ia pro estúdio nessa casa na frente. E aí eu lembro que um colega que fazia esporte disse assim ‘ah, agora a buchuda não vai dar nem pra atravessar, né?’ Eu disse: ‘tem sinal amor, eu tô buchuda, não estou impossibilitada de andar’. Segundo a jornalista, o machismo era muito mais latente na rádio do que na tevê. Acredita que essa atitude diferenciada foi proveniente de ter na tevê uma gerência chefiada por mulher.

Além disso, quando questionada sobre as situações onde teve o comportamento ou modo de se vestir controlado, ela responde. “Ah, várias vezes. No caso da TV, já estava lá nem sei quantos ans, e tinha percebido que essa pessoa, esse homem especial, que era um gestor nosso também, ele me ignorava, às vezes, pra falar alguma coisa, principalmente se estivesse perto de outra pessoa, ele me ignorava. E às vezes ele passava por mim e falava ou não. Em determinado momento, resolvi alisar o meu cabelo, e aí eu cheguei na TV, no estacionamento ele me encontrou ‘olha agora sim está com uma cara de jornalista inteligente, com cara de realmente..., olha agora posso dizer que está bonita’, desse jeito. Eu não tive nenhuma reação, sabe quando tu não acreditas que tu estás ouvindo aquilo? Só balancei a cabeça, virei e fui embora. Ele era chefe. E depois desse episódio toda vez ele me elogiava. Eu passei a ser notada por causa de um cabelo. Então assim, além da gente ser mulher, a gente tem que estar posicionada o tempo todo dentro de um padrão que o chefe acredita que deve ser. Eu acho horrível ser notada por causa de um cabelo e não por causa do da minha competência. Eu acho horrível. E gente, que

absurdo isso. Eu sou notada pela aparência de ser mulher e não pela qualidade profissional que eu tenho, entendeu? Isso pra mim foi a gota d'água”.

Outro fator relatado foi o privilégio concedido aos homens. Segundo a entrevistada, os homens são mais notados pelo trabalho que as mulheres. “Muito mais notados. Eles são muito mais valorizados e na comunicação a máxima de que o homem pode envelhecer e quanto mais velho melhor, principalmente para o vídeo, que é no caso do audiovisual, isso pra mim é uma burrada, sabe? Isso pra mim é uma afronta à qualidade dos colegas que tem a minha idade, eu já estou chegando aos cinquenta anos - e continuam lindíssimas, entendeu? Continuam plenas e que poderiam estar no vídeo. Mas o homem ele pode estar com a barba malfeita que nenhum editor chefe, nenhum superintendente vai reclamar. Se a mulher estiver com uma blusinha, aparecer alguma coisa de ruga nela vão logo tirar a mulher do vídeo, como aconteceu com inúmeras mulheres, que tem textos belíssimos e que não conseguem ficar no vídeo porque estão velhas para os CEOs e superintendentes, entendeu?”.

A jornalista G acredita que nas redações, o homem tem muito mais chance de errar e de ter uma segunda chance do que uma mulher. “Porque ainda tem isso, quando a gente assume um cargo de chefia, parece que todo mundo fica torcendo pra gente errar, primeiro errada, vem logo: ‘está vendo só, tem que ser mulher!’. E isso a gente sente muito na pele. A gente trabalha tendo que provar o tempo todo a nossa capacidade. Porque a gente é estressada, a gente é a louca. Então assim, por diversas vezes, não vou lembrar de situações em específicos, mas eu fui editora chefe durante muitos anos numa emissora de TV local. Então, eu tinha que me posicionar muito claramente, me posicionar firme, ter que falar mais alto para um repórter homem me ouvir e me respeitar na posição em que eu estava. A gente tem que se posicionar em dobro e muitas vezes você sai como a maluca da história. Você ouve: ‘olha vai que ela está estressada hoje, está de TPM’. E eu na verdade nunca estava estressada, só queria fazer a coisa bem feita. E aí eu dependia de uma equipe. Temos que quebrar diariamente esses paradigmas de que a mulher está com TPM porque ela é chefe, ela fala um pouco mais alto, ela é doida. Torcendo pra que ela erre. O homem erra, ‘ah, foi momentos’. A mulher erra e dizem ‘olha só, tinha que ser mulher mesmo’. Eu odeio essa frase ‘tinha que ser mulher’. Porque ela está me subjugando exatamente pelo fato do gênero.

Na sua visão, as empresas de comunicação, em Belém, não adotam medidas para proteger a segurança da mulher jornalista. “Nenhuma empresa que eu trabalhei tinha essa medida. Eu acho que nessas empresas, tanto a mulher quanto o homem, em alguns momentos nas redações, são expostos de certa maneira”. Com relação às entidades representativas, como

o sindicato dos jornalistas, a jornalista G afirma que não há apoio nessas questões de assédio moral e sexual. “Nunca confiei. Vou ser muito sincera, as duas vezes que eu precisei do sindicato dos jornalistas pra ver os meus direitos, foi um fiasco. Continuo pagando, mas não quero deixar de pagar porque eu sei que é uma entidade que pra algumas coisas funcionam. Nem sei, né?”

No relato da jornalista constata-se abusos de toda ordem que vão do comportamento interno organizacional ao exercício externo da profissão. Lembra que além da violência de gênero sofrida cotidianamente, assim como a violência moral e simbólica, as mulheres jornalistas enfrentam uma questão etária nesse campo, uma vez que determinados veículos, em específico, as emissoras de televisão, rechaçam pessoas mais velhas no vídeo. Há uma prevalência da aparência, em detrimento da competência

#### **4 PERCEPÇÕES GERAIS: DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NAS REDAÇÕES PARAENSES**

A partir dos relatos das jornalistas, observa-se e visualiza-se um cenário desfavorável às jornalistas e suas interações profissionais, pois vivem episódios de violência simbólica associados a temores de perda de emprego e espaço, assim como de negação, por vezes, da existência desse assédio. As empresas de comunicação não oferecem suporte de apoio para tratar assuntos relacionados à violência, moral e/ou sexual, sofrida por elas.

Nessa concepção, Westwood (2003) alega que a vivência no ambiente organizacional induz os indivíduos a percebê-lo como um local onde as relações de poder acontecem, independentes se perversas e/ou autoritárias, onde as pessoas que frequentam esse ambiente são expostas a episódios constrangedores, tais como, assédio moral, sexual, xingamentos e perseguições. Desse modo, o autor coloca que a violência está ligada à estrutura do ambiente de trabalho.

Entretanto, essa violência que atravessa as relações de poder nesse ambiente profissional, revela características que na maioria das vezes são imperceptíveis, velada às normas de convivência decretada pelas empresas. Dessa forma, se manifesta o fenômeno da violência como um sistema de poder que, de acordo com Bourdieu (2003), acontece através de um poder oculto.

Nesse sentido, o fenômeno da violência reflete na experiência das interlocutoras, quando em seus relatos apontam que, não denunciaram situações vividas ou vistas para seus superiores por medo. Medo de serem demitidas, de perderem espaço, ficaram ‘mal faladas’ e até mesmo, do mercado jornalístico se fechar para elas. Em uma das entrevistas uma profissional afirmou que, por termos poucos veículos de comunicação em Belém, o mercado poderia se fechar e essa profissional sair como a ‘mal comida’, já que todos se conhecem. Então essa foi uma das frases de mais impacto sobre como as jornalistas são expostas, assediadas e julgadas por atitudes de homens que por ter algum tipo de poder (alto cargo) as desqualifiquem como profissionais e mulheres.

Além disso, várias descreveram situações angustiantes sobre experiências vividas por elas e também onde presenciaram algo parecido com colegas de trabalho. Situações que eram vividas quase que diariamente. Outra interlocutora afirmou que a mulher só quer trabalhar, que exercer seu papel como jornalista e não passar por situações constrangedoras, e afirmou “a mulher quer equidade”.

Em uma das entrevistas há um relato em que a profissional expõe uma situação de constrangimento, quando o chefe de redação, numa emissora de televisão, corrige publicamente os textos das jornalistas, apontando erros e expondo nos quadros de aviso, espalhados pela empresa, grafados com palavras depreciativas. Ou seja, um constrangimento coletivo para as profissionais em questão, que eram mulheres. Nenhum outro repórter homem passava por aquilo.

Diante dos relatos das profissionais é possível perceber através das suas falas o desconforto em diversas situações pelas quais elas passaram e vivenciaram. E mesmo assim o medo de denunciar e sofrer alguma retaliação. Algumas falas por mais que sejam conscientes sobre a gravidade da situação, também são reflexos de comportamentos que por vezes, amenizam os fatos. Há jornalistas, por exemplo, que colocam algumas experiências como apenas situações do cotidiano. Em um dos casos, a profissional relata que determinado chefe não a assediava sexualmente, que quanto a isso ele era ético, mas em compensação, exercia uma pressão sobre ela que demonstrava assédio moral. Ou seja, ela sabe que sofria assédio moral, mas ameniza a situação como sendo papel do chefe cobrar pelo trabalho, e o via como ético por não tentar algo a mais com ela.

Os relatos abordam as condições de trabalho, a diferença salarial, divisão sexual do trabalho, assim também como a falta de perspectiva de ascensão na carreira e a falta de apoio do Sindicato dos Jornalistas do Pará.

A desigualdade de gênero e os entraves nas relações de trabalho também constituem violência às mulheres nas características impostas pelo patriarcado. As percepções sobre os relatos das mulheres jornalistas de Belém, a partir das entrevistas, levam a constatar que as jornalistas sofreram, ao longo do percurso profissional, algum tipo de assédio, moral e/ou sexual, de cunho machista. Essa violência, de acordo com as narrações foram cometidos por chefes ou colegas de trabalho.

Outra observação importante é a respeito da naturalização da violência simbólica praticada contra as mulheres dentro desse ambiente, nas redações paraenses.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi compreender as relações das jornalistas mulheres e o ambiente de trabalho. O estudo foi desenvolvido por meio do percurso metodológico chamado pesquisa qualitativa, que permite estudar fundamentos baseados em fatos verbais e visuais para a melhor compreensão de um fenômeno em profundidade. Com isso, os resultados são tomados a partir de elementos empíricos, coletados de forma organizada. Além de entrevistas presenciais, que segundo Gil (1999), objetivam o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. As entrevistadas assinaram um termo de consentimento permitindo a gravação das conversas e a divulgação de seu conteúdo.

De modo amplo, a pesquisa tomou como base os movimentos contra violência sexual e a discriminação das mulheres nos espaços de trabalho. Os movimentos que emergem a partir das redes sociais, como o surgimento da campanha #MeToo, em 2017, assim também como a mobilização dos usuários do Twitter para promover a hashtag #MulheresJornalistasEmLuta, que na época teve a intenção de alertar a sociedade sobre os ataques e os assédios que as jornalistas sofrem dentro da profissão.

O primeiro passo da pesquisa foi identificar através de estudos, a criação da imprensa no Brasil e no Pará, em seguida, a inserção feminina no mercado de trabalho e as estruturas patriarcais de poder.

Autores como Pierre Bourdieu, Michael Foucault e Isabel Travancas foram tomados como referências para embasamento teórico.

Dado a indagação realizada no início da pesquisa sobre: “Como são as relações das jornalistas, enquanto mulher, em seus ambientes de trabalho?”, constata-se que as redações dos veículos de comunicação paraenses são espaços de relação de poder, e enquanto tal, a violência de gênero é manifestada de forma mais latente.

Conforme colocado pelas jornalistas entrevistadas, pode-se concluir que a sociedade ainda tem muito o que progredir quanto a questões de gênero e relações de poder. Esses dois temas unidos podem afetar a vida de muitas mulheres.

Como foi observado, para as profissionais entrevistadas, as relações pessoais nas redações paraenses ainda se dão por questões de gênero e poder. Onde as mulheres, por mais capacitadas e qualificadas, ainda são vistas como alguém que não é confiável para um cargo de diretoria, por exemplo. Embora esse seja um ponto que minimiza as mulheres, elas ainda sentem

que diariamente tem que se esforçar em dobro para mostrar o quanto são capazes e competentes. Algumas delas, inclusive, afirmaram que só se sentiram valorizadas como profissional devido a chefia ser feita composta por mulheres.

Por fim, as profissionais relataram que mesmo se esforçando em dobro, diariamente, elas sentem que suas opiniões e poder de decisão ainda são minimizados. Quando um homem opina, o argumento dele é sempre mais valorizado ou levado a sério.

Mesmo vivendo no século XXI, onde diversos assuntos são mais debatidos e colocados em prática atualmente, as profissionais entrevistadas apontam que as relações de poder ainda priorizam um profissional homem. E que esse sujeito, mesmo quando comete falhas, tem o poder de errar e não ser hostilizado por isso. A mulher quando erra, é colocada em um papel inferior por ter cometido a falha devido a seu gênero.

Ainda sobre o cenário onde as mulheres jornalistas estão inseridas, as mesmas afirmam que esse local não as favorece como profissionais. E que não existe um canal específico dentro das empresas de comunicação no qual elas podem tratar sobre assuntos mais delicados como situações de assédio, por exemplo. Além disso, o Sindicato do Jornalistas do Pará foi apontado como um órgão que não tem força quanto sindicato e que não valoriza as profissionais.

Todas, sem exceção, afirmaram que o Sinjor/PA não as ampara como profissionais e nem tem forças quanto um sindicato que deveria prezar pelos direitos do jornalista.

Dito isto, é importante evidenciar o estudo do fenômeno da violência como um processo de dominação que conforme Bourdieu (2003) ocorre por meio de um poder mágico, que pode atingir o mesmo tipo de resultado. Posto isso, são impostos impedimentos simbólicos com o objetivo de classificar as interações e estabelecer o espaço ocupado pelos indivíduos.

Nesse sentido, após imergir em experiências colocadas por profissionais da comunicação, se faz necessário refletir o ambiente de trabalho e relações pessoais em que essas pessoas convivem diariamente. Para que questões de gênero, relações de poder e machismo sejam dissipados, não há uma resposta específica do que se poder fazer. Mas há uma combinação de esforços entre indivíduos, grupos e da sociedade como um todo para que mudanças possam ser provocadas. Uma forma válida para que a sociedade cada vez mais tenha consciência do seu papel, é aplicando medidas para enfrentar a discriminação quando a vemos acontecer. Apoiar organizações e programas que estão trabalhando para acabar com a discriminação de gênero também são formas válidas.

Atualmente, a nova geração feminista aceita as diferenças entre os sexos e as considera uma construção social, adotando o termo gênero como comum aos dois sexos e que esse conceito se refere aos espaços não mensuráveis entre ambos. Nessa perspectiva ressalta-se o paradigma de igualdade na diferença, uma construção teórica que significa um modelo de conduta pelo qual as peculiaridades existentes entre os sexos são consideradas, mas não se constituem em aval para a opressão. Portanto, não se aceitam mais as diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico (ALMEIDA, 2011, p. 177).

Dito isto, pode-se perceber que o cenário onde as mulheres jornalistas estão inseridas não as favorecem como profissionais. De acordo com os relatos concedidos por elas, não há valorização profissional, quando o trabalho é feito por mulheres.

Aqui percebe-se que o poder imposto anula a condição de mulher das profissionais que tem suas habilidades e voz questionadas frequentemente, pondo em xeque um ambiente de trabalho hostil e propenso a violência simbólica, privilegiando assim os homens apenas por suas condições de gênero.

Ou seja, o poder nesses casos é utilizado para ocultar e destruir convívios, como é colocado por Arendt (2004):

O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e realidades. (ARENDR, 2004, p. 212).

Dessa forma compreende-se que o ambiente de trabalho onde as jornalistas estão inseridas é um local onde sua condição como mulher é inviabilizada, e que reflete em outros aspectos profissionais, podendo atravessar o pessoal.



## 6 REFERÊNCIAS

- ABRAJI; GÊNERO E NÚMERO. *Mulheres no jornalismo Brasileiro*. Relatório, 2017. Disponível em: <http://www.mulheresnojornalismo.org.br>
- ALMEIDA, Jane Soares. *As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade*. *Série-Estudos* - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande-MS, n. 31, p. 165-181, jan./jun. 2011.
- ARAÚJO, M.F; Martins, E.J.S. & Santos, A L. (2004) “*Violência de Gênero e Violência Contra a Mulher*”. Em Araújo, M.F. & Mattioli, O (orgs.) *Gênero e Violência* (p.17-35). São Paulo: Arte & Ciência.
- ARAÚJO, M.F. “*A abordagem de gênero na clínica com casais*”. Em Gomes, I.C. (org) *Família: diagnóstico e abordagens terapêuticas* (p.38-44). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2008.
- ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A.; FERREIRA, V. C. *Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva*. In: *Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais VIII*. Coimbra, Anais... Coimbra, Portugal, 2404.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- ARISTÓTELES. *A Política*. 3. ed. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- AZEVEDO, Maria Amélia. (1985) *Mulheres espancadas: a violência denunciada*. Rio de Janeiro: Cortez.
- BARSTED, Leila Linhares. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. comps. *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, 335 p. Bahianas collection, vol. 19.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: 1. fatos e mitos*. 4. ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 3ª ed, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1999a.
- \_\_\_\_\_. *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999b.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 6 ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

BRITO, J. ; OLIVEIRA, O. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, F. e JARDIM S. (orgs.) *A Danação do Trabalho*. Te Corá. Rio de Janeiro. 1997.

CASADEI, Eliza Bacheга. A inserção das mulheres no Jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências no final do século XIX. *Revista Alterjor*: USP, São Paulo, v. 01, ano 02, edição 03, jan.-jun. 2011. Semestral. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88218> Acesso em: 22 março 2021.

CHAMBERS, Deborah, STEINER, Linda, FLEMING, Carole. *Women and Journalism*. New York: Rutledge, 2004.

CHAPOULIE, J. M. "Everett C. Hughes et le développement du travail de terrain en France". *Revue Française de Sociologie*: vol. 25, n. 4, p. 582-608.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher - Convenção de Belém do Pará. 1994. Disponível < [Convencao de Belem Do Pará \(cidh.org\)](http://www.cidh.org) >. Acesso 15 mar. 2022.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

DUARTE, Constância Lima. "Feminismo e Literatura no Brasil". *Estudos Avançados*, volume 17, número 49, São Paulo, 2003.

DURAND, J. C. *Implantação da Pesquisa de opinião e de mercado no Brasil (1930/1972)*. São Paulo, ESOMAR, 1991.

DWORKIN, Ronald. *Sovereign virtue: the theory and practice of equality*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

FENAJ. *Perfil do Jornalista Brasileiro*. Fenaj: Brasília, 2016. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf>.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Dits et écrits*. Édition Établie sous la direction de Daniel Defert et François Ewald. Collaboration de Jacques Lagrange, Vol. I et II. Paris. Quarto Gallimard, 2001.

- \_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Foucault: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 264-287.
- \_\_\_\_\_. Verdade, poder e si mesmo. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Foucault: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 294-300
- \_\_\_\_\_. *El sujeto y el poder*. 2007.
- FLAX, J. (1994). Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: B. Hollanda (Org.), *Pós-modernismo e política* (p. 217-250). Rio de Janeiro: Rocco.
- FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, n.2, p. 8-9, abr./jun. 2001.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GROSSI, M. Pedro. “Rimando Amor e Dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-Conjugal”. Em Pedro, J.M. & Grossi, M.P. (orgs.) *Masculino, Feminino, Plural*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres. 1998.
- HIRATA, H. ; KERGOAT, D. A Classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1994.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v.3, 2007.
- HIRIGOYEN, Marie-France. *Le harcèlement moral: la violence perverse au quotidien*. Paris : Syros, 1998.
- HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. E-book.
- HUMPHREY, J. *Gender and work in the third world*, Londres / New York, Iavistok Publications, 1987.
- IANONI, Marcus. Sobre o Quarto e o Quinto poderes. *Revista Comunicare*. Vol. 3. Número 2. 2º semestre de 2003.
- IZQUIERDO, M.J. *Bases materiais del sistema sexo/gênero*. São Paulo: SOF, [199?]. Mimeografado.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Tradução Pedrinho Guareschi. – 7 edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002/2008.
- KERGOAT, Danièle, HIRATA, Helena. Novas configurações da Divisão Sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

- LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. “Imprensa feminina, revista feminina”. *Projeto História*, número 35, São Paulo, 2007.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAUGER, Gérard. Violência simbólica. In: *Vocabulário Bourdieu*. Afrânio Mendes Catani...[et. al.](Orgs.). – 1. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- MICK, J.; LIMA, S. *Perfil do jornalista brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MILLETT, Kate. *Sexual politics*. Columbia University Press, 2016.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-32, 1999.
- MORGAN, D. L. *Focus group as qualitative research*. London: Sage, 1997.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. *Estudos Feministas*, volume 11, número 01, Florianópolis, 2003.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.). *História da Literatura, teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- NORONHA, Joana Paulo Manso de (Ed.). Às nossas assinantes. *O Jornal das Senhoras*. Rio de Janeiro, p. 1-2. 01 jan. 1852.
- ONU, Mulheres. Cartilha: *Princípios de Empoderamento das Mulheres*. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha\\_ONU\\_Mulheres\\_Nov2017\\_digital.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf).
- PENHA, Lei Maria da. *Violência contra mulher não é só física; conheça outros 10 tipos de abuso*. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/violencia-contra-mulher-nao-e-so-fisica-conheca-outros-10-tipos-de-abuso#:~:text=A%20Lei%20Maria%20da%20Penha%20classifica%20os%20tipos%20de%20abuso,viol%C3%A2ncia%20moral%20e%20viol%C3%A2ncia%20psicol%C3%B3gica>
- PISCITELLI, A. “Re-criando a (categoria) mulher?” Em Agranti, L.M. (org) *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos didáticos. São Paulo: IFCH/Unicamp. 2002.
- POTTES, M. G. S. & TOLEDO, V. L. P. *Pesquisa Qualitativa no Brasil Histórico, Evolução e Tendências*. São Paulo, ESOMAR, 1991.

QUALIBEST, INTITUTO. *Hostilidade, Silêncio e Omissão: O retrato do assédio no mercado de comunicação de São Paulo*. 2017.

RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

ROCHA, Paula Melani. “A Profissionalização no Jornalismo e o mercado de trabalho para mulheres no Estado de São Paulo”. *Revista Jurídica Eletrônica UNICOC*, número 02, outubro de 2005.

ROGERS, C. *Tornar-se Pessoa*. Lisboa: Moraes, 1972.

SAFFIOTI, I. B. Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma Questão de gênero*. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFIOTTI, I. B. Heleieth. e ALMEIDA, S.Suely. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter. 1995. Disponível em

[https://issuu.com/movolgabenariobr/docs/heleieth\\_saffiotti - viol ncia de g](https://issuu.com/movolgabenariobr/docs/heleieth_saffiotti_-_violencia_de_g)

\_\_\_\_\_ . “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. *Cadernos Pagu*, 16, p.115-136. 2001.

\_\_\_\_\_ . *O poder do macho*. 12 imp. São Paulo: Moderna, 2002.

SANEMATSU, Marisa. Análise da Cobertura da Imprensa sobre Violência contra as Mulheres. In: ANDI, *Instituto Patrícia Galvão*. Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: Uma análise das tendências da cobertura jornalística. Brasília, 2011.

SANTOS, Eliene do Carmo. *Mercado de Trabalho para mulheres jornalistas no Distrito Federal*. 2007. Disponível em:

<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1682/2/20433800.pdf>

SESC. Departamento Nacional. *Você não está sozinha: guia para entender a violência de gênero* / Sesc, Departamento Nacional, Fundação de População das Nações Unidas. – Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2021. 34 p. Disponível < [cartilha\\_vcnaoestasozinha\\_digital.pdf](cartilha_vcnaoestasozinha_digital.pdf) (unfpa.org)> Acesso 20 abr. 2022.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*, 20(2), p.71-99. 1995.

SCOTT, Joan W. A Mulher Trabalhadora. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (org.). *História das Mulheres: O Século XIX*. Portugal: Afrontamento, 1994.

SEIXAS; Netília Silva dos Anjos. A Imprensa em Belém no Século XIX: As Décadas de 1861 e 18711 – Artigo elaborado para o XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

– Fortaleza, CE – 3 a 7/9/2012 / Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

SOUSA, Cecília de Melo e; ADESSE, Leila (orgs). *Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres*. Brasília, Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2005.

SOUSA, Luana Passos; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *ESTUDOS AVANÇADOS* 30 (87), p.123-139, 2016.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, 1994. p. 23-56.

SKINNER, B. F. (1978). *O comportamento verbal* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix.

SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p. ISBN: 978-85-7982-046-5. Microsoft Word - SPINK Linguagem e producao de sentidos FINAL (scielo.org) Acesso 15 mar. 2022.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, São Paulo, vol. 32 (3), 1997.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. *O mundo dos jornalistas* [recurso eletrônico] / Isabel Siqueira Travancas. – 1. Ed. – São Paulo: Summus, 2021. Recurso digital; 1MB.

THOME, Candy Florencio. *O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores*. São Paulo: LTr, 2012.

WESTWOOD, R. *Economies of violence: an autobiographical account. Culture and Organizations*, London, v.9, n.4, p 275-293, 2003.

## 7 ANEXOS

### 7.1 ANEXO A: DOCUMENTO ESCRITO E ENVIADO AO RH

“Bom dia,

Segue em e-mail um relato explicando um episódio lamentável com relação ao comportamento do funcionário A, durante a manhã de quinta-feira (30), onde me senti completamente constrangida na presença de outros colegas de empresa, por causa de um assédio que o mesmo cometeu contra minha pessoa.

“Eu estava no camarim me arrumando e maquiando para em seguida gravar no estúdio um episódio de um programa, quando o funcionário em questão chegou ao local fazendo brincadeiras, me tocando, e em seguida retirou a máscara, segurou minha cabeça e rosto, puxando-os para forçar um beijo. Por estar me maquiando estava sem máscara, tentei desviar, mas ainda fui tocada no canto da boca pelos lábios dele. No momento me senti totalmente constrangida e violada. Tendo em vista que nunca dei liberdade para ele ou qualquer outro funcionário desta empresa para tal ato. No local, além de mim, estavam a maquiadora, a chefe de reportagem da TV, um apresentador de um programa matinal e seu assistente de palco.

Ao questionar o funcionário A sobre o ato e mostrar minha indignação, ele brincou afirmando que se eu quisesse, poderia denunciá-lo, já que ‘hoje tudo é assédio ou importunação sexual’, de acordo com as palavras do mesmo. Ele ainda chegou a simular uma ligação para o RH, em tom irônico, como se ele mesmo estivesse fazendo a denúncia. No entanto, falei que não tinha provas e ele retrucou afirmando que eu tinha testemunhas (citadas acima), que prontamente se manifestaram afirmando que não haviam visto nada. O que me deixou mais constrangida. Já que haviam mulheres e essas me deixaram desamparadas. No entanto, o deixei ciente que “aquela era a primeira e última vez que ele faria aquilo. E que se houvesse uma próxima, ele sentiria o peso da minha mão na cara dele”. Ele ouviu, soltou um ‘tá, me desculpa’ e em seguida se retirou do local.

Minutos depois sai do camarim e fui gravar com as mãos trêmulas e relatei o ocorrido ao meu colega, com quem divido a apresentação do programa. Após a gravação, chamei meu chefe B e informei sobre o ocorrido. Assim como também relatei para minha coordenadora C e por fim, meu chefe A. Ambos repudiaram o ato, mostraram apoio e me orientaram a oficializar uma queixa junto ao RH. Inclusive, a própria C se manifestou e se ofereceu a me acompanhar no RH caso seja necessário.

No mesmo dia do ocorrido, ele veio até a redação, se aproximou da minha mesa e me deu um beijo na cabeça e um abraço. Quando eu vi que era ele, me afastei dizendo: ‘sai de perto de mim’. E ele foi embora.

Não sei explicar ao certo qual é o meu sentimento desde o ocorrido, cheguei até pensar sobre o que eu tinha feito para aquilo acontecer. Se fiz algo para merecer tal violação, tendo em vista que nunca dei tal liberdade para ele ou outros funcionários.

Como mulher, volto a afirmar que me senti constrangida e violada perante a esse assédio, e posso afirmar que sinto uma profunda tristeza e medo, tanto pelo que pode me acontecer como mulher ou sobre uma demissão, tendo em vista que eu vou fazer apenas três anos de empresa e ele já tem mais tempo de casa.

Me sinto desconfortável também em relação as constantes vindas dele à redação, já que desde o ocorrido eu observei mais a presença dele no ambiente e sempre com o olhar em direção ao

local que sento (o que pode ser comprovado através das câmeras de segurança). O que me deixa mais constrangida, sinto como se estivesse sendo intimidada.

Além disso, tenho que pedir para alguém me acompanhar em determinados setores da empresa por medo de encontra-lo nos corredores. Porém, mesmo com receio, oficializo esta denúncia para que atos como tal não voltem a acontecer comigo ou nenhuma outra mulher, seja em ambiente de trabalho ou em qualquer outro lugar.

Copio neste e-mail meus chefes A, B, C”.

Atenciosamente,

Sávia Moura”.



## 7.2 ANEXO B: ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

1. Você já sentiu prejudicada de alguma forma no trabalho apenas por ser mulher?
2. Já teve sua competência questionada ou presenciou uma colega ter a competência questionada por colegas, superiores hierárquicos ou até mesmo fontes, apenas por ser mulher, durante o exercício do trabalho?
3. Você já viveu ou presenciou uma situação de “divisão sexual do trabalho jornalístico”, onde o trabalho foi distribuído em função do sexo do repórter?
4. Você acha que as oportunidades entre homens e mulheres são iguais ao concorrer a uma promoção?
5. Você já sofreu ou presenciou alguma colega sofrer assédio moral?
6. O caso aconteceu na redação onde trabalha/trabalhou? Ou em alguma pauta externa?
7. Você já viveu episódios ou já presenciou uma colega ser humilhada verbalmente por colegas de trabalho, superiores hierárquicos ou até mesmo fontes?
8. Você já sofreu alguma pressão ou recebeu alguma resposta (indireta) relacionada a ideia de não engravidar?
9. Você já sofreu ou presenciou alguma colega ser assediada sexualmente por superiores hierárquicos ou colegas?
10. Você já recebeu ou já presenciou alguma colega receber alguma proposta para um encontro com algum colega de trabalho, superiores hierárquicos ou fontes?
11. Você já sofreu ou presenciou alguma colega ser assediada sexualmente por fontes? Nesta pergunta, se encaixa situações como mensagens por aplicativo, e-mails, telefonemas, e outros meios.
12. Já ouviu piadas de cunho sexista com você ou outra colega? Existe isso dentro da redação?
13. Você já teve o comportamento e aparência controlados, direta ou indiretamente, durante a jornada de trabalho? Para quem reportou?
14. Você diria que a empresa na qual você trabalha/trabalhou adota medidas para proteger a sua segurança pessoal?
15. Existe a quem que recorrer em caso de assédio?
16. Você confia no órgão/pessoa competente?
17. Em alguma dessas situações que você viveu, já denunciou para a empresa?
18. Você já denunciou para o sindicato ou para a polícia alguma dessas situações?

### 7.3 ANEXO C: TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, RG n°: \_\_\_\_\_, declaro estar devidamente informado sobre a natureza da minha participação na pesquisa sobre “Discriminação de gênero a partir das construções sociais e os desafios enfrentados ao longo da profissão de jornalista”. Declaro que fui devidamente informado pelo (a) pesquisador (a), \_\_\_\_\_, RG n°: \_\_\_\_\_, sobre os procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa e garantias do participante. Além de que os resultados serão publicados e que minha identidade e de outras pessoas por mim citadas serão absolutamente preservadas. Declaro ainda que recebi uma via deste Termo de Consentimento.

Belém do Pará, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Voluntário (a)

\_\_\_\_\_  
Entrevistador (a)

Profª. Dra. Alda Cristina Silva da Costa  
Orientadora